

EMERSON URIZZI CERVI

RÁDIO E RENOVAÇÃO POLÍTICA EM ELEIÇÕES MAJORITÁRIAS
As vitórias eleitorais de prefeitos/radialistas em Londrina e Ponta Grossa

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Sociologia Política, curso de Pós-graduação em Sociologia Política, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Professor Doutor Rafael Duarte Villa

CURITIBA

2002

TERMO DE APROVAÇÃO

EMERSON URIZZI CERVI

RÁDIO E RENOVAÇÃO POLÍTICA EM ELEIÇÕES MAJORITÁRIAS As vitórias eleitorais de prefeitos/radialistas em Londrina e Ponta Grossa

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-graduação em Sociologia Política, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Rafael A. Duarte Villa
Departamento de Ciências Sociais, UFPR

Prof. Dr. Renato Monseff Perissinotto
Departamento de Ciências Sociais, UFPR

Profa. Dra. Luzia Helena Hermann
Departamento de Ciências Sociais, UEL

Curitiba, 28 de janeiro de 2002

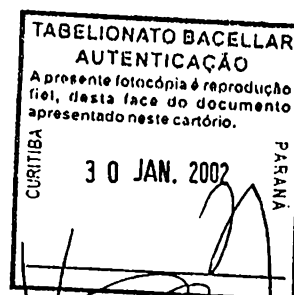


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
Rua General Carneiro, 460 - 9º andar-sala 916 Fone e fax : 360-5173

PARECER

Os Membros da Comissão Examinadora designados pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, para realizar a arguição da Dissertação do aluno EMERSON URIZZI CERVI, sob o título “RÁDIO E RENOVACÃO POLÍTICA EM ELEIÇÕES MAJORITÁRIAS: as vitórias eleitorais de prefeitos / radialistas em Londrina e Ponta Grossa”, para obtenção do Título de Mestre em Sociologia,Aprovam..... o candidato com conceito “.....A.....” sendo-lhe conferidos os créditos previstos na regulamentação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, completando assim todos os requisitos necessários para receber o Título de Mestre.

Curitiba, 28 de janeiro de 2002.



Prof. Dr. Rafael Antonio Duarte Villa (orientador)

Prof. Dr. Renato Monseff Perissinotto

Profª Drª Luzia Helena Hermann

A
Tulia, Thales e Tasso
Pela compreensão

Agradeço a todos aqueles que direta ou indiretamente colaboraram com esta pesquisa; aos funcionários do setor de divulgação de resultados eleitorais do TRE-PR; aos professores Adriano, responsável em grande parte, Mário, Ricardo, Renato e Nelson. Meu especial agradecimento ao professor Rafael, pela atenção e acompanhamento

“Os grandes homens de Estado de todos os tempos e de todos os países consideraram a imaginação popular o sustentáculo do seu poder. ‘Tornei-me católico’, afirmou Napoleão ao Conselho de Estado, ‘e acabei com a guerra de Vendeia; tornei-me muçulmano e venci no Egito, tornei-me ultramontano e conquistei os padres na Itália. Se vier a governar um povo de Judeus, reconstruirei o tempo de Salomão’.”

(Gustave Le Bon, in *Psicologia das Multidões*. 1895)

SUMÁRIO

| | |
|---|-------------|
| LISTA DE TABELAS | viii |
| LISTA DE ABREVIATURAS | ix |
| RESUMO | x |
| INTRODUÇÃO | 11 |
| I – POPULISMO E POLÍTICA | 17 |
| 1.1 O POPULISMO POLÍTICO COMO FENÔMENO SOCIAL | 17 |
| 1.2 UMA CONCEITUALIZAÇÃO MÍNIMA DE POPULISMO | 19 |
| 1.3 POPULISMO CLÁSSICO NO BRASIL | 25 |
| 1.4 DO POPULISMO AO NEOPOPULISMO | 29 |
| II – ELEIÇÕES E O RÁDIO | 36 |
| 2.1 COMUNICAÇÃO DE MASSA E POLÍTICA LOCAL | 36 |
| 2.2 RADIALISTA/POPULISTA E ELITE GOVERNANTE NA DISPUTA PELO PODER LOCAL | 43 |
| III – MDB DE LONDRINA: UM CASO DE INCORPORAÇÃO DA LIDERANÇA POPULISTA | 49 |
| 3.1 POPULISMO ELEITORAL DURANTE O REGIME MILITAR | 49 |
| 3.2 RENOVAÇÃO DAS ELITES E AS MASSAS | 50 |
| 3.3 BELINATI, RADIALISTA POPULISTA, DE CAMPEÃO DE VOTOS A QUASE SUPLENTE DE DEPUTADO | 54 |
| 3.4 PREFEITOS DE LONDRINA ENTRE OS ANOS 40 E 70, PERFIL DE PROFISSIONAL LIBERAL URBANO | 57 |
| 3.5 CRISE ECONÔMICA E RÁPIDA TRANSFORMAÇÃO DA ESTRUTURA SOCIAL LOCAL | 66 |
| IV – NEOPOPULISMO EM PONTA GROSSA NOS ANOS 90 | 70 |
| 4.1 JOCELITO CANTO, DE AVENTUREIRO A PREFEITO QUE DESARTICULOU A ELITE POLÍTICA LOCAL | 70 |
| 4.2 ELITE POLÍTICA NÃO-POPULISTA EM UMA SOCIEDADE CONSERVADORA | 72 |

| | |
|--|------------|
| 4.3 – DECADÊNCIA ECONÔMICA DE PONTA GROSSA NAS DÉCADAS DE 80 E 90 | 76 |
| 4.4 - O RÁDIO E A VOTAÇÃO DE JOCELITO CANTO | 88 |
| 4.5 – TENDÊNCIAS ELEITORAIS NO PERÍODO NÃO-POPULISTA | 100 |
| CONCLUSÃO | 103 |
| ANEXOS | 108 |
| FONTES BIBLIOGRÁFICAS | 114 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| FIGURA 1 – FATORES SOCIAIS BÁSICOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO POPULISMO | 42 |
| TABELA 1 – ÍNDICE DE AVANÇO DOS VOTOS BRANCOS E NULOS EM LONDRINA (1955 A 1976) | 65 |
| TABELA 2 – A CULTURA DO CAFÉ NO PARANÁ DOS ANOS 60 | 67 |
| TABELA 3 – ÍNDICE DE AVANÇO DOS VOTOS BRANCOS E NULOS EM PONTA GROSSA (1988 A 1996) | 74 |
| TABELA 4 – INDICADORES ECONÔMICOS COMPARATIVOS ENTRE PONTA GROSSA E MARINGÁ EM 1996 | 77 |
| TABELA 5 – RESULTADOS POR ZONAS ELEITORAIS EM PONTA GROSSA NAS ELEIÇÕES DE 1996 | 94 |

INTRODUÇÃO

Qualquer democracia em que as regras eleitorais são respeitadas sujeita a elite hegemônica à possibilidade de ser substituída por lideranças sem vínculos de origem com os integrantes da classe política tradicional. Por isso os processos eleitorais têm sido objeto constante de estudos, sendo considerados de um jogo formal já conhecido até um fenômeno social que ultrapassa os limites da política propriamente dita. A análise feita neste trabalho das condições sociais para as eleições de radialistas/populistas às prefeituras de dois municípios de porte médio do Paraná se aproxima do segundo tipo de abordagem.

Quando um político *outsider* apresenta uma estratégia de identificação direta com os eleitores, transformando o 'povo' de sujeito em objeto de seus discursos, recebe a denominação de 'populista'. Nas ocorrências pós-ditaduras na América Latina esse político passou a ser chamado de 'neopopulista'. Quando os 'neopopulistas' são comunicadores sociais é comum encontrar a explicação de que a mudança se deu em função da manipulação dos eleitores. Manipulação a partir dos meios massivos de difusão de informações, como por exemplo, o rádio. A questão é: os meios de comunicação de massa nas democracias contemporâneas seriam mesmo os principais responsáveis pelo sucesso eleitoral dos neopopulistas que se candidatam a cargos majoritários ou seriam apenas um instrumento de difusão de discursos políticos, como foram os partidos políticos e as organizações classistas no final do século XIX e início do século XX? As transformações nas opiniões do eleitorado não seriam melhor compreendidas se as suas causas fossem explicadas por fatores conjunturais da sociedade ao invés de procurá-las nos instrumentos de difusão de informações? Este trabalho procura responder a estas questões analisando duas eleições para prefeito de radialistas/populistas. Se a literatura tem mostrado que a segmentação do voto para cargos legislativos faz com que os meios de comunicação sejam um poderoso instrumento eleitoral nas disputas proporcionais¹, o mesmo não pode-se

¹ Entre as publicações mais recentes nesse sentido estão os livros "Quem me elegeu foi o rádio", de Maurício F. Silva (2000) e "Rádio e Política: do microfone ao palanque – os radialistas políticos em Fortaleza (1982 – 1996)", de Márcial Vidal Nunes (2000). Ambos tratam da relação entre rádio e representação política em disputas para legislativos estaduais e não para cargos majoritários.

dizer para as eleições majoritárias – como é o caso das eleições para prefeito municipal.

A pesquisa tem por objetivo analisar dois casos concretos em que o neopopulismo pode ser considerado uma alternativa para os eleitores em conjunturas de crise do discurso hegemônico. Estas crises, por sua vez, provocadas por fatores sociais que favoreceram a proposta de renovação do perfil das elites políticas e abrirem espaço para a eleição de um portador do discurso populista.

Certamente, o assunto suscita polêmica. Sempre que um candidato sem o perfil político tradicional e apoiando-se em um discurso aceito facilmente pelas classes populares vence uma eleição majoritária, as primeiras explicações são de que o resultado deveu-se à incapacidade de classes sociais específicas — normalmente as mais baixas — de identificar os portadores de propostas mais consistentes e capazes de realmente atender às demandas sociais, separando-as do discurso vazio e populista. Quando o candidato é radialista, as explicações baseadas na ingenuidade do eleitorado, que teria opiniões facilmente moldadas, ficam melhor sustentadas e normalmente aceitas sem dificuldade. Nos municípios de Londrina (1976) e de Ponta Grossa (1996), as vitórias dos deputados/radialistas Antonio Belinati e Jocelito Canto respectivamente, para as prefeituras de suas cidades, são casos típicos de neopopulismo em disputas majoritárias comumente explicadas pela “manipulação das vontades dos eleitores/ouvintes”.

Será suficiente a explicação de manipulação das classes sociais mais baixas para a eleição de políticos com o perfil de Antonio Belinati e Jocelito Canto? Para ser eleito prefeito de uma cidade de porte médio é preciso uma série de arranjos políticos e ser votado por uma maioria de eleitores. Isso significa que nem todos os votos desses políticos/radialistas poderiam ter saído de seus ouvintes, no caso da eleição majoritária. A análise do período que antecedeu as eleições de 1976 em Londrina e em 1996 em Ponta Grossa, os arranjos políticos constituídos, o desempenho das elites hegemônicas locais e os resultados das urnas permitem apontar limitações na tese da manipulação como principal fator de sucesso do neopopulismo em eleições majoritárias. Porém, não é objetivo deste trabalho negar a importância da comunicação de massa ao identificar outros fatores como

relevantes para os resultados eleitorais. É evidente que pelo menos no último século a sociedade contemporânea como um todo, e por consequência a política, sofreram profundas transformações. Entre elas está a influência da comunicação de massa. Porém, é preciso considerar a diferença entre influenciar e ser o fator decisivo para as ações políticas.

O fenômeno do populismo eleitoral não desaparece — como acreditavam estudiosos como Octávio Ianni e outros — com o desenvolvimento econômico, aumento dos índices de escolaridade e crescimento das diferenciações entre as classes sociais. Também pode-se dizer que não surge em função da comunicação de massa em política. A alternativa populista permanece latente em todas as sociedades, em especial nas democráticas. Ele não é uma causa em si, mas o efeito de uma crise social que se reflete diretamente na política, retratada pela crise do discurso hegemônico. Sempre existirá potencialmente, e em condições favoráveis o neopopulismo deixa seu estado de latência para surgir como alternativa real. Este trabalho busca identificar as condições favoráveis para o sucesso do neopopulismo eleitoral nos dois municípios em questão.

Como o conceito de populismo é amplo e ainda debatido por muitos autores, o primeiro capítulo é destinado à definição dada ao termo populismo eleitoral que permeia a análise. Não existe um modelo teórico que explique todos os fenômenos populistas já verificados no mundo. Em cada situação histórica o fenômeno apresenta características específicas. Isso faz com que até hoje as definições de 'populismo' e de 'populista', mais recentemente neopopulistas, continuem controversas.

A definição de 'neopopulista' que norteou este trabalho foi a de político que consegue ser identificado como representante direto de uma sociedade, sem necessitar de intermediadores formais para se relacionar com o eleitor, além dos meios de comunicação. Percebe-se que em Londrina, em 1976, e em Ponta Grossa, em 1996, apenas um candidato em cada município realmente se esforçou em representar as novas demandas sociais dos eleitores na esfera política. A definição que se dá ao governo populista é a de que o governante evita ao máximo a intermediação de instituições ou estruturas burocráticas entre ele e os representados. Cria-se, neste caso, um hiper-personalismo do Estado com a vitória eleitoral do dirigente populista.

No capítulo II são abordadas questões a respeito do rádio e dos radialistas nas chamadas democracias de público. A partir dessa discussão é possível encontrar elementos que apontam para o fato de Antonio Belinati e Jocelito Canto não terem sido eleitos prefeitos em suas cidades porque eram figuras centrais de um programa de rádio assistencialista. Eles fazem parte de uma formatação recente dos processos eleitorais, onde todos os candidatos têm acesso direto ao conjunto dos eleitores, através dos meios de comunicação de massa. Aquele que melhor souber usar esse instrumento terá maiores condições de “atingir” o eleitor. Além dos conceitos de democracia de público, de Manin, é utilizada a caracterização de “delegado do ouvinte” (Nunes) para explicar a estratégia de contato com o público que é desenvolvida pelos políticos/radialistas.

No capítulo III são estudadas as características históricas e os antecedentes sócio-políticos da vitória eleitoral do radialista/populista para a prefeitura de Londrina. Antonio Belinati foi eleito prefeito de Londrina em 1976 pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro) e como representante dos trabalhadores mais simples, sem curso superior, encerrou um período de mais de duas décadas de prefeitos advogados, fazendeiros e profissionais liberais. Apesar disso, é possível considerar que no caso de Belinati em Londrina houve uma substituição parcial das elites. Antes de ser eleito prefeito, o radialista foi “absorvido” por parte da classe política tradicional, evitando uma transformação mais radical na elite política do município. O atenuante ao populismo em Londrina deve-se também ao sistema eleitoral vigente na época. Com o bipartidarismo fica quase impossível um político se apresentar como uma renovação de fato, pois não existiam alternativas aos dois partidos oficiais. Apesar de continuar “no ar” durante seu mandato de prefeito municipal entre 1976 e 1982, e fazer um governo bem avaliado pelos eleitores locais, Belinati sofreu uma queda significativa em sua votação, tendo quase não sido eleito deputado estadual em 1982, depois de ser um recordista de votos por mais de uma década no município.

O capítulo IV trata do caso de Ponta Grossa, que é um exemplo de transformação mais profunda na elite dirigente local a partir da eleição de um neopopulista. O radialista Jocelito Canto PSDB (Partido Social Democrata Brasileiro) não tinha vínculos históricos com a cidade, pois mudou-se para Ponta Grossa apenas quatro anos antes de eleger-se prefeito, em 1996. Apesar disso,

foi o principal opositor de um grupo político formado por representantes de famílias centenárias da elite política e econômica ponta-grossense. Mesmo tendo continuado em seu programa radiofônico matinal durante os quatro anos de mandato como prefeito e ter feito uma administração “voltada para o povo”, Canto não conseguiu se reeleger em 2000. Assim como no caso de Londrina, a oscilação no desempenho eleitoral do político/radialista em Ponta Grossa mostra a fragilidade da explicação do rádio como determinante exclusivo da decisão do voto.

No trabalho são utilizadas referências de autores como Alan Angel, Peter Worsley, Angus Stewart, Alfredo Ramos Jimenez, Francisco Weffort e José Antonio Rivas que têm tratado da temática populismo e neopopulismo no Brasil e em outros países. O conceito de liderança carismática está baseado na definição clássica dada a este termo por Max Weber. Como se trata da busca de uma explicação sociológica para o fenômeno neopopulista na política local, recorro a autores da teoria das elites, como Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Tom Bottomore, da democracia nas sociedades modernas como Décio Saes, Samuel Phuntington, Victor Nunes Leal e Helio Jaguaribe que ajudam a compreender, cada um a seu modo, a composição dos arranjos sociais e os momentos de crise da hegemonia política; os trabalhos de Márcia Vidal Nunes, Luis Felipe Miguel e Bernard Manin posicionam os meios de comunicação modernos nas sociedades de massa e a participação deles na apresentação de candidatos e discursos na política contemporânea. Estes são alguns dos autores que têm estudado, nos últimos anos, a nova formatação do cenário político a partir dos Meios de Comunicação de Massa e os efeitos que eles têm sobre os participantes dos processos eleitorais. Após situar teoricamente o trabalho, o estudo dos casos começa com a apresentação de dados que possam identificar a dinâmica dos processos eleitorais locais anteriores às eleições dos neopopulistas, o perfil das elites políticas tradicionais e as principais características dos políticos radialistas, além de fatores sociais² responsáveis pela crise do discurso hegemônico local. No caso de Londrina, por haver uma distância temporal de mais de 30 anos, muitas informações não estão mais disponíveis nas fontes primárias. Por isso foi muito útil a tese de doutorado da professora e cientista política Ana Cleide Chiarotti

² Aqui compreendidos os elementos econômicos, políticos e os sociais propriamente ditos.

Cesário, “Poder e Partidos Políticos em uma Cidade Média Brasileira”, defendida em 1986, além do livro “O Voto da Pobreza e a Pobreza do Voto”, da socióloga londrinense Maria Lúcia Victor Barbosa.

Por fim, ao buscar explicações sociais para o neopopulismo, por natureza, este estudo posiciona-se contra as implicações pejorativas em relação aos aspectos externos desse tipo de fenômeno político. Tido como um mal em sua origem por grande parte dos políticos e analistas, o neopopulista, se em verdade não consegue cumprir sua principal promessa — que é levar o ‘povo’ até o poder — não pode ser considerado um prisioneiro da necessidade de defesa dos interesses de setores sociais ou econômicos específicos que lhe garantam a intermediação política com o eleitorado. Quando se institucionaliza como as elites políticas tradicionais, o neopopulista perde liderança política.

A volatilidade ideológica e a facilidade para adotar novas estratégias de contato com o eleitor, comuns nos neopopulistas, tidas como deficiências de caráter, podem ser compreendidas como efeitos da sensibilidade que eles têm para perceber as novas demandas da sociedade, por um lado, e à necessidade de manutenção dos acordos políticos com parcelas da elite política que ajudaram-no a chegar ao poder.

Os populistas manipulam as massas tanto quanto os não-populistas e ambos governam representando elites políticas distintas da massa. A diferença é que os primeiros conseguem manter uma afinidade maior e mais constante com as pré-disposições do conjunto dos representados do que os últimos. Quando isso não acontece, os neopopulistas perdem a capacidade de manutenção dos acordos políticos com parcelas da elite política que ajudaram-no a chegar ao poder.

Os populistas manipulam as massas tanto quanto os não-populistas e ambos governam representando elites políticas distintas da massa. A diferença é que os primeiros conseguem manter uma afinidade maior e mais constante com as pré-disposições do conjunto dos representados do que os últimos. Quando não, os neopopulistas perdem a capacidade de representação e têm desempenhos eleitorais negativos, mesmo que continuem sendo radialistas, como veremos a seguir.

I – POPULISMO E POLÍTICA

1.1 - O POPULISMO POLÍTICO COMO FENÔMENO SOCIAL

Populismo é um fenômeno político sem uma elaboração teórica organicamente sistematizada. Diversos autores têm tratado desse assunto sob várias abordagens. Uma das conseqüências dessa 'pluralidade' é uma imprecisão dos conceitos com relação ao fenômeno. Apesar das dificuldades teóricas, não resta dúvida que o populismo liga as esferas política e social, podendo ser considerado uma forma institucionalizada³ de solucionar a disputa do poder em condições sociais de crise.

Há três grandes formas de abordagem analítica do populismo. Ele pode ser estudado como um fenômeno de origem social, como uma forma de governo ou como uma ideologia. O presente estudo tem o objetivo de identificar as origens dos movimentos populistas nos processos eleitorais de duas cidades de porte médio do Paraná. Sendo assim, o tratamento dado ao tema está relacionado à primeira forma de abordagem descrita acima. Pretende-se apontar os principais motivos que podem existir em uma determinada sociedade para que o populismo cresça como movimento político.

Um dos elementos mais freqüentes nas manifestações populistas é que o 'povo', no sentido mais abstrato, passa a ter uma posição central nos discursos. Aqui, mesmo que indiretamente, é possível identificar um dos principais precursores sociais dos movimentos populistas: a disponibilidade das massas para a aceitação de um novo discurso, que leve em consideração as expectativas do 'povo'. Os conceitos ligados ao populismo não têm definições rígidas. O conceito de povo, por exemplo, é contraditório entre algumas ocorrências históricas do fenômeno. Nesse trabalho os termos povo e massa⁴ serão utilizados

³ Aqui no sentido de estar previsto nos regramentos sociais e não precisar de quebras da ordem institucionalizada para se concretizar.

⁴ O conceito de massa vem sendo analisado desde meados do século XIX e tem com seus precursores Alexis de Tocqueville e Gustave Le Bon, entre outros. A diferença entre a sociedade de massas e a de classes, que a antecede, é que na segunda tende a desaparecer as antigas distinções de castas, categorias e classes e qualquer integrante dessa sociedade pode ter acesso

como sinônimos relativos a um conjunto aproximadamente homogêneo de eleitores, que independente de classe social ou nível de instrução, aceita ou rejeita de forma majoritária o discurso populista (Weffort, 1989).

O fato dos indivíduos estarem aptos a aceitar um novo discurso independe da capacidade de criar vontades ou da manipulação das ações pelas lideranças populistas, como normalmente se imagina que acontece. O populismo de que trataremos aqui não é o encontrado em exemplos onde o governante utiliza de estruturas partidárias, de organizações ligadas ao Estado ou qualquer outra máquina de propaganda para difundir idéias favoráveis ao seu governo e manter o contato permanente com as massas populares, tais como Mussoline na Itália, Vargas no Brasil ou Perón na Argentina. O fenômeno do qual se ocupa esse trabalho antecede o exercício do poder.

O objetivo é identificar o processo social que se dá em favor da mudança no perfil dos representantes políticos antes da chegada dos populistas ao poder. Trata-se do processo pelo qual a liderança populista consegue criar uma base de sustentação social que garanta as condições mínimas para o seu sucesso eleitoral. Este estudo se propõe a identificar as condições sociais propícias para o surgimento do populismo (pré-facto) e não a análise dos instrumentos utilizados pelos populistas no exercício de seus governos (pós-facto).

Aqui cabe uma descrição sumária sobre o conceito de sociedade de massas, pois é nesse tipo de sociedade que os populistas serão encontrados. Assim como o populismo, a teoria das massas vem sendo usada para definir uma variedade de fenômenos sociais contemporâneos, embora as primeiras identificações da sociedade de massa datem de meados do século XIX. Ela pode significar desde populações manipuladas pelos integrantes da elite e a eles diretamente expostas, até uma condição social onde os valores culturais declinaram, passando pela baixa qualidade da vida individual e uniformização de comportamentos, crenças, valores e expectativas⁵.

Em seu livro 'Sociedade de Massas e Conflito Político', Sandor Halebski cita a conceitualização de sociedade de massa de Wiliam Kornhauser, como uma das

às dignidades e benefícios sociais. Já a idéia romântica de povo considera-o como a instância da legitimidade do governo civil, como gerador de uma soberania (Martin-Barbero: 2001).

⁵ Barbero-Martin, Jesus, no livro *Dos Meios às Mediações – comunicação, cultura e hegemonia*, trata do conceito de sociedade de massa.

mais coerentes: “a sociedade de massa pode ser vista como uma condição evidenciada pelas elites e pelo povo em geral, ou massas, especialmente em suas relações mútuas. É uma situação na qual as elites são diretamente acessíveis às massas, e as massas por sua vez podem ser mobilizadas ou manipuladas pelas elites.” (1978, p. 12). Na sociedade de massas os indivíduos se aproximam de uma igualização, o que por sua vez gera uma padronização cultural e política. Nas palavras de Gustave Le Bon, as massas formam um inconsciente coletivo que é maior do que a somatória dos inconscientes individuais, ou seja, quando em massa o sujeito pode ser levado a fazer algo que não faria individualmente⁶.

1.2 - UMA CONCEITUALIZAÇÃO MÍNIMA DE POPULISMO

De maneira geral, o populismo é definido como a fórmula política onde o ‘povo’ é a principal fonte de inspiração na política. O ‘povo’ no populismo difere do ‘povo’ na democracia, pois enquanto nesse caso ‘povo’ é o sujeito da ação política (seja diretamente ou através de representantes), no populismo ‘povo’ é o objeto a partir do qual agem as lideranças carismáticas. Quanto ao populismo relacionado a processos eleitorais, Ludovico Incisa define como um movimento em que “um líder carismático recebe o apoio direto de uma massa de eleitores, denominada ‘povo’” (1998, p. 981). Portanto, ‘povo’ é aqui considerado como conjunto de indivíduos com interesses próximos. As origens sociais desse fenômeno estão na supressão dos interesses de classe entre os apoiadores do discurso populista⁷. Isso se dá, geralmente, quando uma crise de abrangência social, política e econômica atinge, em maior ou menor grau, a totalidade do grupo social. É uma espécie de alternativa comum acima dos interesses de classe ou outros constrangimentos sociais que possam existir na sociedade. Fenômenos

⁶ Essa diferença entre o inconsciente coletivo vem sendo entendida de duas formas. Por um lado, ela pode significar que as massas constroem vontades e ações que não existiriam os indivíduos. Por outro, esse inconsciente poderia sim estar presente no indivíduo, porém, reprimido. Nesse caso, as manifestações de massa seriam o resultado da somatória de uma média de potenciais manifestações individuais que não poderiam ser expressas individualmente.

⁷ Essa supressão dos interesses de classe é pressuposto básico das sociedades de massa.

históricos mostram que essa disposição social em favor do populismo é transitória. Basta que a crise termine ou seja reduzida para que as clivagens sociais voltem a prevalecer. Mas, antes que isso aconteça, o 'povo' é capaz de responsabilizar o 'não-povo'⁸ pelos problemas que vivem. Ou seja, em situações de crise social, as elites políticas dirigentes não-populistas transformam-se em 'inimigas do povo'. O surgimento de um discurso político alternativo durante as crises de representatividade divide a elite política em dois grandes grupos: os defensores do 'povo' e os inimigos do 'povo'. Os primeiros são os *outsiders* enquanto os segundos são os representantes da classe política tradicional, seja a governante ou a opositora. Essa divisão tratada mais detalhadamente adiante.

Outro elemento fundamental do populismo é o conceito de carisma – comumente ligado a uma liderança, também pode ser relativo ao conteúdo de um discurso ou estratégia de contato entre representantes e representados. Só existe relação direta e contínua entre líder e liderado, sem intervenção de estruturas institucionais, se a liderança possuir características carismáticas como por exemplo ser um 'guerreiro' com capacidade de identificar as carências das massas e utilizá-las na definição das estratégias de contato com o eleitor. O precursor do tradicional conceito de carisma, Max Weber, afirma que “o portador do carisma assume as tarefas que considera adequadas e exige obediência e adesão em virtude de sua missão. [...] Se aqueles aos quais ele se sente enviado não reconhecem sua missão, sua exigência fracassa. Se o reconhecem, é o senhor deles enquanto souber manter seu reconhecimento mediante 'provas'” (Weber, 1999. p. 324). Sendo assim, carisma é condição indispensável nas lideranças populistas *outsiders*. É através da capacidade de se fazer representante a partir do contato direto com as massas que a nova liderança consegue se posicionar como candidato viável eleitoralmente.

Para se concretizar como fenômeno político, o populismo requer a adesão a dois princípios básicos: o primeiro é o da supremacia da vontade do povo em relação às elites e instituições tradicionais. O segundo é que haja uma relação direta entre o povo e seus líderes, sem mediação institucional formal.

⁸ O 'não-povo', ou na denominação dos populistas, 'inimigos do povo' são todos os integrantes das elites políticas e sociais que perderam a capacidade de representação do conjunto da sociedade junto ao Estado.

Para Torcuato Di Tella, as fontes da força populista são: "(I) uma elite situada no nível médio ou médio-superior de estratificação, impregnada de motivação *anti-status quo*; (II) uma massa mobilizada, constituída como resultado da 'revolução de expectativas'; (III) uma ideologia ou um estado emocional generalizado que auxilie a comunicação entre líderes e seguidores e crie entusiasmo coletivo"(1983 p. 341)⁹.

As fontes de poder de movimentos populistas são, por um lado, uma classe política situada nos escalões médios ou superiores que em busca de transformação das estruturas sociais somam-se aos estratos populares para formar a massa eleitoral. Por outro lado, o 'povo' mobilizado, fruto da evolução de novas aspirações e, por último, uma ideologia ou estado emocional amplamente difundido, o que facilita a comunicação entre líderes e adeptos. Peter Worsley lembra algumas conseqüências dessa conceitualização:

"Pode-se ver que tais estilos de participação popular [as diferentes ocorrências populistas] vão amiúde acompanhados de uma crença quase-religiosa nas virtudes próprias da gente comum, incorrupta e simples e de uma desconfiança oposta dos "sagazes", estéreis, arrogantes, aristocráticos, ociosos, endinheirados, desnecessários do ponto de vista funcional e basicamente degenerados ou corrompidos". (Worsley 1973, p. 60).

Ao aderir ao discurso populista, o 'povo' não passa por transformações profundas em sua conduta. De fato, as crises políticas geradas pela transformação social ou pela perda de exemplaridade da elite governante tomam os indivíduos mais sensíveis ao discurso da 'mudança'. Assim, o crescente descrédito na ideologia dominante e dos integrantes da elite dirigente – geradores da crise de hegemonia - faz parte das predisposições sociais necessárias para o desenvolvimento do populismo. Mas isso não é suficiente. Angus Stewart relata que "a disponibilidade de meios para expressar as queixas é um elemento importante que determina não só o caráter reformista ou revolucionário de qualquer movimento populista, mas também sua pauta de desenvolvimento". (1973, p. 80). Para o autor, as manifestações populistas devem ser consideradas uma espécie de 'ênfase' ao invés de serem tomadas como forma particular de

⁹ Outro autor, Alan Angeil, define populismo da seguinte maneira: "o populismo deve ser encarado como um movimento político com forte apoio popular, com a participação de setores não operários que exercem importante influência no partido [ou outros meios de difusão discursiva] e defendem uma ideologia *anti-status quo*". (1973, p. 90).

sistema ideológico, transformação estrutural ou modalidade de organização mais geral. Essa ênfase é movida principalmente pelos efeitos da crise social e potencializada por uma liderança carismática que consegue difundir a mensagem da necessidade de 'mudança' através de algum canal de comunicação. Por isso a importância da existência de meios apropriados para a manifestação das insatisfações:

"O mais provável é que a mensagem seja fornecida e interpretada de tal maneira pelo receptor que certas interpretações estarão ao seu alcance [...] enquanto outras serão destruídas. Correntemente, esse fornecimento de interpretações tem, como um de seus canais normais e capitais, as máquinas de propaganda partidária; outros canais são a tevê, os jornais e os meios de comunicação das sociedades modernas [...] As mensagens devem falar às necessidades, disposições e interesses manifestos que os indivíduos levam em suas psiques" (Worsley 1973, p 26-27).

Como descrito acima, o núcleo comum do populismo em suas mais variadas formas de apresentação está na existência dos elementos 'povo', 'liderança carismática' e 'crise de hegemonia'. Sendo assim, a unidade do populismo não reside na unidade de conteúdo dos diversos movimentos chamados de populistas. Em outras palavras:

"Para analisar o populismo é preciso decompor em uma certa quantidade de dimensões relevantes as situações nas quais ele aparece. A unidade constituída pelo populismo encontra-se, segundo se pode demonstrar nessas circunstâncias, não nos pormenores de uma série de situações específicas, mas na pauta recorrente de um tipo ideal de relação social." (Stewart. 1973, p. 69)

A questão do 'povo' nas manifestações populistas vem sendo bastante debatida desde o início do século XX, principalmente por conta da utilização de Meios de Comunicação de Massa como forma de difusão de mensagens populistas. Para aqueles que consideram o populismo como um fenômeno vazio de motivações sociais, as lideranças carismáticas utilizam seus talentos de comunicadores em veículos de comunicação de massa para manipular as mentes dos indivíduos, direcionando as ações do coletivo em favor dos interesses populistas. Segundo essa definição, as massas passam a ser simples aglomerados de indivíduos, sem vontade própria e totalmente passivas quando o assunto é política. Essa corrente ganhou força com a difusão dos Meios de Comunicação de Massa, do conseqüente crescimento de sua importância nas

sociedades e com o desenvolvimento das teorias de massa. No entanto, a idéia de passividade do 'povo' e de alta capacidade de manipulação das lideranças populistas vem sendo criticada por teóricos do populismo desde o início do século¹⁰.

Levando-se em conta a categoria da crise do discurso hegemônico na análise dos fenômenos populistas é possível constatar que o 'povo' não é um agente político meramente passivo. Quando há uma crise de representatividade, o 'povo' busca alternativas. Para isso, pode abrir mão – mesmo que momentaneamente - das tradições e das práticas políticas sedimentadas na sociedade.

Para a corrente teórica que procura considerar as origens sociais do populismo, o 'povo' não age apenas instintivamente ou de maneira puramente emocional. Há uma racionalidade inerente à adesão a um processo revolucionário que tem como base de seu discurso a solução de crises sociais. As massas apoiam o populismo porque têm interesses racionais (em grande parte também individuais) na vitória das novas lideranças e na transformação do *status quo* vigente. A necessidade de substituição das lideranças desgastadas é a forma encontrada pelas massas para solucionar o que elas identificam como crises de hegemonia. Assim, o populista passa a ser produto das demandas sociais não atendidas. É o 'povo' que cria esse tipo de novo líder, em defesa de um discurso e promessa de práticas políticas distintas das adotadas pelas elites políticas tradicionais e não o contrário.

Outro conceito que precisa ser minimamente tratado nesse momento é o de 'crise de hegemonia'. Responsável pela deflagração de um clima de descontentamento na sociedade, a denominação 'crise de hegemonia' é utilizada nesse trabalho como um tipo específico de crise que abre espaço para propostas políticas de tipo populistas. As crises são identificadas como momentos de ruptura da ordem estabelecida. Gianfranco Pasquine destaca três características indispensáveis às crises: "antes de tudo pelo caráter de subitaneidade e por vezes de imprevisibilidade. Em segundo lugar, pela sua duração normalmente

¹⁰ Ver Reis, Daniel Aarão Filho. O Colapso do Colapso do Populismo ou a Propósito de Uma Herança Maldita, pag 319. In Ferreira Jorge, org. O populismo e sua história. Onde fica evidente a oposição entre as duas formas de abordagem do tema.

limitada. E, finalmente, pela sua incidência no funcionamento do sistema” (1998, p. 303). Toda crise, mais ou menos duradoura está ligada a um processo de transformação. Mas a existência de uma crise de hegemonia, ou sua chegada ao ponto crítico do fim da legitimidade de lideranças tradicionais, não leva necessariamente a uma alternativa populista. Para que isso aconteça é preciso que haja uma coincidência histórica da crise com o surgimento de uma liderança carismática. Caso contrário, a saída eleitoral mais plausível seria a substituição da elite governante pela oposição política. Em situações extremas de crise de hegemonia, falta de confiança na oposição constituída e não surgimento de novas lideranças, há condições favoráveis para o início de um processo de revolução social.

Na teoria marxista, o termo hegemonia é definido levando-se em conta o processo sociológico que resulta na dominação de uma classe por outra. Trata-se de hegemonia interna à sociedade e não hegemonia na relação entre países, por exemplo. De acordo com Silvano Belligni, “hegemonia é a capacidade de direção intelectual e moral, em virtude da qual a classe dominante, ou aspirante ao domínio, consegue ser aceita como guia legítima, constitui-se em classe dirigente e obtém o consenso ou a passividade da maioria da população diante das metas impostas à vida social e política” (1998 p.580). Portanto, a crise de hegemonia de determinado perfil de governantes pode ser considerada como significativa do processo de transformação da elite política em determinada sociedade. Esta crise está diretamente ligada ao distanciamento entre líderes e liderados. Ao não fazer o que Gustave Le Bon chama de impressionar as multidões, os líderes se distanciam dos liderados e perdem capacidade de representação política. Assim, a crise abre espaço para a renovação política, que pode se dar pela chegada dos *outsiders* ao poder. Levando-se em conta esses elementos, conclui-se que as origens sociais do populismo não podem ser encontradas no fenômeno em si, mas nas condições objetivas que antecedem o seu surgimento. Isso significa que além do populismo existem razões para o ‘povo’ defender a renovação e a substituição de líderes políticos tradicionais por *outsiders* do sistema. Considerando essa abordagem sobre o populismo e o histórico distanciamento entre elite política e massas brasileiras, é possível afirmar que no Brasil existe um espaço permanente para o desenvolvimento desse tipo de liderança.

1.3 – POPULISMO CLÁSSICO NO BRASIL

As principais lideranças nacionais do populismo clássico no Brasil, que tem sido limitado historicamente de 1930 a 1964, são Getúlio Vargas, João Goulart e Jânio Quadros. Centenas de outros líderes regionais também foram definidos como populistas antes e depois desse período: Adhemar de Barros em São Paulo, por exemplo. Os casos brasileiros de populismo clássico se deram em um momento de transição da sociedade rural em urbana e foram interrompidos em meados dos anos 60 pela ascensão da ideologia nacionalista/militar.

O populismo no Brasil possui algumas particularidades e duas definições distintas podem servir de introdução à caracterização desse fenômeno. A primeira vem de uma visão liberal, defendida principalmente por políticos que faziam parte do *statu-quo* combatido pelo discurso populista a partir de 1930. Para eles, o populismo é um fenômeno vazio de conteúdo. Consideram a população incapaz de distinguir entre propostas sérias e simples demagogia. Essa definição leva em conta apenas aspectos exteriores do fenômeno como a demagogia e a emocionalidade. Por outro lado, Francisco Weffort entende que o populismo, seja movimento de massas ou governo, vai além dessas características externas. O fenômeno dependeria de condições sociais apropriadas para se desenvolver. Entre elas existiram três principais:

“1 – ‘massificação’, provocada pela ‘proletarização’ de amplas camadas de uma sociedade em desenvolvimento que desvincula os indivíduos de seus quadros sociais de origem e os reúne na ‘massa’, ‘conglomerado multitudinário de indivíduos, relacionados entre si por uma sociabilidade periférica e mecânica’;

2 – perda da ‘representatividade’ da ‘classe dirigente’ – e, em consequência, de sua ‘exemplaridade’ – que, assim, se transforma em ‘dominante parasitária’;

3 – aliadas estas duas condições à presença de um líder dotado de carisma de massas, teríamos todas as possibilidades de que o populismo se constitua e alcance ampla significação social.” (Weffort 1989, p. 26).

No caso brasileiro, o fenômeno populista clássico se dá em um contexto de urbanização. Uma das explicações para o não surgimento de lideranças populistas em pequenos municípios rurais do interior do país é a forma de

estrutura social e política ainda vigente na primeira metade desse século: o coronelismo. Sobre o coronelismo, Victor Nunes Leal explica que “este sistema político é dominado por uma relação de compromisso entre o poder privado decadente e o poder público fortalecido. O simples fato do compromisso presume certo grau de fraqueza de ambos os lados, também portanto, do poder público” (Leal, 1986 p 252). O coronelismo depende da interdependência, onde o eleitor está ligado ao coronel por relações econômicas pessoais. Muitas vezes esses constrangimentos chegam ao limite da sobrevivência. Esse tipo de relação não se aplica ao populismo e impede seu desenvolvimento. O ‘compromisso’ entre representantes e representados no populismo requer liberdade de ambas as partes. A aproximação se dá pelo carisma do líder ou novo discurso e não por dependência econômica direta. Tanto que os principais representantes do coronelismo nos municípios brasileiros, de acordo com Victor Nunes Leal, estavam ligados ao governo. Leal afirma que o coronelismo é governista por natureza. Já os populistas, em sua maior parte, são *outsiders*, identificados com o discurso da mudança e não da manutenção do *status quo* político local. Populismo e coronelismo são fenômenos políticos distintos e que não podem ocorrer simultaneamente por necessitarem de condições sociais opostas. Enquanto no coronelismo os representados aceitam o *status quo* vigente a partir da representação dos líderes tradicionais, no populismo os representados abandonam as lideranças tradicionais para apoiar o opositor ao *status quo*.

Existem mais diferenças que similaridades entre o populismo e o coronelismo, sendo um despropósito considerar populismo como uma espécie de ‘coronelismo urbano’. O coronelismo, como definido por Victor Nunes Leal, é uma forma de relação de dominação que atua no cenário do governo local e se dá em municípios do interior do país. Um elemento importante em sua ocorrência é a pequena capacidade que o Estado tem em interferir nas comunidades isoladas. O populismo brasileiro acontece normalmente em contextos urbanos e de urbanização crescente, onde as massas populares procuram cada vez mais a presença e intervenção do Estado em seus cotidianos e confiam nele como esfera definitiva na tomada de decisões sociais. O populismo se dá a partir de um processo oposto à ‘privatização’ da política, que acontece no coronelismo. É um fenômeno que privilegia a participação do ‘povo’ no espaço público da política,

através da delegação de poderes aos representantes dos interesses populares: os líderes populistas.

Diante disso, é possível estabelecer uma relação de ocorrência entre o coronelismo e o populismo no Brasil. O coronelismo é um fenômeno político típico de uma organização social anterior à organização que propicia o desenvolvimento do populismo.

Quase em sua totalidade, as bases sociais do coronelismo são formadas por empregados, agregados e dependentes, ficando as relações políticas entre eles constrangidas pelas esferas sociais e econômicas. Já no populismo, a adesão da massa ao líder carismático não se dá por constrangimentos econômicos diretos. Para aderir ao discurso revolucionário do populista, o 'povo' precisa estar livre das formas tradicionais de coerção social. A relação é de independência econômica e social, dando-se principalmente na esfera política.

O populismo clássico brasileiro só pode ter suas origens sociais compreendidas se for levado em conta o processo de crise política e desenvolvimento econômico de novos setores sociais a partir de 1930. Considerando-o como mera manipulação, fica impossível apreender a complexidade das condições históricas e sociais que cercam o populismo. Segundo Weffort:

"O populismo foi um modo determinado e concreto de manipulação das classes populares mas foi também um modo de expressão de suas insatisfações. Foi, ao mesmo tempo, uma forma de estruturação do poder para os grupos dominantes e a principal forma de expressão política da emergência popular no processo de desenvolvimento industrial e urbano. [...] Esse estilo de governo e de comportamento político é essencialmente ambíguo e, por certo, deve muito à ambigüidade pessoal desses políticos divididos entre o amor ao povo e o amor ao poder."(Weffort 1989, p. 62)

Torcuato Di Tella ressalta outro traço do populismo nas condições brasileiras que é o fato do país não ser apenas pobre em termos absolutos, mas estar localizado na periferia de países centrais ricos. Esse distanciamento cria nas populações terceiro-mundistas o chamado 'efeito de demonstração', que passa a ter grandes repercussões culturais. "Os Meios de Comunicação de Massa elevam o nível de aspiração de seus ouvintes, particularmente nas cidades e entre as pessoas escolarizadas [...] No momento em que se desatarraxa a tampa de uma sociedade tradicional, ninguém é capaz de predizer a quantidade de pressão que

escapará” (Tella 1983 p. 337). Considerando as conseqüências do chamado ‘efeito de demonstração’, é evidente que as populações de países terceiro-mundistas apresentam maiores predisposições para a insatisfação com as elites dirigentes do que as massas de países desenvolvidos. Nessas condições externas e onde internamente nenhum grupo detém de fato a hegemonia do poder político, abre-se a possibilidade do Estado afastar-se dos interesses mais imediatos das elites para sobrepor-se ao conjunto da sociedade como organismo independente dos grupos de pressão tradicionais através do populismo. Um aspecto antes irrelevante passa a ser decisivo quando nenhum grupo pode oferecer bases sólidas de sustentação ao Estado: as formas concretas de aquisição do poder ou organização para chegada aos postos de tomada de decisão. “Nestas condições aparece na história brasileira um novo personagem: as massas populares urbanas. Única fonte de legitimidade possível ao novo estado brasileiro” (Weffort. 1989, p.50).

Sem o apoio e ‘simpatia’ das classes intermediárias os fenômenos populistas teriam mais dificuldade para se concretizarem. Nas palavras de Décio Saes: “O populismo [brasileiro clássico] foi a ideologia das camadas médias já desembaraçadas da ascendência social das oligarquias e penetrou na classe operária em formação, tornando-se uma forma essencial de expressão.” (Saes 1985 p. 93).

A pressão popular sobre o Estado e as elites dirigentes, a partir do crescimento da insatisfação social, atinge os líderes identificados como responsáveis pela crise, mesmo que eles não tenham poderes para interferir nela. Sendo assim, as elites políticas locais também estão sujeitas a perder a capacidade de representação popular, pois muitas das crises que afetam as populações dos municípios são conseqüência de medidas externas, seja de âmbito regional, nacional ou internacional. Quando a crise é identificada como de responsabilidade da esfera federal, o arranjo político que sustenta o governo central tende a se dissolver, como aconteceu no Brasil durante a década de 20.

Devido a riqueza de condições e diversidade de casos no Brasil, o populismo é tema corrente nos meios acadêmicos desde meados do século XX. A seguir serão relatadas brevemente as principais correntes teóricas sobre o populismo brasileiro.

1.4 – DO POPULISMO AO NEOPOPULISMO

No artigo “O Nome e a Coisa: Populismo na Política Brasileira”, do livro ‘O Populismo e Sua História’, organizado por Jorge Ferreira em 2001, o autor trata de maneira cronológica, e quase na forma de tipologia, as produções acadêmicas sobre o populismo no Brasil. Na primeira fase dos estudos sobre populismo no Brasil, entre os anos 50 e 60, o fenômeno era considerado uma espécie de desvio da evolução “natural” da sociedade em direção ao socialismo e enraizamento do sindicalismo brasileiro. Esse desvio populista teria acontecido justamente no processo de transformação da sociedade tradicional em moderna, ou da economia eminentemente rural em urbana, a partir dos anos 30. Autores como Gino Germani, Torcuato de Tella e Octávio Ianni¹¹, todos vinculados à Teoria da Modernização, consideravam que o sujeito brasileiro, saído da sociedade rural, tinha como característica básica o individualismo. Quando transferido para aglomerações urbanas, ele manteria as características individualistas, abrindo espaço para relações personalistas e clientelistas do populismo. Citando Ianni, Ferreira lembra uma das características recorrentes dessa primeira fase: “por um lado há o surgimento de populações recém-chegadas do mundo rural que não dispõem de condições psicossociais ou horizonte cultural para um adequado comportamento urbano e democrático, por outro, a sociedade carece de instituições políticas sólidas, a exemplo de um sistema partidário” (Ferreira, 2001. p 66). Com o tempo foram aparecendo as inconsistências da teoria da modernização e a abordagem inicial do populismo passou a ser cada vez mais criticada. Apesar disso, durante décadas perdurou a idéia de que os indivíduos recém-chegados ao meio urbano teriam contaminado os antigos trabalhadores com idéias tradicionais e individualistas, gerando o

¹¹ De acordo com Angela de Castro Gomes, em 1953 esses autores fundaram o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) e começaram a publicar a revista ‘Cadernos do Nosso Tempo’, onde foram publicados vários artigos com a abordagem inicial do populismo.

ambiente propício para o surgimento de movimentos populistas.

Na segunda geração de estudos, entre os anos 70 e 80, outros elementos foram introduzidos pelos analistas na tentativa de entender o fenômeno populista. As características dos indivíduos cederam espaço para elementos como a opressão e manipulação como variáveis explicativas importantes para o sucesso de lideranças populistas. Dessa fase de estudos, o principal autor é Francisco Weffort. Em 'O Populismo na Política Brasileira', de Weffort, o argumento central é a imposição do populismo pela conjugação da repressão estatal, manipulação política e satisfação de algumas demandas dos assalariados. (Ferreira, 2000. p 83). Dessa forma, as matrizes teóricas das análises do populismo de segunda geração se distanciam da primeira geração, apesar dos objetos de estudo continuarem ligados a períodos de transformação estrutural da sociedade tradicional em moderna.

A partir dos anos 90, inicialmente em outros países latino-americanos que não o Brasil, abre-se espaço para uma nova matriz de análise sobre as recentes ocorrências populistas - pós-transformações estruturais das sociedades. Em função das diferenças que existem entre esse novo fenômeno e o anterior, ele passa a ser chamado de neopopulismo. Nesse tipo de abordagem predomina a idéia de persuasão das massas por uma liderança *outsider*. A idéia original de opressão não se aplica mais por se tratar de ocorrências em democracias e a manipulação, por não ser absoluta, dá lugar à persuasão.

A história recente da política latino-americana tem demonstrado que, apesar da superação pela maioria dos países dos processos de transformação estrutural (passagem da sociedade rural para urbana), lideranças carismáticas personalistas que invocam o 'povo' como principal objeto e inspirador de suas ações continuam presentes no cenário político – exceto nos momentos em que a democracia é suprimida por ditaduras patrimonialistas ou militaristas. Em artigo publicado no jornal Gazeta do Povo, intitulado As Sete Vidas do Populismo, a respeito das eleições presidenciais na América Latina nos anos 90, Rubens Ricuperio afirma que:

"A apertada vitória do Ricardo Lagos destruiu a ilusão de que o Chile se imunizara contra o populismo e passara a ser uma espécie de Nova Zelândia falando espanhol (...) De repente um neopopulista de direita estilhaça esse quadro idílico, mostrando que se pode ganhar a presidência na base de programa simplista de soluções para todas as

mazelas, mesmo no país que mais avançou no continente em matéria de ajuste estrutural. Com morte não só muitas vezes anunciada, mas necrológio devidamente publicado em livros, o populismo renasce das cinzas com tal freqüência e vigor que se fica tentado a ver nele como que a fórmula política latino-americana por excelência.” (2000, p. 59)

Após a substituição dos governos populistas pelos nacionalistas militares da América Latina entre os anos 50 e 60, vários autores (entre os principais encontra-se Octávio Ianni) afirmaram que o populismo havia chegado ao fim no continente. Acreditava-se que, com a consolidação dos processos de transformações estruturais e do Estado nacional, a tendência era de uma institucionalização cada vez maior das relações políticas, o que reduziria o personalismo e, por conseqüência, as possibilidades de novas manifestações populistas. Com o objetivo de demonstrar uma cadência evolutiva na ordem política, Samuel P. Huntington afirma que, na política “a institucionalização é o processo pelo qual as organizações e os processos adquirem valor e estabilidade. O nível de institucionalização de qualquer sistema político pode ser definido pela adaptabilidade, complexidade, autonomia e coesão de suas organizações e procedimentos” (Huntington, 1975 p 24). Ocorrências históricas têm desmentido a idéia do processo de evolução contínua da organização política, ou seja, em uma única direção. Apesar da consolidação do Estado nacional, a cultura política personalista por parte das massas e a incapacidade das elites em atender demandas e expectativas têm recriado as condições sociais necessárias para o retorno de fenômenos populistas, seja na esfera nacional, regional ou local, em uma espécie de movimento pendular do populismo. Sobre isso, Alfredo Ramos Jimenez escreve:

“Se é verdade que os conceitos estruturais-funcionais (problemática da modernização), marxistas (questão do bonapartismo) ou crítico-radicais, nas que se inscrevem boa parte dos trabalhos de investigação no passado, são insuficientes para dar conta das diversas experiências políticas de corte populista - aquelas que se expressam dentro dos processos de transição e consolidação da democracia - não é menos certo que o ressurgimento do fenômeno na política latino-americana do período recente desafia todas as teorias e hipóteses em uso” (1997, p. 90).

Mesmo que não exista um cenário de transformação das estruturas sociais, o fator crise é fundamental para a compreensão do neopopulismo. Não se trata mais de uma crise de representatividade de antigas oligarquias, mas de uma crise de capacidade de representação sofrida pelas elites em função do não

cumprimento de muitas das promessas da democracia. Em especial, a promessa do atendimento às demandas populares emergenciais através da maior possibilidade de participação e interferência na tomada de decisões públicas. Sem contar as históricas deficiências no atendimento às necessidades individuais básicas, que têm capacidade de mobilização maior que as questões abstratas relacionadas à democracia.

O neopopulismo é legitimado pela descrença que atinge as massas. Ele se beneficia da 'fadiga cívica' frente ao Estado, aos partidos políticos e às lideranças tradicionais, e que acaba beneficiando as lideranças marginais que defendem soluções inovadoras definindo-se como contrárias ao sistema vigente. É uma forma que as massas encontram para demonstrar insatisfação com a democracia de partidos, que vem sendo instalada na maioria dos países da América Latina, desde os anos 80. Segundo José Antonio Rivas:

"(...) não é fácil estabelecer um prognóstico relativo tanto a uma possível mudança de posição política geral quanto de um grau de insatisfação dos cidadãos a respeito dos partidos; o que não se pode desconhecer é que fenômenos como a informalização, a personalização e a espetacularização da política revelam novas formas de conceber e fazer política em nossos países, as quais supõem um questionamento da política tradicional, ou seja, da política institucional, assim as práticas neopopulistas colocam um grande número de indivíduos dentro da chamada antipolítica". (1997, p. 60)

As insatisfações populares, refletidas na informalização e personalização da política, nas palavras de Rivas, não são uma manifestação contra o sistema partidário ou contra a democracia de partidos como um todo, mas especificamente dirigida aos partidos e elites políticas que ocupam os postos de decisão no momento em que a crise acontece. Se a descrença fosse com o sistema em geral, as massas não continuariam votando em eleições periódicas. Provavelmente, as novas lideranças estariam pregando revoluções radicais ao invés da 'mudança política'.

O *new marginal man*, ou *outsider* neopopulista, mantém algumas características dos populistas clássicos. Em primeiro lugar, o 'povo' não pode identificar neles características comuns das lideranças tradicionais. Quanto mais novo for na política, mais fácil será a adesão da massa ao seu discurso. Além disso, precisa ter a capacidade de identificar na sociedade as principais demandas reprimidas e transformá-las em novas promessas. Por isso é que

integrantes da oposição política têm dificuldades de obter aderência ao seu discurso quando tentam se aproximar das formas populistas. Mesmo sendo opositor à elite dirigente, o político é identificado como parcialmente responsável pela crise por estar na cena política durante o crescimento da crise do discurso hegemônico.

Jimenez destaca três diferenças básicas entre os fenômenos neopopulistas e as ocorrências populistas clássicas nos países latino-americanos:

"1. Enquanto mobilização política, o neopopulismo se apoia em uma reivindicação da massa popular frente a uma classe política que encontrou grandes dificuldades para a institucionalização do regime democrático. 2. Promoção da antipolítica. A decadência dos partidos, que encontramos na origem de mudanças significativas nos respectivos sistemas de partidos e a crise de confiança na classe política teriam sido determinantes para o novo protagonismo dos políticos marginais do período recente. 3. O surgimento de uma cultura política neopopulista. O neopopulismo recorre a todo conjunto de idéias, atitudes e valores dos cidadãos desenganados pela promessa democrática e, ao mesmo tempo, propensos às soluções autoritárias." (Jimenez. 1997, p. 99)

Fica evidente que o histórico distanciamento entre as elites políticas latino-americanas (e brasileiras por certo) das massas transformadas em eleitores nos regimes democráticos é um dos elementos fundamentais para o surgimento e sucesso do neopopulismo em todas as esferas públicas. Mas apenas isso não é suficiente para explicar o desenvolvimento do fenômeno. Mesmo porque, o neopopulismo surge a partir do descontentamento das massas eleitorais – não se deve esquecer que ele acontece em sociedades democráticas ou em processo de redemocratização, onde as massas exercem seus direitos e deveres eleitorais periodicamente.

De acordo com Jimenez, uma histórica tendência autoritária entre as massas latino-americanas, ou uma falta de cultura política plenamente democrática, é o que tem favorecido o ressurgimento das lideranças personalistas. Essa questão precisa ser melhor discutida em função de seu caráter paradoxal. Por um lado, é incontestável a tendência antidemocrática das massas ao delegar a uma liderança de traços populistas a tomada de decisões políticas em seu nome. Votando em um neopopulista, o eleitor estará afastando a possibilidade de participação política através das instituições formais existentes, pois vai favorecer a liderança personalista à frente do Estado na figura do grande líder. É verdade que isso se dá, em grande parte, pelo desencanto das massas em relação às

instituições de representação após processos de desgaste da democracia de partidos que não consegue atender parte das demandas populares mais primárias. E o não atendimento dessas demandas se dá pela distância que existe entre a elite política e as classes populares. Esse fenômeno pode ser percebido em toda a América Latina redemocratizada e não apenas no Brasil.

Mas, por outro lado, há também um traço democratizante no que diz respeito às elites políticas no neopopulismo – aqui está o paradoxo. As elites políticas perdem sensibilidade social, em grande parte, devido aos baixos índices de renovação interna. Na América Latina elas se ‘fecham’ em oligarquias nas cúpulas partidárias que, em última análise, definem aqueles que podem ser candidatos e os que terão mais chances de serem eleitos. Não há um processo continuado de ascensão de novas lideranças para as estruturas partidárias – o que sem dúvida colabora para a perda de legitimidade da democracia de partidos. Com o surgimento de uma liderança ‘marginal’ ao sistema partidário tradicional, essa renovação acontece independente da vontade da elite política. Junto com o neopopulista surge uma classe política renovada, ou ‘oxigenada’, que divide espaço com as velhas lideranças de dirigentes partidários. Não chega a existir uma total substituição dos integrantes da elite, mas a renovação que fatalmente acontecerá é o que permite ao neopopulismo também possuir um caráter democratizante.

Autores latino-americanos que estudam o neopopulismo tratam do termo como uma forma de antipolítica. Eles encontram no sucesso eleitoral de *new marginals men* uma resposta das massas à incapacidade que os políticos tradicionais têm para resolver questões sociais básicas. Sendo assim, a massa, descrente de seus líderes, prefere se afastar das vias representativas institucionais e depositar suas esperanças no cumprimento das promessas de um novo líder carismático, que acena com a possibilidade de solução para os problemas geradores das crises. É aí que reside o paradoxo do antipolitismo e democratização a partir do neopopulismo.

O neopopulismo é uma das alternativas de solução para a chamada crise de representação política. Diante do quadro de perda de legitimidade das elites dirigentes, favorecendo o crescimento da aceitação popular por parte de elites carismáticas, uma das primeiras explicações para o processo de mudanças

políticas está baseada na tentativa de encontrar culpados pelas transformações políticas e transferência de poder entre os atores. A rápida mediatização da sociedade e seus efeitos 'maléficos' é uma das primeiras justificativas utilizada nesses casos.

Identificadas as principais características que conformam as lideranças populistas e neopopulistas é preciso tratar do instrumento mais comum de propagação da imagem desses populistas, os Meios de Comunicação de Massa - 'ferramenta' indispensável em processos eleitorais modernos em que lideranças carismáticas pretendem se posicionar como *outsiders* do sistema político e representantes das expectativas populares. É o que farei no próximo capítulo.

II – ELEIÇÕES E O RÁDIO

2.1 – COMUNICAÇÃO DE MASSA E POLÍTICA LOCAL

Um dos principais aspectos no debate sobre o neopopulismo está na discussão sobre a existência ou não de uma capacidade de ação racional nas massas que sustentam esses movimentos. Até que ponto a adesão ao discurso da mudança é estimulada pela crise das elites hegemônicas, onde começa a capacidade manipuladora das massas pelas lideranças carismáticas ou o comportamento eleitoral baseado puramente em emoções? Essas questões são relevantes aqui por se tratar de um estudo de eleições de radialistas, portanto, de comunicadores profissionais que se tornam políticos. De maneira geral, há uma tendência à minimização da importância do elemento 'crise de hegemonia' e uma sobrevalorização da influência da capacidade de convencimento, quase sempre pela emocionalidade, das novas lideranças através dos meios de comunicação. Isso se explica pelo fato dos *outsiders* utilizarem normalmente a mídia para difundir o discurso da mudança. Os fenômenos neopopulistas se dão em um cenário de descrédito do sistema de representação formal, onde as máquinas partidárias e corporativas têm função limitada como instrumento de difusão de discursos. Para Maria Lucia Victor Barbosa, "colocar-se ao lado dos oprimidos é uma tática usada pelas direitas e esquerdas de todas as nuances, levando vantagem os que melhor souberem fazer o papel de 'médium do psiquismo' coletivo". (Barbosa, 1988 p. 45).

Ao mesmo tempo, é inegável a participação dos meios de comunicação como propagadores de mensagens políticas. Para Alfredo Ramos Jimenez "os novos tempos da democratização têm favorecido uma mediatização da comunicação política. Um forma de política-espetáculo vem sendo imposta, tornando mais acessível os presidentes-atores nos cenários preparados para a mensagem populista de novo conteúdo" (Jimenez, 1997. p 97).

A questão que se busca responder com a análise de dois casos nos

próximos capítulos é até que ponto a comunicação de massa pode ser considerada um elemento mais importante do que a crise do discurso hegemônico em sociedades onde o neopopulismo é bem sucedido? Não seriam os meios de comunicação, assim como as máquinas de propaganda dos partidos do século XIX e início do século XX, instrumentos usados em favor de um novo discurso e não o motivo de sua existência?

Para começar a responder essas questões é preciso ampliar a discussão sobre a política na era da comunicação de massa. A mediatização eletrônica das sociedades é um processo que vem se desenvolvendo há cerca de cem anos. No Brasil ele começa na década de 20, com a fundação das primeiras rádios sociedades em Recife e Rio de Janeiro. A partir dos anos 30 o então presidente Getulio Vargas autoriza a veiculação de anúncios publicitários durante as programações das rádios. Entre as conseqüências dessa medida está a popularização dos programas de rádio, que passaram a buscar maiores audiências para aumentar o faturamento publicitário. Em seguida Vargas cria a Voz do Brasil, programa destinado à divulgação de atos governamentais diretamente à nação/ouvinte¹². Desde então, os meios de comunicação de massa tomaram-se imprescindíveis para a publicização de idéias – sejam na esfera política ou não. A política, como não poderia deixar de ser, também se apoderou das novas técnicas publicitárias. De fato, a sociedade como um todo passou por transformações culturais significativas, em especial na forma de relacionamento entre seus integrantes:

“Diferente da comunicação interpessoal, indistinta do social e exercida inespecificamente por todos os homens, a comunicação mediática destaca-se no social com a formata/ção de instituições, de papéis especializados, de axiologia e de simbologia próprias. Conforma-se um novo campo social: o campo dos media. [...]. A mensagem política, para atingir o cidadão, necessita, cada vez mais ganhar visibilidade, projeção. E essa visibilidade, nos grandes centros ou no meio rural, só se toma viável através da utilização dos media, capazes de atingir milhares de pessoas simultaneamente, graças à intensa evolução tecnológica, sobretudo no campo audiovisual. [...] O discurso político se transforma em mais uma mercadoria oferecida na grande sociedade de consumo globalizada em que se está tomando o planeta e, como “produto” a ser vendido, necessita aderir à lógica da publicidade, que é a da dramatização, para se tornar visível aos eventuais consumidores.” (Nunes. 2000, p 25-26).

¹² Logo após a revolução de 30 Getulio Vargas criou o Departamento Oficial de Propaganda (DOP), que ficou encarregado por uma seção de rádio que se chamava “Hora do Brasil”. Em 1934 o DOP foi transformado em Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, que deu início à “Voz do Brasil”. (Ortriwano, 1985. p. 17).

É inquestionável que a mediatização da sociedade não interfere apenas nas relações entre lideranças neopopulistas e as massas, mas altera todo o processo comunicacional da política, seja institucionalizado ou não. Em outras palavras, todas as lideranças e grupos de poder precisam se adaptar à nova realidade social e adequar suas ações à sociedade midiática. Segundo Márcia Vidal Nunes, “é justamente em função da visibilidade, da necessidade de conhecimento e reconhecimento por parte dos sujeitos políticos, que exercem o poder político ou o aspiram, que a arte ou artifício de produção de representações de repente demonstra-se como extremamente útil à política. (Nunes. 2000, p 27)

É necessário distinguir a importância dos meios de comunicação para o fornecimento de informações da influência que a mídia possa ter diretamente no comportamento social – inclusive político. Esses comportamentos são influenciados pela família, religião, escola, trabalho e por um infindável número de outras instituições. Em todas elas é possível encontrar a presença da mídia, por isso torna-se tarefa impossível medir a participação isolada de cada um na conformação dos atores sociais. Para a socióloga Maria Lucia Victor Barbosa, “meios de comunicação, meios de controle, meios do poder em si nada valem. O ator político tem que saber representar um show muitíssimo bem ensaiado”. (Barbosa, 1988. p. 88).

Bernard Manin atesta as mudanças nas relações políticas contemporâneas no que ele chama de democracia de público e apresenta duas causas para a nova realidade política:

“[...] Em primeiro lugar, os canais de comunicação política afetam a natureza da relação de representação: os candidatos se comunicam diretamente com seus eleitores através do rádio e da televisão, dispensando a mediação de uma rede de relações partidárias. [...] O que estamos assistindo hoje em dia não é a um abandono dos princípios do governo representativo, mas a uma mudança do tipo de elite selecionada: uma nova elite está tomando o lugar dos ativistas e líderes de partido. A democracia do público é o reinado do “comunicador”. O segundo fator determinante da situação atual são as novas condições em que os eleitos exercem o poder. Reagindo a essas mudanças, os candidatos e os partidos dão ênfase à individualidade dos políticos em detrimento das plataformas políticas. (Manin. 1995. p 25-26)

Na democracia de público, todos os atores que disputam votos na arena pública contam com os mesmos instrumentos para difusão de suas idéias: os Meios de Comunicação de Massa. Isso não significa que haja uma neutralidade da mídia, mas que os veículos de comunicação precisam passar a ser

considerados como mais um fator de capital dos partidos e atores políticos. É dessa mudança que Manin trata.

Cada vez mais os políticos precisam utilizar os 'serviços' prestados pela comunicação de massa para obterem a visibilidade necessária aos seus discursos e ações, tendo como objetivo final o voto. Como a mídia se insere em uma lógica comercial, ou de consumo, as mensagens propagadas por ela – inclusive as políticas – precisam se adequar às possibilidades do meio para serem propagadas. Os conteúdos dos discursos têm que se transformar em 'produtos' vendáveis. Com isso, a política mediatizada perde seu caráter ideológico para ganhar aspecto de show. O esvaziamento de conteúdo da política contemporânea não é característica apenas dos contextos neopopulistas. Ele passa a ser condição natural em qualquer processo político mediatizado. "A técnica da construção de enredos, de personagens e personalidades e dos meios de representação tornam-se fundamentais no uso político da mídia. Mas se torna ainda mais fundamental a necessidade que tem a encenação de provocar efeitos 'dramáticos' sobre os destinatários, trata-se, conforme o caso, de emoções trágicas ou cômicas". (Nunes. 2000, p 28)

Sendo assim, a política em geral tende a se afastar cada vez mais do campo das idéias para ser pautada por personagens e imagens construídas tecnicamente. A evolução do marketing eleitoral é prova disso. Passaram a existir alguns perfis básicos de personagens, tais como o 'herói', o 'homem comum', 'o líder charmoso', o 'pai da pátria' e 'a estrela feminista', entre outros. Cada homem público – tradicional ou neopopulista - escolhe um papel a desempenhar, como se estivesse em um espetáculo.

A espetacularização é o fato novo da política mediatizada e não está presente apenas nas ocorrências neopopulistas. A política moderna também é caracterizada pelo fato da mídia comercial se sobrepor aos veículos de comunicação ideologicamente dirigidos. Os partidos políticos não têm condições de manter jornais ou programas de veiculação nacional. Para serem comercialmente viáveis, os meios de comunicação precisam demonstrar independência ideológica. Com isso, os consumidores dos discursos têm acesso a mensagens padronizadas e pretensamente neutras. Os políticos disputam as preferências eleitorais em um cenário onde os discursos que mais se

aproximarem das expectativas dos eleitores têm maiores chances de sucesso. Como essas expectativas estão em permanente mutação, devido às transformações de conjuntura social e volatilidade dos eleitores, as tendências de preferências das massas deixam de ser constantes. A consequência imediata disso é que os resultados eleitorais passam a ser cada vez menos previsíveis. “De um lado, toda eleição visa necessariamente distinguir os que apoiam um candidato dos que são contrários a ele. Por outro, as pessoas se mobilizam e se unem mais quando têm adversários e percebem existir diferenças entre elas e os demais. Os candidatos precisam não só identificar a si próprios, mas também definir seus adversários” (Manin. 1995, p 27).

Nas condições descritas acima, onde os eleitores tendem a ter uma posição volátil em relação ao espectro ideológico dos partidos políticos e os candidatos estão em constante adaptação às condições de cada cenário, as campanhas eleitorais ganham importância. É nelas que os políticos moldam suas imagens. Nesse cenário, “os meios de comunicação são tanto o principal canal de acesso dos cidadãos às informações de que precisam para agir na esfera política quanto o instrumento dos líderes políticos para a divulgação de suas mensagens, projetos e temas para a agenda pública.” (Miguel. 2000. p 66)

Também é durante as campanhas que os eleitores definem a inclinação em favor ou contra as mensagens difundidas naquele momento – isso não significa que as informações recebidas e a experiência cotidiana anterior ao processo eleitoral sejam dispensáveis no processo de escolha dos eleitores. O voto, que é a vontade eleitoral sedimentada, é relativo à soma das experiências vividas com a interpretação das mensagens políticas durante a campanha eleitoral. Ele é definido a partir de uma reação do eleitor aos diferentes discursos difundidos pelos candidatos e seus apoiadores. Para Manin:

“Os políticos têm uma autonomia apenas parcial ou relativa na seleção dos assuntos que dividem o eleitorado; eles não podem inventar, com total liberdade, os princípios da clivagem que irão compor [...]. O candidato toma a iniciativa de propor uma linha divisória durante a campanha, ou, com menos riscos, a partir das pesquisas de opinião. O público, a seguir, responde à divisão proposta e, por fim, o político corrige ou mantém a proposta inicial, dependendo da reação do público”. (1995, p 28)

A formação da imagem de determinado candidato a cargo público se dá em grande parte durante a campanha eleitoral. Mas o histórico dos políticos também

é levado em consideração pelos eleitores. Dessa forma, para ser bem sucedido, todo candidato precisa saber adaptar seu discurso às demandas sociais mais agudas; aquelas que sensibilizam um número maior de eleitores, sem parecer artificial. Os Meios de Comunicação de Massa servem para ampliar a visibilidade de determinado ator e seu discurso. Mas se a fala dele não estiver de acordo com as demandas sociais, suas chances de sucesso eleitoral serão reduzidas. Nas palavras de Barbosa, “nenhum supermercado eleitoral, nem meios de comunicação, conseguem a identificação consumada na boca da urna. Se tudo isso ajuda, fica por conta de um indefinível ‘algo mais’ que possui o feiticeiro das massas (...) a capacidade de converter momentaneamente a descrença em crença” (Barbosa, 1988 p. 89).

A especificidade dos neopopulistas nesse cenário é que eles apresentam uma capacidade para identificação do melhor recorte ao discurso político. Além disso, em cenários de crise, os *outsiders* conseguem moldar melhor a imagem de únicos capazes de implementar medidas necessárias à solução dos problemas sociais. Quando se trata de uma eleição majoritária, como é o caso de disputas entre candidatos a prefeito, pelo menos a maioria simples dos eleitores precisa estar apta a aceitar o discurso da mudança. Caso contrário, o *outsider* não consegue votação mínima para se eleger. Isso significa que por melhor comunicador que seja, o político/radialista só terá sucesso eleitoral em disputas majoritárias quando contar com condições favoráveis à sua candidatura que independam das suas qualidades políticas.

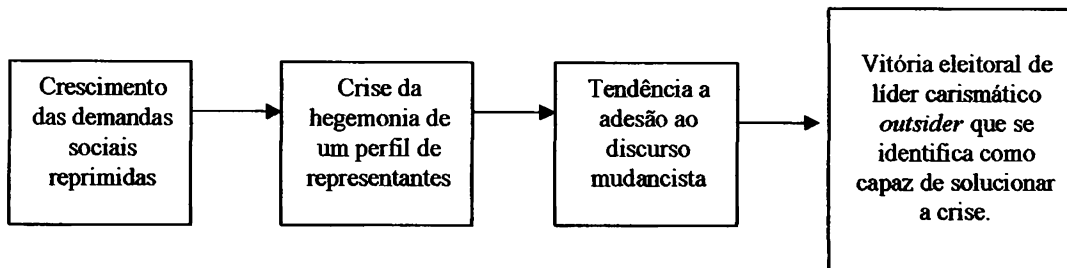
“O uso do rádio, através de intenção política, requer por parte de quem assim o utiliza a capacidade de atingir o inconsciente coletivo da miséria através de uma linguagem enérgica, de uma montagem de programas, baseada no cotidiano (...) como forma última de solução da oferta concreta de benefícios que se fizerem necessários para completar a credibilidade dos ouvintes. (Barbosa, 1988 p. 96).

É nesse sentido que o trabalho procura relativizar a importância do rádio¹³ na eleição de prefeitos/radialistas, pois as condições para as vitórias eleitorais dos dois casos em estudo aqui antecederam o surgimento deles na cena política. O

¹³ Apesar de na literatura ser comum encontrar considerações de que nas eleições proporcionais o rádio é um instrumento eleitoral mais potencializador de vitórias do que em eleições majoritárias, os resultados das votações para a Assembleia Constituinte de 1987 mostram o contrário. Foram eleitos nove radialistas para o congresso naquele ano enquanto outras categorias profissionais tiveram melhor desempenho: advogados (171), empresários (80), médicos (48), engenheiros (47).

processo social na relação entre representante e representado que resulta no sucesso eleitoral do discurso populista de candidatos a prefeito radialistas pode ser reproduzido pelo seguinte esquema:

Figura 1 – Fatores sociais básicos para o desenvolvimento do populismo



As demandas sociais não atendidas, que são as geradoras das crises sociais, não têm ligação direta com o surgimento de um radialista/político no cenário eleitoral local. O que os comunicadores *outsiders* fazem é ressaltar os problemas já enfrentados pela população em seus programas radiofônicos, daí a presença da violência, do abandono social e dos problemas vividos pelos “pobres”¹⁴. A perda de exemplaridade da elite dirigente tradicional é outro fator que antecede a presença do *outsider*. Os dirigentes políticos deixam de ser capazes de representar a sociedade quando não conseguem identificar as demandas sociais. O que o radialista faz é publicizar as limitações da elite dirigente e propor sua substituição a partir de fatos sociais¹⁵. Sendo assim, é possível considerar que a existência de predisposições sociais, tais como crise social e surgimento de uma liderança carismática, aliadas à capacidade dos meios de comunicação de massa para difundir mensagens mudancista, sejam indispensáveis para o sucesso eleitoral de *outsiders* em política local, como tratado a seguir.

(Barbosa, 1988 p.96).

¹⁴ Maurício Silva lembra que, diferente dos contatos diretos em que o candidato tem limitações, o contato através da mídia possibilita a criação de estratégias para que a interpretação dele se aproxime da opinião pública, ou seja, o político aparece de acordo com os anseios do eleitorado.

(Silva, 2000. p. 31).

¹⁵ Quando em seus programas os radialistas/políticos apresentam casos de pessoas que não foram atendidas pelo sistema público de saúde ou que sofreram algum tipo de dano causado pelas más condições dos serviços de responsabilidade do município, eles estão tomando uma experiência pessoal em fato social; o que é diferente de criar demandas sociais para manipular as vontades dos eleitores.

2.2 – RADIALISTA/POPULISTA E ELITE GOVERNANTE NA DISPUTA PELO PODER LOCAL

O presente trabalho analisa a ocorrência do populismo e neopopulismo em dois municípios de porte médio do interior do Paraná (Londrina e Ponta Grossa).¹⁶ Nos municípios, de maneira geral, há um favorecimento à aceitação do discurso da contra-elite em períodos de crise. Esse favorecimento deve-se à maior proximidade que existe entre as elites políticas e as massas locais.

Estudos recentes como o de André Singer, “Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro”, mostram que um percentual dos votos em eleições federais tende a ser definido ideologicamente. Por estar mais distante da realidade local, uma eleição federal pode reservar parte da votação para escolhas ideológicas. É provável que esse mesmo eleitor, em eleições municipais, adote posições menos ideológicas e mais pragmáticas devido à proximidade dos candidatos e à maior interferência de questões cotidianas abordadas durante a campanha. São raros os candidatos a prefeito que tratam de temas como política externa, matriz energética ou necessidade de vigilância das fronteiras nacionais em sua campanha eleitoral. Quando isso acontece, a eficácia da campanha eleitoral é reduzida a índices muito baixos. O eleitor municipal quer ouvir propostas sobre questões cotidianas como geração de emprego, acesso aos serviços de saúde gratuitos e benefícios como melhorias urbanas, asfaltamento, construção de escolas, atração de novas oportunidades empresariais.

A opção pelo estudo do neopopulismo local justifica-se no fato de que o eleitor constrói sua própria realidade social e política levando em conta a realidade social e política local – sempre fazendo a relação dessa realidade com a política mais ampla (nacional). Faz isso com base em informações disponíveis, experiência adquirida e perspectivas ideológicas de que dispõe. Em função da maior proximidade com os temas políticos, em eleições locais os indivíduos

¹⁶ O estudo destes fenômenos em política local se justifica pelo fato das crises nos discursos hegemônicos serem mais evidenciadas em microssistemas políticos.

tendem a ser atores mais racionais e conscientes da importância de sua participação. Um estudo de Morris Fiorina intitulado *'Retrospective Voting in America Electors'*, desenvolvido nos Estados Unidos comprovou a existência do que Fiorina chama de voto retrospectivo, que ocorre quando o eleitor decide seu voto principalmente a partir dos conceitos que formou a respeito da administração anterior. Se houver uma aprovação da administração local, a tendência é que o candidato da continuidade seja eleito. Se houver uma rejeição por parte do eleitor, a oposição consegue significativa vantagem na disputa.

A menor influência da emocionalidade nas eleições locais ressalta a capacidade de dar respostas às condições do ambiente imediato em que vive o eleitor. Em algum grau, essa percepção da realidade local pelos eleitores é permeada pelas relações entre a política nacional e a política municipal. Ao se referir às diferenças entre a liderança populista de grandes centros urbanos e de cidades do interior, Neusa Meirelles Costa afirma o seguinte: "[...] pode-se admitir a correspondência entre o comportamento político das massas urbanizadas da metrópole e do interior, mas ao focalizar o comportamento político no interior constata-se a existência de toda uma 'manipulação política' no sentido de 'adaptar', 'adequar' a mensagem do líder populista urbano às condições concretas e 'preocupações' do eleitor local". (1981, p 36)

É através de mecanismos como o contato pessoal e a troca de favores que, na política local, divulga-se a pessoa do líder populista, aproximando-o de seus adeptos, suas idéias e propostas, privilegiando-se, sobretudo, as 'vantagens' que a eleição deste trará a cada eleitor.

"[...] Dessa forma, através de mecanismos tradicionais que integram a práxis de manutenção do poder, por parte dos grupos dominantes locais, adapta-se o populismo às condições concretas, específicas da sociedade local. Estão, contudo, presentes neste processo os mesmos componentes do populismo na sociedade nacional: a) a personalização do poder; b) necessidade de participação política das classes urbanas; c) imagem da soberania do Estado sobre a sociedade". (Costa. 1981, p 41).

Outra diferença entre o populismo local e nacional no Brasil diz respeito à continuidade das ocorrências do primeiro desde o início do século, enquanto o segundo foi interrompido pelo golpe militar de 1964. Tanto que as pesquisas que se ocupam do populismo nacional no País definem o período de 1946 a 1964 como o da democracia populista brasileira. Acontece que, na esfera local,

excetuando as capitais de Estado e cidades consideradas de interesse à defesa nacional, as eleições diretas para o Executivo local foram mantidas durante o regime militar. Com isso, as condições para a manutenção do neopopulismo no interior do País não foram interrompidas, o que pode ser comprovado na análise do caso de Londrina.

Quando o desempenho dos representantes públicos fica abaixo do esperado pela sociedade, começam a surgir as frustrações populares. Se nesse momento houver uma liderança fora da classe política que consiga captar as aspirações da massa e que disponha de instrumentos para difundir um discurso mudancista, as condições para a substituição dos dirigentes tradicionais estarão dadas. Quando o *outsider* em potencial é um radialista, o meio de comunicação facilita a massificação das mensagens e formação da imagem do novo político.

Como se pode perceber, a ‘manipulação das vontades dos eleitores’ não está na origem dos neopopulistas/radialistas. As condições sociais básicas para o sucesso eleitoral desse tipo de liderança depende menos da capacidade doutrinadora do comunicador e mais das condições externas a ele. É preciso ter em mente que a adoção de uma postura oposicionista pela massa não se dá simplesmente por reação automática a estímulos psicológicos ou ao simbolismo radiofônico. Sobre isso, Sandor Halebsky sugere o seguinte:

“Devemos procurar um melhor entendimento do mundo subjetivo do dissidente político e da construção interpretativa do significado em termos dos quais ele explica suas circunstâncias ambientais. Isso deve incluir a compreensão da experiência consciente e a interpretação, pelo indivíduo, das características sistêmicas externas, bem como das diversas condições presentes no ambiente imediato. [...] A política radical [aqui considerada como apoio à liderança neopopulista] não é, em geral, uma explosão expressiva, mesmo em frustração, uma busca de comunidade, ou um meio de evidenciar hostilidades ou peculiaridades sociais. É, isso sim, a seleção de uma entre várias alternativas, à luz das necessidades individuais, que envolve uma interação interpretativa com o ambiente e um processo de educação ou aprendizado político, no tempo, pouco diferente em princípio da maioria dos tipos de formação de atitude.” (1978, p. 155)

O comportamento político neopopulista depende de uma liderança carismática que tenha competência para instrumentalizar os meios de comunicação de massa, mas sua origem social é explicada pela crise de hegemonia dos governantes que, por sua vez, pode ter várias causas: crise social, política ou econômica, considerando que é praticamente impossível estabelecer os limites de cada esfera.

A personalização das relações políticas, histórica no Brasil e bastante comum na América Latina, encontra um instrumento potencial a seu favor nos meios de comunicação de massa. O rádio, uma das mídias mais difundidas na sociedade moderna, estabelece uma relação pessoal direta entre o líder comunicador e o ouvinte/eleitor. Segundo Márcia Vidal Nunes, “o espaço radiofônico parece ser um fórum privilegiado de poder, onde transitam ouvintes e autoridades diante da população exatamente como num filme, ou num desfile. O programa radiofônico adquire *status* de espetáculo, onde a atuação do ouvinte e da autoridade são projetadas socialmente” (Nunes, 2000 p. 264)

Em sua pesquisa sobre o surgimento de novas lideranças políticas a partir do rádio em Fortaleza, Nunes utiliza a denominação de ‘delegado do ouvinte’ para identificar o resultado do processo pelo qual os radialistas se tornam políticos, eleitos pelo voto direto. Ela destaca que nem todo radialista se transforma em político. Para ser um delegado do ouvinte, o comunicador precisa identificar as demandas populares e utilizá-las em suas mensagens da forma que a audiência espera ouvir. “Esse processo de ‘politização’ dos gêneros radiofônicos representa, na prática, a despolitização do conjunto dos ouvintes que, acreditando se encontrarem incapacitados de exercerem sua cidadania plenamente, delegam a um só, ao locutor, a condição de lutar politicamente por eles” (Nunes, 2000 p. 107).

Nunes analisa a carreira de radialistas que conseguiram se eleger para cargos legislativos em sua maioria para a Assembléia Legislativa do Estado. Parece evidente que nas eleições para Executivo, como as de prefeito, o processo de definição do voto pelos eleitores seja diferente. A própria natureza das eleições é distinta. A primeira é proporcional enquanto a segunda é majoritária. Em uma eleição proporcional é possível ser bem sucedido com votos muito segmentados - aliás isso é o mais comum. Já para as eleições majoritárias, o vitorioso precisa de maioria simples de votos. Ou seja, tem que obter votos em todos os segmentos representativos socialmente.

O eleitor também reconhece, não resta dúvida, a maior responsabilidade do Executivo na implementação de políticas e programas públicos. Um indicador dessa diferenciação feita pelo eleitor é o índice de abstenção em eleições majoritárias e proporcionais que acontecem no mesmo dia. Há uma tendência de

abstenção menor nas votações majoritárias, se comparadas com as eleições proporcionais¹⁷. O voto para deputado ou vereador está mais sujeito a influências não racionais que o voto para os cargos Executivos. Isso nos leva a crer que o Rádio, de onde sai a maioria dos comunicadores políticos – inclusive os dois analisados nos próximos capítulos deste trabalho -, tem uma importância maior no processo de obtenção de apoio para campanhas legislativas do que para as do poder Executivo. Em uma eleição para vereador ou deputado, o radialista assistencialista pode ser eleito apenas com votos de seus ouvintes, predominantemente pertencentes às classes baixas. No caso de candidatura a prefeito, a vitória depende de uma rede de apoios mais abrangente que a formada apenas pelos ouvintes de seus programas diários. Porém, a função desses programas, em ambos os casos, é identificar o comunicador com as propostas de solução (muitas vezes fáceis no discurso) dos principais problemas que atingem diretamente a população de maneira geral. “São gêneros onde os problemas das classes C, D e E aparecem e onde, freqüentemente, essas pessoas têm a oportunidade de se manifestarem. Desemprego, abandono, carência, fome, malogro, desespero, caos urbano, sede de ser compreendido, necessidade de expressar sentimentos de alegria e revolta” (Nunes, 2000 p. 108).

O processo de percepção de demandas e difusão de mensagens à audiência dá início à formação das novas lideranças políticas. O passo seguinte à identificação das expectativas populares é a politização dos programas radiofônicos dos mais variados gêneros. Comunicador e público estabelecem compromissos em comum, que incluem por um lado o apoio eleitoral ao *outsider* e por outro a promessa de atendimento às demandas sociais reprimidas. “Esse processo de construção é coletivo. Radialistas e ouvintes arquitetam juntos o personagem que assume os mais variados papéis. Cada ‘delegado do ouvinte’ resulta desse encontro entre o imaginário do ouvinte e o estilo adotado pelo radialista”. (Nunes. 2000, p.108)

O mérito do comunicador que se transforma em liderança política está em conseguir identificar os pontos mais agudos da crise do discurso hegemônico. Em seguida ele transforma as demandas sociais não atendidas em “promessas concretas” e, difundidas pela mídia, as bases sociais do neopopulismo tratarão de

¹⁷ Relatório Balanço Eleitoral TSE 2000.

concretizar o projeto político da nova liderança carismática.

O candidato/radialista a cargos majoritários surge de uma crise da hegemonia da elite dirigente, que por sua vez é agudizada por uma crise social mais ampla. A crise de representatividade política gera nos eleitores resistência ao perfil tradicional dos políticos e torna possível, em determinado momento histórico, a aceitação do discurso populista, mesmo em sociedades historicamente avessas ao populismo. Mas essa alternativa só se viabiliza com o aparecimento de uma nova liderança política, o *outsider*, em momentos agudos de crise. É nesse momento que ganha importância a capacidade do *outsider* em difundir suas idéias e o rádio é um dos melhores veículos para desempenhar essa função em sociedades como a brasileira, onde partidos políticos e outras organizações políticas nem sempre têm capacidade para atingir as massas populares.

Nas próximas páginas estarão sendo analisadas as crises sócio-econômicas e de representatividade das lideranças políticas tradicionais nos municípios de Londrina, nos anos 70, e de Ponta Grossa, nos anos 90. A partir da identificação dessas crises é possível explicar as vitórias eleitorais de dois neopopulista/radialistas para cargos executivos municipais: Antonio Casemiro Belinati, em Londrina (1976); e Jocelito Canto, em Ponta Grossa (1996), que vão além dos efeitos de seus programas de rádio.

III - MDB DE LONDRINA: UM CASO DE INCORPORAÇÃO DA LIDERANÇA POPULISTA

3.1 – Populismo eleitoral durante o regime militar

Início aqui a análise dos precedentes sociais para a viabilização eleitoral de radialistas/populistas em eleições para as prefeituras municipais de Londrina e Ponta Grossa em dois momentos políticos distintos. A primeira ocorrência se deu nos anos 70, durante a vigência do bipartidarismo no Brasil. Já em Ponta Grossa, a experiência eleitoral neopopulista aconteceu durante os anos 90, quando o país experimentava mais de uma década de processo de redemocratização. No cenário regional também há diferenças. Nos anos 70 o Paraná passava pelo maior movimento de expulsão demográfica do Brasil naquele período, gerado principalmente pela transformação do perfil agrícola local, que substituiu atividades rurais que demandavam muita mão de obra, como o café, por lavouras altamente tecnificadas, como milho e soja. Já nos anos 90 o Estado experimenta um refluxo do movimento migratório de expulsão em pequenos e médios municípios e uma aceleração das correntes migratórias das pequenas cidades para pólos regionais e municípios com maior índice de urbanização.

O que há em comum entre as duas ocorrências é que ambos populistas começaram suas carreiras políticas como apresentadores de programas radiofônicos e passaram por cargos legislativos antes da eleição para prefeito. Belinati foi vereador, deputado estadual e deputado federal. Canto foi deputado estadual antes de chegar à prefeitura. Os dois tornaram-se populares em seus municípios a partir de programas radiofônicos de denúncias e assistencialismo social, procuravam dar voz a seus ouvintes, normalmente pertencentes a classes sociais baixas. Além disso, as condições sociais para as eleições de Belinati em 1976 e Canto em 1996 são similares. Tanto a Londrina dos anos 70 quanto a Ponta Grossa dos anos 90 passavam por transformações econômicas e tinham elites hegemônicas locais com perfil bem definido. Esses dois elementos,

somados ao surgimento de uma liderança carismática *outsider*, permitiram as condições sociais ideais para o sucesso eleitoral do populismo.

Já a principal diferença entre os dois casos é que em Londrina as alterações na elite política provocadas pela ascensão do *outsider* foram menores que em Ponta Grossa. Isso porque as lideranças políticas dirigentes locais souberam incorporar o radialista/populistas ao seu grupo, coisa que não aconteceu em Ponta Grossa, significando que em Londrina a capacidade de renovação das elites hegemônicas pela ocorrência populista foi menor que em Ponta Grossa.

Antes de iniciar a análise do caso de Londrina propriamente dito, faço uma rápida abordagem sobre os aspectos da Teoria das Elites que mais interessam a este trabalho, visto que em grande parte as condições favoráveis para os políticos *outsiders* são dadas pelo desgaste da elite dirigente que detém a hegemonia política local.

3.2 – RENOVAÇÃO DAS ELITES E AS MASSAS

O fato das elites políticas tradicionais perderem a funcionalidade em determinados cenários sociais adversos é o elemento chave para se entender as origens do populismo e neopopulismo. Antes de tratarmos da funcionalidade das elites, é preciso pontuar sumariamente os elementos que importam a este trabalho sobre a Teoria das Elites¹⁸. A idéia geral presente nos elitistas clássicos é a existência de um fenômeno universal: a cisão entre uma minoria dominante e uma maioria dominada. Isso nunca desaparecerá, segundo o elitismo clássico.

¹⁸ A Teoria Clássica das Elites tem sido alvo de severas críticas no último século. Entre os principais argumentos contra os elitistas está a fragilidade da explicação para a gênese das elites. De maneira geral, os elitistas defendem que uma minoria social consegue se manter mais coesa, em primeiro lugar, por ser uma minoria. Além disso, ela possui um objetivo comum que é ocupar as posições de tomada de decisão. Mas isso, para os críticos, não explica que tipo de motivação levaria um grupo de indivíduos a descobrir que seus projetos de Poder são comuns e a buscar – como conjunto – o sucesso desse projeto. Pode-se afirmar que mesmo sem uma tematização sistemática, os elitistas clássicos justificam a formação da elite dirigente na crença de que toda sociedade tem a necessidade indiscutível de que um pequeno grupo de indivíduos precisa ser formado para comandar a maioria. Ou seja, a gênese da minoria dirigente não está no interior do grupo dominante, mas na necessidade difusa por toda a sociedade em ter um número reduzido de indivíduos tomando decisões para que as organizações funcionem adequadamente. Quando as organizações não atingem seus objetivos essa mesma maioria pode substituir a elite dirigente,

Para os elitistas, no terreno da política as minorias sempre dominam o Poder. De acordo com essa Teoria, o importante é saber qual o modo de recrutamento e de formação das elites. Gaetano Mosca, em seu livro 'A Classe Dirigente', estuda a classe dominante – aquela que toma decisões – em oposição à classe dominada – a que se submete às decisões tomadas. Mosca alerta para a existência de um movimento contínuo entre os que tomam decisões e um terceiro ator: os que influenciam a tomada de decisões e podem ser chamados de integrantes da classe política. Ele apresenta duas explicações para a divisão em classes. “É evidente o predomínio de uma minoria organizada, que obedece a um único impulso, sobre a maioria desorganizada. A força de qualquer minoria é irresistível frente a cada indivíduo da maioria, que está sozinho diante da totalidade da minoria organizada. E ao mesmo tempo se pode dizer que esta se fez organizada por ser minoria” (Mosca.1992 p. 110).

Transforma-se em governante o grupo de homens que dispõe de determinados atributos mais valorizados pela sociedade¹⁹. Como os valores de um povo mudam historicamente, é possível, mais do que isso, é provável que haja uma transformação a longo prazo do perfil e da origem dos integrantes da classe dominante. A curto prazo, movidos por fatores extraordinários como uma crise econômica ou social aguda, as massas podem buscar minorias organizadas com características distintas das tradicionais para governá-las.

Com respeito à renovação da classe governante, para Mosca ela normalmente começa com novos valores da sociedade, que substituem os integrantes da antiga elite governante, por não possuírem os novos atributos desejados. Sendo assim, a classe dominante fica menos apta ao exercício do Poder e o discurso dos líderes não é mais capaz de inflamar as Massas. A consequência natural, nesse caso, é a renovação, que pode acontecer de duas formas. Pela via lenta e gradual, quando integrantes das massas, portadores dos novos atributos, vão se infiltrando na classe política até chegar à elite dominante.

desde que disponha de instrumentos para isso.

¹⁹ Tom Bottomore diz o seguinte sobre a elite: “Esta minoria, composta dos que ocupam os cargos de comando político e, mais vagamente, dos que podem influir diretamente nas decisões políticas, sofre mudanças na sua composição dentro de certo período de tempo, em geral através do recrutamento individual de novos membros nos estratos inferiores da sociedade, por vezes pela incorporação de novos grupos sociais e ocasionalmente pela substituição total da elite estabelecida por uma ‘contra-elite’, como nas revoluções”.

Essa forma de renovação é a predominante nas sociedades modernas. A outra é a via revolucionária. Mais raras, as revoluções ou invasões de nações são uma maneira de promover a renovação das elites 'fechadas' à renovação gradual. No caso do neopopulismo, a ação política de votar em um *outsider* pode ser considerada quase uma revolução no sentido de renovação da elite dirigente. Essa renovação dos dirigentes políticos pode partir tanto das elites culturais ou das elites econômicas, como também das massas. "Não existe apenas uma elite. Em uma sociedade de massa, altos dirigentes industriais, considerados como pertencentes à elite econômica, podem integrar a massa cultural, e serem simples governados. Por outro lado, trabalhadores, que ocupam posição de massa no plano econômico, podem ter status participacional superior como desportistas" (Jaguaribe, 1974 p. 104).

A elite política não é formada por nenhuma classe social específica. Ela representa, de fato, um estrato da sociedade formado por pessoas que demonstram possuir alta capacidade pessoal. A elite sempre será formada por indivíduos que demonstrem essa capacidade, independente da classe social de origem deles. Segundo Jaguaribe, é um engano o "entendimento de elite, algumas vezes, como sendo a camada superior e relativamente unificada de uma sociedade e, outras, como a camada superior dos mais variados grupos, tais como a elite financeira, elite artística, ou ainda elite desportiva, a elite cinematográfica, etc." (Jaguaribe. 1974 p. 98)

A posição na classe social pode ser determinada por fatores como renda, hereditariedade e ocupação atribuídas aos indivíduos. Já a elite é formada por uma correlação entre status e capacidade pessoal²⁰. Sendo assim, podem existir

²⁰ Para Vilfredo Pareto a superioridade da elite é natural. Alguns nascem com capacidade para pertencer à elite e outros para a massa. Porém, ele ressalta que isso não significa que os postos de tomada de decisão são ocupados por indivíduos com maior capacidade. Pode haver distorções, aliás, graças a isso se dá o movimento circular das elites políticas. Para ser bem sucedido na elite política o indivíduo tem que ser naturalmente superior, ou seja, conseguir equilibrar o poder de persuasão das massas com a manutenção do Poder através do uso da força. O que é o processo persuasivo senão a utilização de crenças sociais como justificativa para a tomada de determinadas decisões. Esse processo persuasivo se dá quando uma minoria consegue convencer – a partir de argumentos considerados positivos pelo conjunto da sociedade – que ela seria a melhor governante. A circulação das elites políticas aconteceria porque determinados indivíduos conseguiriam melhores resultados na instrumentalização das crenças sociais a seu favor do que o grupo que está no Poder. Mais uma vez, a gênese da minoria política se dá no conjunto de crenças da sociedade, sendo externa à própria classe dirigente. Os resíduos e as derivações (conceitos presentes na literatura paretiana) são o conjunto de crenças e idéias de uma sociedade que sofre influências e modificações conjunturais.

várias elites em uma mesma sociedade, desempenhando diferentes funções. A elite política é uma delas, formada por indivíduos que demonstraram capacidade de liderança nesse setor específico da sociedade.

Quando a elite política tem tendência à aristocracia, ela não consegue evitar a revolução ou movimentos oposicionistas radicais. Se for mais adaptada à democracia, pode favorecer a manutenção de um sistema de substituições lentas e graduais de seus integrantes. O melhor ou pior desempenho das elites na avaliação da sociedade explica a maior ou menor velocidade dos processos de substituição de dirigentes políticos. Quando os custos sociais são menores que os benefícios compartilhados pelos indivíduos que compõem a sociedade, ou seja, quando a elite política consegue cumprir uma pauta de metas compatível com as expectativas do conjunto da sociedade, ela se mantém no poder com mais estabilidade. Mas, se a coletividade chega à conclusão de que a atual direção política lhe gera mais custos sociais que benefícios, inicia-se um processo de substituição da elite por novos dirigentes. É nessas circunstâncias que as lideranças populistas e neopopulistas conseguem adesão da sociedade ao seu discurso *anti-status quo* e mudancista. Fica evidente, sob esse ponto de vista, que a relação entre as elites e a massa não se dá em sentido único. Ela é composta por um contínuo processo de troca de informações e prestação de contas. Hélio Jaguaribe, tratando das relações entre elites e massa diz o seguinte:

“As metas inerentemente realizáveis podem ser, ou não, alcançadas, na dependência de diversas circunstâncias. Uma das condições, contudo, em decorrência das quais determinadas metas são, em princípio, inerentemente realizáveis, é o fato de que a relação elite-massa não é arbitrária, mas decorre de certas reivindicações sociais, às quais uma determinada elite, em uma determinada sociedade, responde de forma melhor ou pior, e em comparação com outras elites de outras sociedades, assim como em comparação com possíveis elites alternativas da mesma sociedade” (Jaguaribe. 1974 p. 97).

O terceiro ator desse cenário opera em cada um dos planos sociais entre a elite dirigente e a massa: é a subelite. No caso da política, a chamada classe política.

(...) Nenhum regime social pode subsistir sem o acatamento de um setor suficiente da subelite, que preenche os encargos indispensáveis de divulgadores de símbolos [subelite ou classe política], implementadores de decisões e administradores ou técnicos. Além disso, a posição de status intermediário da subelite, no plano participacional, é a posição-chave para a preservação em qualquer sociedade, da mobilidade social necessária. É a partir desse status que os encargos superiores da subelite e seus

ocupantes são promovidos ao status mais elevados ao nível da elite. E é para os encargos inferiores e seus ocupantes na subelite que se dirige a mobilidade ascendente das massas. O bloqueio dessa mobilidade, nas condições peculiares a cada tipo de sociedade, em particular da subelite para elite, constitui a causa principal das comoções sociais, e não, como por vezes se crê, a pura e simples opressão e exploração das massas". (Jaguaribe, 1974, p. 103)

Em uma democracia, as elites políticas estáveis são aquelas que apresentam funcionalidade para o conjunto social. A funcionalidade é encontrada quando o déficit entre as demandas sociais e as ações da elite política não é significativo. Ou seja, uma elite só é funcional quando a sociedade não encontra justificativas grandes o suficiente para propor ou defender sua substituição. Caso contrário, as eleições periódicas são um dos instrumentos para substituição dos ocupantes dos postos de tomada de decisão por outros que se mostrem mais competentes para desempenhar a função. O que importa é em que grau está a aceitação da elite dirigente pela massa. Disso vai depender a legitimidade dela no poder. O termômetro para medir a aceitação de representantes de determinada elite política é a seqüência histórica dos resultados eleitorais.

3.3 - BELINATTI, RADIALISTA/POPULISTA, DE CAMPEÃO DE VOTOS A QUASE SUPLENTE DE DEPUTADO

Antonio Casemiro Belinatti é natural de Campo Grande, Mato Grosso, tendo nascido em 1943. Ainda criança mudou-se com a família para o norte do Paraná. Morou em Cornélio Procópio e Marialva antes de chegar a Londrina, em 1958. Filho de ferroviário, Belinatti trabalhou como engraxate e faxineiro antes de iniciar a carreira de radialista em 1961. No início como operador de mesa de som, passou a apresentar um programa de queixas e reclamações logo em seguida. Em entrevista concedida à pesquisadora Ana Cleide Chiaroti Cesário, o próprio Belinatti explica a importância do programa de rádio em sua carreira política. "Através desse programa pude sentir então que o povo sente muito a necessidade de alguém que extravase, que dê vazão aos seus anseios, às suas queixas, às suas mágoas, às suas angústias" (Cesário, 1986 p 499). De acordo com Barbosa, falando de políticos radialistas, "quando o voto é dado a esse tipo

de candidato, não se pode falar que se trata de um voto inconsciente. É bem consciente. Está de acordo com os desejos e aspirações de quem deu”. (Barbosa, 1988 p.57).

Em 1968 Belinatti, já conhecido como radialista, se candidata a vereador de Londrina pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro) e consegue se eleger com facilidade. Ele foi o vereador mais votado naquela eleição, tendo recebido 2.507 votos. Em segundo lugar ficou o vereador reeleito pela ARENA (Aliança Renovadora Nacional), Daniel Gonçalves, com 1.992 votos. Nesse ano a ARENA conseguiu fazer 12 vereadores (53%), enquanto o MDB ficou com 9 cadeiras (47%). Apesar do crescimento do MDB, que passou de apenas um vereador em 1966 para 9 em 1969, o partido não tinha maioria na Câmara, embora tenha conseguido eleger o prefeito naquele ano, Dalton Fonseca Paranaguá. Outro detalhe da eleição de 1968 foi a ocorrência de um dos maiores índices de renovação da Câmara. Do total de eleitos, 65% estava ocupando uma vaga na Câmara pela primeira vez, entre eles, Antonio Belinati. (Cesário, 1986)

Em 1970, o então vereador Antonio Belinatti se candidatou à Assembléia Legislativa do Paraná e depois de apenas dois anos de mandato municipal conseguiu ser o deputado estadual mais votado do MDB do Paraná, com 25.067 votos. Além de Belinatti, outro vereador/radialista de Londrina, também eleito pela primeira vez em 1968, conseguiu se eleger para a Assembléia Legislativa em 1970, Álvaro Fernandes Dias. Em 1974, quando terminava seu mandato de deputado estadual, Belinatti se candidatou a deputado federal pelo MDB e terminou sendo eleito como o segundo mais votado do partido no Estado, com 150.698 votos. O mais votado do MDB como deputado federal foi Álvaro Fernandes Dias, com 175.434 votos²¹.

Durante todos os anos como representante legislativo Belinati continuou fazendo programas radiofônicos em Londrina. O próprio Belinatti opina sobre a relação entre os políticos e a comunicação: “Acho que se o político utilizar, permanentemente, o rádio, se fosse possível até da televisão, ele jamais seria derrotado para qualquer cargo legislativo. É evidente que isso pode não ajudar muito para um cargo de Executivo” (Cesário, 1986 p 488).

A única derrota eleitoral de Belinati nesse período foi em 1972, quando ainda

²¹ Dados TER - Paraná

deputado estadual se candidatou a prefeito pela sub-legenda do MDB. Ele foi o segundo mais votado do partido. Em 1976, durante seu mandato de deputado federal, Belinatti terminou indicado como o principal candidato do MDB à prefeitura de Londrina, tendo como colega de sub-legenda²² Wilson Rodrigues Moreira. Naquele ano a ARENA lançou três concorrentes à prefeitura pela sub-legenda. Belinatti, desta vez repetindo os bons desempenhos eleitorais para cargos legislativos, foi o mais votado entre todos os cinco concorrentes das duas legendas. Ele fez 37.198 votos, o que representava 37,4% dos votos válidos para prefeito em 1976. Sozinho, Belinatti foi mais votado que todos os três concorrentes da ARENA - juntos eles fizeram 34% dos votos válidos. Essa eleição de Belinatti para a prefeitura de Londrina aconteceu no momento mais agudo de uma crise social dos anos 70 e no auge de uma crise de legitimidade das elites políticas tradicionais locais, como será demonstrado a seguir. A crise do discurso hegemônico propiciou que a base eleitoral das votações para cargos legislativos de Belinatti, originalmente formada por trabalhadores urbanos integrantes das classes sociais mais baixas, fosse ampliada para outros estratos sociais.

A partir do mandato de prefeito, mesmo tendo continuado a trabalhar como radialista, a carreira eleitoral do populista/radialista sofreu um revés. Ainda prefeito, Belinatti se transferiu do MDB para o PDS (Partido Democrático Social), que sucedeu a ARENA. O objetivo do então prefeito era se candidatar ao governo do Estado, mas não conseguiu viabilizar a candidatura. Resolveu, então, concorrer a deputado estadual em 1982 e ficou apenas na primeira suplência do PDS²³, com 21.027 votos. A votação de Belinatti para a Assembléia Legislativa em 1982 foi menor que a de 1970, quando ele havia conseguido 25.067 votos. A queda na 'popularidade', apesar da manutenção do programa de rádio e do uso da máquina administrativa local, pode ser explicada pelo paradoxo da imagem do herói populista. Para se viabilizar eleitoralmente, esse tipo de liderança precisa moldar seu discurso com promessas de solução para todas as mazelas da população, como aconteceu em todos os casos de populismo clássico no Brasil.

²² A legislação eleitoral daquele período previa o lançamento de mais de um candidato por partido. A somatória das votações de todos os concorrentes de uma sigla definiria o partido eleito. O candidato mais votado do partido seria o eleito.

²³ Belinatti recorreu ao Tribunal Regional Eleitoral naquele ano por defender que a apuração de uma uma em Londrina tinha ocorrido de maneira irregular, obteve a recontagem dos votos e assim conseguiu votação suficiente para ocupar uma das vagas do PDS na Assembléia Legislativa,

Como as crises sociais que atingem os eleitores são provocadas por motivações externas ao município, o novo líder não consegue cumprir suas promessas no exercício do mandato. Perde exemplaridade e, mesmo continuando a ser um radialista com altos índices de audiência, pode não conseguir repetir os desempenhos eleitorais anteriores.

Assim como o líder neopopulista pode ser surpreendido pelos resultados eleitorais quando não consegue combater com eficácia a crise social que atinge os eleitores, as elites tradicionais perdem representatividade quando não conseguem identificar as demandas reprimidas na sociedade ou quando passam a ser identificadas como responsáveis pela crise. Em outras palavras, antes de aceitar o *outsider* como melhor alternativa para combater a crise de hegemonia política, o eleitor identifica os políticos com perfil tradicional como responsáveis pela geração dessa crise – mesmo que as potenciais soluções estejam fora do alcance das elites dirigentes locais.

3.4 – PREFEITOS DE LONDRINA ENTRE OS ANOS 40 E 70, PERFIL DE PROFISSIONAL LIBERAL URBANO

Nos 20 anos que antecederam a eleição do populista Belinatti à prefeitura de Londrina é possível perceber a manutenção de um mesmo perfil das lideranças políticas eleitas pelo voto direto como prefeito municipal. De 1947, ano da primeira eleição direta para prefeito após o Estado Novo, até meados da década de 70 o perfil dos políticos que disputavam a prefeitura de Londrina foi praticamente este: tratava-se de profissionais liberais, principalmente advogados, além de professores e comerciantes bem sucedidos. Em grande parte dos casos, os políticos mantinham como atividade secundária fazendas de criação de gado ou de cultivo de café, identificando-se claramente com a elite econômica local. Não é possível encontrar entre os candidatos com chances reais de vitória nesse período políticos surgidos das classes populares, de atividades profissionais técnicas urbanas ou da produção rural de porte médio. A ‘cristalização’ de um

deixando de ser o primeiro suplente do partido.

perfil único de representante político gera a primeira pré-condição para o surgimento e vitória eleitoral do populismo, que é a possibilidade, em momentos de crise, da identificação do 'inimigos do povo' no perfil comum das lideranças políticas tradicionais²⁴.

Em Londrina, além da manutenção de um mesmo perfil social de prefeitos eleitos dos anos 40 ao início dos anos 70, houve também quase uma hegemonia de partido político no poder. No período do pluripartidarismo, entre 1947 e 1965, a UDN (União Democrata Nacional) foi o partido a que pertencia o prefeito ou estava apoiando o candidato eleito. Só houve um prefeito do PSD (Partido Social Democrático) nesse período. Alguns políticos filiados aos PSD que chegaram à prefeitura nos anos 50, começaram a vida pública na UDN, como o prefeito Antonio Fernandes Sobrinho, em 1955, por exemplo. O mesmo aconteceu em 1968, quando o MDB elegeu um prefeito que até poucos meses antes da eleição apoiava o governo do Estado Arenista, Dalton Paranaguá. A partir do bipartidarismo, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) elegeu todos os prefeitos da cidade. A prática de troca de siglas opositoras por políticos brasileiros e os índices relativamente baixos de identificação ideológica na maioria dos partidos nacionais, principalmente quando se trata de processos eleitorais, enfraquecem as análises de elites políticas a partir de suas filiações partidárias. Neste trabalho opto por priorizar a identificação do perfil social dos prefeitos ao invés do partido que representam, para conhecer momentos de 'mudança' da preferência eleitoral.²⁵ É no sentido de promover uma renovação do perfil dos líderes políticos locais que os populistas são considerados agentes democratizantes, principalmente quando as elites políticas têm dificuldade em aceitar a renovação gradativa ou diversificação do perfil dos representantes públicos, deixando de ser exclusivamente formada por integrantes de classes sociais superiores urbanas para dividir espaço com representantes nascidos das camadas populares.

²⁴ O mesmo pode ser percebido nas experiências eleitorais neopopulistas em âmbito nacional. No Brasil, em 1989, Fernando Collor de Melo foi o candidato à presidência que menos procurou se identificar com o perfil tradicional dos políticos que tinham estado no cenário nacional nos anos anteriores – é verdade que essa imagem não era condizente com a figura de um ex-prefeito biônico de Maceió, mas essa é outra discussão.

²⁵ Considero a eleição de Belinatti como um momento de transformação do perfil dos representantes políticos locais em função de sua origem popular, apesar dele pertencer ao MDB em 1976 e de ser o terceiro prefeito consecutivo do partido a ser eleito para a prefeitura de

Em 1947 o prefeito eleito foi Hugo Cabral, pelo Movimento de Resistência Popular de Londrina (MRPL), que reunia principalmente o PL (Partido Liberal) e PR (Partido Republicano), além de dissidentes do PSD (Partido Social Democrata) e da UDN (União Democrática Nacional). Hugo Cabral tinha iniciado sua carreira política como udenista, ocupou funções executivas no diretório municipal do partido. Saiu da UDN quando percebeu que não teria espaço para sua candidatura (Cesário, 1986 p. 362). Fazendeiro e comerciante em Londrina desde 1939, antes de eleito prefeito, Hugo Cabral tinha sido presidente da Sociedade Rural de Londrina e vice-presidente da Associação Comercial da Cidade. Após a eleição de 1947, o diretório estadual da UDN incentivou o retomo dos dissidentes de Londrina ao partido, inclusive o do prefeito (Cesário, 1986 p. 364).

Reorganizado em Londrina e sendo o partido do prefeito municipal, a UDN começa a tratar da campanha sucessória de Hugo Cabral. Através de uma coligação com o PRP, a UDN elegeu o sucessor do então prefeito. O advogado mineiro Milton Ribeiro Menezes, em Londrina desde 1938, fez 46,7% dos votos válidos para prefeito em 1951 (ANEXO 1).

Na eleição seguinte, em 1955, a UDN perdeu a hegemonia. O candidato da coligação PSD/PR/PSP, Antonio Fernandes Sobrinho, conseguiu ser eleito com 31,2% dos votos, deixando o candidato Udenista José Bonifácio e Silva em segundo lugar, com 23% dos votos válidos (ANEXO 2). O curioso é que Sobrinho havia iniciado sua carreira política no interior de São Paulo uma década antes como dirigente local da UDN em Mirassol, onde morava. Ele só se filiou ao PSD em 1955 depois que a UDN de Londrina não aceitou sua candidatura a prefeito²⁶ (Cesário, 1986 p. 368). Antonio Fernandes Sobrinho chegou a Londrina em 1950. Não possuía curso superior, mas já era um comerciante de café bem sucedido, pois herdara os negócios de uma tradicional família de exportadores de café do interior de São Paulo. Em 1955 passou a presidir a Associação Rural de Londrina. Nunca se identificou com as camadas sociais de trabalhadores. Antonio Fernandes Sobrinho permaneceu no PSD até o fim do mandato.

Londrina.

²⁶ Outra transferência partidária com finalidade eleitoral acontece em 1968, quando Dalton Paranguá deixa o ARENA para se candidatar pelo MDB, pelos mesmos motivos que levaram Sobrinho ao PSD.

Em 1959, mantendo o já tradicional perfil dos prefeitos de Londrina, o advogado Milton Ribeiro de Menezes conseguiu se eleger pela segunda vez na UDN coligada ao PTB, com 53,2% dos votos válidos. Em segundo lugar ficou o candidato pela coligação PR/PRP/PDC/PSD, o médico Renato Loures Bueno, com 43,8% dos votos (ANEXO 3). Naquele ano apenas dois candidatos disputaram a prefeitura de Londrina.

Na eleição seguinte, em 1963, a UDN conseguiu manter-se na prefeitura com a eleição do advogado e professor da Faculdade de Direito de Londrina, José Hosken de Novaes (ANEXO 4). Antes de ser prefeito, Novaes tinha sido Procurador Geral do Estado e Secretário de Estado da Fazenda no governo de Bento Munhoz da Rocha Neto, o que lhe garantiu uma posição de destaque na política local. Também de Minas Gerais, Hosken de Novaes tinha chegado a Londrina em 1941 para trabalhar como advogado. Ele fez parte do MRPL em 1947, apoiando a candidatura de Hugo Cabral (Cesário, 1986).

Em outubro de 1965, através do Ato Institucional número 2 (AI-2), o regime militar provoca profundas mudanças no sistema partidário brasileiro. O pluripartidarismo é substituído pelo bipartidarismo do partido governista ARENA e do oposicionista MDB. Os políticos das diversas agremiações tiveram que se adaptar à nova realidade. Em Londrina, as principais lideranças da UDN e PSD migraram para a ARENA, principalmente aqueles que detinham mandatos eletivos. O prefeito Hosken de Novaes e 19 dos 20 vereadores londrinenses em 1965 filiaram-se à ARENA. Apenas o vereador João Olivir Gabardo filiou-se ao MDB. Hosken de Novaes foi o primeiro presidente do diretório do ARENA em Londrina, enquanto o vice-presidente do diretório local foi o ex-vereador pelo PSD Gerônimo Arlindo Fuganti, empresário do ramo de ferragens. Esse arranjo de lideranças nos novos partidos reafirma a não existência de fortes clivagens entre UDN e PSD de Londrina naquele momento.

Para o MDB foram os oposicionistas à administração local e ao regime militar. A principal liderança política do MDB naquele momento era o professor e vereador João Olivir Gabardo, que havia chegado a Londrina em 1961 e eleito para a Câmara Municipal em 1963. Ligado à JDC (Juventude Democrática Cristã), Gabardo, sem poder contar com os políticos tradicionais da cidade, começa a regimentar emedebistas principalmente no movimento estudantil londrinense.

Mais uma vez, agora no MDB, líderes com origem nas classes populares têm dificuldades para ingressar em um grupo político do município. Apesar de representar a oposição ao governo dos políticos tradicionais, o MDB manteve o perfil social de classe média alta urbana de suas principais lideranças. Mesmo na elite local do partido oposicionista não havia espaço para a renovação do perfil dos políticos a partir de novos líderes populares.

Nas primeiras eleições municipais no bipartidarismo, em 1968, Olivir Gabardo era o candidato natural do MDB à prefeitura de Londrina. O candidato de Hosken de Novaes à continuidade do governo Arenista foi o funcionário público Mário Cesar Stamm. Outra grande liderança política da Arena londrinense naquele momento era o médico Dalton Fonseca Paranaguá, que tinha sido nomeado em 1966 como Secretário de Estado da Saúde no governo de Paulo Pimentel. Porém, no início de 1968, por desentendimentos internos no Governo do Estado, Dalton Paranaguá pediu demissão do cargo e voltou a Londrina considerando-se candidato natural do ARENA à prefeitura da cidade. Porém, o diretório municipal não permitiu sua candidatura. Paranaguá recebeu o convite de Olivir Gabardo para ser candidato na sub-legenda do MDB. A intenção de Gabardo era promover a migração de votos arenistas ao MDB, dando mais chances de vitória a sua candidatura (Cesário, 1986). A legislação eleitoral daquele período permitia que os partidos inscrevessem mais de um candidato à prefeitura. A sigla que somasse o maior número de votos seria a vitoriosa. E dentro do partido vitorioso o candidato eleito seria o mais votado.

A estratégia de Gabardo mostrou-se correta. O que ele não esperava é que Paranaguá fosse o candidato mais votado do partido, com 34,8% dos votos válidos (ANEXO 5). Sozinho, Dalton Paranaguá fez praticamente o mesmo número de votos que os três candidatos da ARENA em 1968, que ficaram com 35,4%. Gabardo fez 28,1% dos votos válidos. Foi assim que um político intimamente identificado com o regime militar conseguiu ser o primeiro prefeito eleito pelo MDB em Londrina, o que comprova que a análise por filiação partidária das elites políticas locais oferecia pouca – ou nenhuma - capacidade explicativa para este trabalho. Mais relevante é constatar que o médico Dalton Paranaguá manteve a tradição de prefeitos profissionais liberais de classe média alta urbana.

Em 1972 Dalton Paranaguá conseguiu eleger seu sucessor na prefeitura e

manteve a hegemonia do MDB durante o bipartidarismo (ANEXO 6). O dentista e ex-deputado federal José Richa, que vivia em Londrina desde 1963, era uma das principais lideranças da JDC na cidade e já contava com forte capital eleitoral na cidade. É nesse ano que aparece pela primeira vez um candidato à prefeitura de Londrina com apelo populista. Na verdade foram dois concorrentes com apelo populista. Antonio Belinatti e Álvaro Dias, os dois radialistas, formaram a sub-legenda do MDB junto com Richa. Belinatti era o principal candidato *outsider* no partido. Em uma apresentação aos maçons de Londrina durante aquela campanha ele deixou claro que sua candidatura era a mais independente da estrutura partidária. “O meu partido decidiu aceitar o lançamento do meu nome para concorrer à Prefeitura de Londrina depois que recebeu inúmeros memoriais do povo pedindo a nossa candidatura” (Folha de Londrina, 11/11/1972. cad. 2 pag. 2).

A Arena lançou apenas Mário Stamm como candidato. Stamm fez 38,2% dos votos válidos. José Richa ficou com 26%, Antonio Belinatti com 22,5% e Álvaro Dias com 12,5%. A soma dos votos da sub-legenda do MDB foi o que garantiu a vitória de Richa, já que individualmente Mário Stamm foi o mais votado naquele ano.

Em 1976 o perfil de prefeitos de classe média alta é substituído pela primeira vez na história política local por uma liderança carismática surgida das classes populares, Antonio Belinatti. A origem social de Belinatti é totalmente distinta da dos prefeitos anteriores a ele. Na eleição de 1976 ele era o único *outsider* na disputa. O outro candidato do MDB era o engenheiro civil e integrante da administração de Richa, Wilson Rodrigues Moreira. Pela Arena havia três concorrentes. Manoel Garcia Cid, filho de Celso Garcia Cid, e herdeiro de uma das maiores empresas de transporte do Estado, a viação Garcia. Além disso, naquele momento a família Garcia já era um ícone para o empresariado bem sucedido londrinense. Mário Stamm foi o segundo candidato do Arena, e o médico Pedro de Vasconcelos Barros o terceiro da sub-legenda. Belinatti fez 37,4% dos votos válidos. Em segundo lugar ficou Wilson Moreira, com 27,1%. Manoel Garcia Cid fez 22,7%; Mário Stamm, 9,9% e Pedro Vasconcelos Barros, 1,4% (ANEXO 7).

Em entrevista à pesquisadora Ana Cleide Chiaroti Cesário, em 1980, o

próprio Belinatti definiu o espírito da campanha de 1976. “Tenho dito, inclusive, que eu tenho procurado conduzir a minha vida de combate aos ricos, de combate aos exploradores do povo e, sobretudo, de crítica ao governo pela falha que nós temos na nossa política econômica” (Cesário, 1986 p 501). Por criticar os ‘ricos’ Belinatti teve dificuldades até mesmo para viabilizar sua candidatura no MDB. A preferência do diretório municipal do MDB e do então prefeito José Richa era por Wilson Moreira como principal candidato da legenda. Belinatti contou com o apoio político apenas do ex-prefeito Dalton Paranaguá, que não concordava com a candidatura de Moreira e que, por isso, chegou a romper com a administração de Richa.

A baixa capacidade de renovação das elites políticas locais e a cristalização do perfil de classe média alta urbana entre os candidatos a prefeito de Londrina por quase 30 anos é apenas um dos fatores que permitem o crescimento da liderança *outsider*. Outro elemento, tão importante quanto este para a viabilização eleitoral do populismo local, é a crise social generalizada. É a partir da ocorrência de crises desse tipo que os líderes tradicionais perdem a capacidade de representação. Aos eleitores essa crise parece estar relacionada diretamente à perda de exemplaridade da elite política tradicional. Em Londrina, após duas décadas de sucessão de um mesmo perfil social de prefeitos, da manutenção de quase sempre o mesmo partido político no poder, em meados dos anos 70 deu-se o ápice de uma crise de hegemonia da elite dirigente local. Foi nesse momento que o *outsider* Antonio Belinatti conseguiu viabilizar sua candidatura a prefeito. Antes, em 1972 tinha sido derrotado; depois, em 1982, mesmo como candidato a deputado estadual o radialista não conseguiu o mesmo desempenho de campanhas anteriores. Isso mostra a importância de fatores externos ao candidato radialista para os seus sucessos eleitorais. Em 1976, por exemplo, a campanha do MDB em Londrina foi dividida em duas. O então prefeito José Richa apoiava seu ex-secretário Wilson Moreira, enquanto o ex-prefeito Dalton Paranaguá fazia campanha declarada em favor do radialista Belinatti. Paranaguá fez questão de tomar pública sua contrariedade em relação à candidatura de um secretário do então prefeito Richa à prefeitura londrinense. Apesar da renovação que promoveu, o fenômeno populista em Londrina foi limitado, quando comparado ao de Ponta Grossa nos anos 90. Belinatti não substituiu a elite hegemônica em

crise na mesma proporção que fez Jocelito Canto. Por isso, o populismo londrinense dos anos 70 parece ser de menor intensidade que o de Ponta Grossa, como será possível comprovar no próximo capítulo. Entre os motivos, deve-se ressaltar os efeitos de um sistema eleitoral “engessado”, com a existência de apenas dois partidos políticos, o que restringe as possibilidades de um candidato ser totalmente *outsider*, como acontece em sistemas pluripartidários.

Em Londrina, nos anos 70, além de contar com o desgaste público das elites dirigentes, Belinatti soube explorar a descrença popular a respeito da política e a desconfiança criada a respeito da capacidade dos dirigentes locais em atender as demandas sociais emergentes. Um dos principais responsáveis pelo sucesso eleitoral do populismo é o desgaste das lideranças políticas de perfil tradicional e a sua incapacidade para promover a renovação²⁷. No caso de Londrina, o perfil era de candidatos a prefeito profissionais liberais de nível superior e empresários urbanos, muitos com atividades rurais paralelas na produção de café e criação de gado de corte.

Considerando que grande parte dos votos brancos e nulos de uma eleição representam o descontentamento do eleitorado e, aplicando o índice de avanço partidário²⁸ para esses votos no período entre 1951 e 1968, é possível perceber um crescimento contínuo no período da proporção de eleitores descontentes com os candidatos.

²⁷ Em um estudo sobre o voto em Londrina Maria Lucia Victor Barbosa entrevistou populares quase uma década após a eleição para prefeito de Antonio Belinatti. Entre os entrevistados várias pessoas ressaltaram a figura de Belinatti como um grande líder local, que modificou o perfil dos dirigentes, demonstrando como o radialista soube utilizar a crise de representatividade da elite dirigente local em favor do surgimento de uma nova liderança política local. Entre os depoimentos destaque o de Maria Sebastiana Alves, 54 anos: “não tem ninguém seguindo conforme o mandamento. Só o Antonio Belinatti. Aquele homem foi pai. O que aquele homem fez por mim, só Deus pra valer (...) A gente num pode ter confiança em ninguém. A gente já teve confiança em tanta gente aí, e já tomou na cabeça. A gente tem que confiar na gente e em Deus, e mais ninguém” (Barbosa, 1988 p. 171).

²⁸ Esse índice é usado para verificar o ganho ou perda real de votos de um partido entre duas eleições. Ele mostra quanto mudou o total de votos obtido pelo partido proporcionalmente às alterações no eleitorado como um todo. Se o índice for negativo, houve uma queda real de votos, se ele for positivo mostra que houve um crescimento do total de votos. Aqui, o índice foi adaptado para verificar as mudanças nos votos nulos e brancos nas eleições municipais de Londrina entre 1951 e 1968.

Tabela 1 - Índice de avanço dos votos brancos e nulos em Londrina (1955 a 1976)

| | |
|--|--------|
| Eleição municipal de 1955 | |
| Total votos | 12.942 |
| Total votos brancos e nulos | 579 |
| Índice de avanço de votos brancos e nulos | 4,33 |
| Eleição municipal de 1959 | |
| Total votos | 24.796 |
| Total votos brancos e nulos | 997 |
| Índice de avanço de votos brancos e nulos | 0,80 |
| Eleição municipal de 1963 | |
| Total votos | 28.241 |
| Total votos brancos e nulos | 1.005 |
| Índice de avanço de votos brancos e nulos | 0,05 |
| Eleição municipal de 1968 | |
| Total votos | 52.195 |
| Total votos brancos e nulos | 596 |
| Índice de avanço de votos brancos e nulos | 0,12 |
| Eleição municipal de 1972 | |
| Total votos | 65.994 |
| Total votos brancos e nulos | 558 |
| Índice de avanço de votos brancos e nulos | 1,66 |
| Eleição municipal de 1976 | |
| Total votos | 98.714 |
| Total votos brancos e nulos | 1.186 |
| Índice de avanço de votos brancos e nulos | 2,07 |
| Fonte Tribunal Regional Eleitoral – Paraná | |

Os dados mostram um índice positivo constante no avanço dos votos nulos e brancos em Londrina durante as cinco eleições que antecederam a vitória de Belinatti. Entre 1955 e 1976 em nenhum momento houve uma retração proporcional do número de votos brancos e nulos. Isso demonstra o crescente descrédito dos eleitores em relação aos políticos tradicionais que disputavam as eleições.

Até aqui foi possível encontrar dois dos três principais elementos constituintes do populismo: crise de hegemonia eleitoral da elite dirigente, retratada no desgaste eleitoral das lideranças políticas com perfil tradicional, e o surgimento de um político *outsider*. Antonio Belinatti não completou o primeiro grau dos estudos regulares e se identificava diretamente com as classes populares. Seu perfil e história de vida eram opostos aos das lideranças tradicionais. Logo, ele tinha mais facilidade em se identificar como a melhor

alternativa para o atendimento às demandas sociais reprimidas do que o discurso dos demais candidatos, independente do partido político que se encontrassem. Mas ainda falta o terceiro elemento precursor do populismo, que é a crise gerada por transformações sociais.

3.5 – CRISE ECONÔMICA E RÁPIDA TRANSFORMAÇÃO DA ESTRUTURA SOCIAL LOCAL

Entre 1960 e 70 Londrina passou por transformações econômicas e sociais, como de resto aconteceu em todo o Paraná. Município com economia baseada na produção e comércio de café, uma particularidade de Londrina é que a pequena e média propriedade rural formavam a base da cafeicultura local. Em outras regiões do Estado, como o norte velho, a cafeicultura se desenvolveu em grandes fazendas (Selonk, 1999). A região de Londrina começou a ser ocupada nos anos 20 como uma nova fronteira agrícola para cafeicultores paulistas que necessitavam de áreas para ampliar suas produções. Passou pela crise da cafeicultura na década de 30 e as políticas governamentais de expansão nos anos 50.

A partir dos anos 60 o Governo Federal implantou uma política de controle da produção de café para conter as quedas de preços no mercado internacional. O Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA) implantou em 1961 o programa básico de eliminação de 2 bilhões de cafeeiros antieconômicos no Brasil (Selonk. 1999 p. 80). Além dos instrumentos de redução das lavouras que já existiam havia restrições à implantação da cafeicultura em novas áreas. Em 1965 o governo federal chegou a determinar a erradicação de cafeeiros no norte do Paraná. Ao mesmo tempo, o governo estadual começou a incentivar a diversificação na produção agropecuária regional. O objetivo era substituir lavouras perenes como a de café por culturas anuais como milho, feijão, algodão e principalmente soja. A tabela a seguir mostra a redução da importância do café na geração de receita estadual durante o período em análise.

Tabela 2 – A cultura do café no Paraná dos anos 60

| Ano | Área plantada (ha) | % da receita estadual (ICM) |
|------|--------------------|-----------------------------|
| 1965 | 1.387.227 | 36,0 |
| 1966 | 1.301.310 | 22,7 |
| 1967 | 1.179.547 | 29,1 |
| 1968 | 1.249.298 | 20,8 |
| 1969 | 1.211.951 | 15,2 |
| 1970 | 1.092.384 | 14,3 |
| 1971 | -- | 13,8 |

fonte: Revista Paranaense de Desenvolvimento. Maio/junho 1972

Além da queda da participação da cafeicultura na economia regional, as novas lavouras apresentavam diferenças de caráter social significativas em relação às produções perenes. Elas eram mais tecnificadas, não necessitando de mão de obra intensiva durante o ano como a cafeicultura. Além disso, lavouras anuais como soja e milho só se viabilizam em grandes propriedades para que haja produção em escala. Os antigos produtores de café tiveram que abandonar o campo por falta de condições de competição com as produções de grandes propriedades. Os sítios foram sendo incorporados por propriedades médias e grandes.

Em 1975 ocorreu o que foi considerado como o 'golpe de misericórdia' na cafeicultura da região. A geada na madrugada de 17 de julho de 1975 foi a de maiores proporções na região até os dias de hoje (Selonk. 1999, p. 80). À geada seguiram-se 60 dias de seca, o que impediu a brotação. Depois, houve um período de contínuas chuvas que provocou danos ainda maiores aos cafezais²⁹.

Houve um processo de esvaziamento da zona rural do município e um inchaço do perímetro urbano que continuou por mais de duas décadas. Em 1970, Londrina contava com 5.580 propriedades rurais. Em 1980 o número tinha caído para 3.661. Com a transferência do campo para a cidade, a periferia de Londrina cresceu e as demandas sociais básicas se multiplicaram. Em 1960, em Londrina 42,6% da população vivia no campo. Em 1970 o percentual era de 28,3% e em 1980 apenas 9,2%.³⁰

²⁹ Tudo isso aconteceu apenas um ano antes da eleição de Belinatti para a prefeitura de Londrina.

³⁰ Fonte: IBGE censos demográficos 1960 e 1980.

Essa nova população da cidade de Londrina tinha baixa capacitação profissional para o mercado de trabalho urbano. Além da necessidade de criar oportunidade de emprego para trabalhadores braçais, a infra-estrutura urbana passava a ficar cada vez mais deficiente. Na campanha eleitoral de Belinatti em 1976, uma das suas principais promessas foi a construção de casas populares. Ele foi capaz de perceber essa demanda social reprimida, transformando-a em discurso político. Essa rápida modificação do perfil social também colaborou para aumentar a crise do discurso hegemônico e o desgaste dos políticos de perfil tradicional.

Um detalhe interessante é que a preocupação com a habitação popular em Londrina não ficou apenas no discurso de Belinatti. Quando ele assumiu a prefeitura, o município tinha 1.005 casas populares em 12 conjuntos habitacionais. Em 1980 – pouco mais da metade da gestão Belinatti - Londrina contava com 17 conjuntos habitacionais, totalizando 11.431 unidades e uma população estimada de moradores nesses conjuntos de 62.180 pessoas (Cesario, 1986 p 535). Apesar dos avanços na área habitacional e do prefeito permanecer com seu programa de rádio durante o mandato, Belinatti teve um desempenho eleitoral insuficiente em 1982, quando ficou na primeira suplência para a Assembléia Legislativa estadual.

O desempenho eleitoral instável de radialista/populistas após suas administrações contraria a idéia da manipulação eleitoral para reafirmar a tese de que os populistas também podem perder a capacidade de representação eleitoral, o que vai se repetir em Ponta Grossa no final dos anos 90. Apesar de algumas semelhanças entre as duas ocorrências populistas analisadas aqui, existem diferenças importantes no que diz respeito à crise social que antecedeu os fenômenos. A primeira delas é que Londrina era uma cidade nova, nos anos 70. Tinha menos de 50 anos de fundação quando passou pela experiência do populismo eleitoral. Sua economia estava baseada na produção e comércio do café e a população formada por migrantes de outros Estados, principalmente São Paulo e Minas Gerais. Já Ponta Grossa é uma cidade do Paraná tradicional. Tinha mais de 170 anos quando experimentou o neopopulismo em 1996. Sua economia estava baseada na indústria de transformação de bens primários. A atividade pecuária extensiva, característica de grandes latifúndios, divide espaço

com médias propriedades agrícolas altamente tecnificadas para produção de culturas anuais.

As origens sociais de ambas experiências populistas podem ser identificadas a partir de duas crises principais. A crise de representatividade das lideranças políticas tradicionais e do baixo grau de renovação do perfil dos líderes políticos, em primeiro lugar. Além disso, existe a crise social gerada por mudanças econômicas na esfera local, que amplia o descontentamento dos eleitores com seus representantes tradicionais e beneficia a difusão do discurso da 'mudança', credenciando o radialista/populista para o cargo majoritário. Esse credenciamento se dá pela aceitação do discurso do *outsider* que promete solução para todas as demandas sociais não atendidas pelos 'inimigos do povo'. O mesmo processo pode ser notado no município de Ponta Grossa antes das eleições de 1996, quando o radialista Jocelito Canto venceu dois candidatos de perfis tradicionais na disputa pela prefeitura local.

IV – NEOPOPULISMO EM PONTA GROSSA NOS ANOS 90

4.1 – JOCELITO CANTO, DE AVENTUREIRO A PREFEITO QUE DESARTICULOU A ELITE POLÍTICA LOCAL

Entre os anos 80 e 90 o município de Ponta Grossa passou por uma conjuntura social muito parecida com a de Londrina nos anos 60 e 70. Na política local houve a consolidação de um perfil único de representantes entre as principais lideranças locais que chegaram à prefeitura. O município passou por uma crise econômica que começou em meados dos anos 70 e seguiu até meados dos anos 90. Nesse período surgiu no cenário político local um *outsider* carismático com as características de um neopopulista, o radialista Jocelito Canto, que conseguiu ser eleito prefeito em 1996.

O radialista Jocelito Canto chegou a Ponta Grossa em 1991 à procura de emprego. Bateu às portas de todas as rádios da cidade sem sucesso. Então alugou uma caixa amplificadora de som e um microfone para fazer apresentações populares na praça central da cidade. ‘Abria’ o microfone para a população apresentar suas queixas. Conseguiu levar alguns políticos para debater com o povo em praça pública e seu programa ganhou repercussão. Depois disso voltou a procurar as rádios.

A dificuldade em conseguir emprego nas rádios devia-se ao fato de Canto fazer programas popularescos e o perfil dos proprietários das cinco rádios AM de Ponta Grossa ser conservador. Na época eram cinco rádios AM. A rádio Santana pertencia à Cúria. A Rádio Clube Ponta-grossense pertencia na época ao ex-deputado Jovani Masini, político tradicional da cidade que foi o vice-prefeito de Paulo Cunha Nascimento de 1992 a 1996. A Rádio Central do Paraná pertencia ao empresário Irajá Vargas de Oliveira, candidato a deputado federal em 1994 e candidato a vice-prefeito de Plauto Miró Guimarães Filho em 1996. A Rádio Nacional Sul estava arrendada para a família Andrade, de Curitiba, que tinha interesses em eleger um deputado da família. A única rádio AM local que não tinha ligações diretas com políticos era a Difusora.

Na rádio Difusora, Canto foi informado que não teria espaço para usar o estúdio, mas se quisesse poderia fazer o seu programa matinal da garagem do

prédio. Foi assim que surgiu a 'Garagem da Esperança', programa popular onde Canto intermedia doações de ouvintes para pessoas carentes. Em 1994 ele se candidatou a deputado estadual pelo nanico PSC (Partido Social Cristão). Sua pretensão era ganhar experiência eleitoral e ser reconhecido como político para facilitar uma possível eleição como vereador em 1996. Conseguiu ser eleito o único deputado estadual de uma coligação de partidos nanicos daquele ano para a Assembléia Legislativa do Paraná. Ele fez mais de 19 mil votos só em Ponta Grossa. Sua votação total ficou em 20,5 mil votos³¹. Em 1994 os candidatos a deputado tradicionalmente eleitos por Ponta Grossa foram Plauto Miró Guimarães (PFL) e Luiz Carlos Zuk (PDT), ambos fizeram cerca de 10 mil votos cada um no município, além de Péricles de Holleben Melo (PT), com cinco mil votos dos ponta-grossenses.

Canto não pertencia a famílias tradicionais de Ponta Grossa. Natural do Rio Grande do Sul, não fazia parte da elite econômica local e jamais foi empresário. Na infância, Canto trabalhou como engraxate para ajudar no orçamento da família. Depois, adulto, casou-se e passou a não apresentar uma vida familiar estável³². Isso é uma característica altamente negativa para os representantes políticos em sociedades conservadoras, como a de Ponta Grossa. O perfil oposto aos prefeitos anteriores e a sensibilidade para reconhecimento das novas demandas populares fizeram de Canto a principal opção oposicionista no município em 1996, substituindo os opositores já conhecidos da elite política hegemônica local: Djalma de Almeida César e Luiz Carlos Zuk. Em 1996, depois de dois anos como deputado estadual e com a 'Garagem da Esperança' melhor estruturada, Jocelito Canto se transformou em candidato natural da oposição à prefeitura local. Em 2000, quando completava seu primeiro mandato de prefeito sem ter deixado de fazer o programa Garagem da Esperança, Jocelito Canto não conseguiu repetir o bom desempenho eleitoral de 1996. Ele foi derrotado por Péricles de Holleben Melo (PT). Assim como no caso de Belinatti em 1982, Canto

³¹ Além de Ponta Grossa, Canto foi bem votado no município de Ubatã, sudoeste do Estado, onde morara alguns anos antes. Em Ubatã ele trabalhou em uma rádio administrada pelo grupo político dominante local. Chegou a ser nomeado para o cargo de Secretário Municipal de Esportes antes de se desentender com o prefeito e deixar a cidade.

³² Uma das características presentes nos políticos não-populistas de Ponta Grossa e que acreditava-se ser uma exigência do eleitorado local era a vida familiar estável, sem escândalos públicos. Exatamente o contrário de Canto.

não conseguiu cumprir as 'promessas' feitas aos eleitores e perdeu a exemplaridade como líder, apesar de seu carisma. Isso resultou na sua substituição por um político de perfil oposto ao seu e diferente do perfil tradicional das lideranças locais. Mas antes disso, quem primeiro teve a capacidade de representação popular reduzida, abrindo espaço para a opção neopopulista, foram as elites com perfil tradicional. Se em Londrina esse perfil baseava-se na posição social dos representantes, em Ponta Grossa ele ainda é mais fácil de ser identificado, pois envolve laços familiares entre os integrantes da elite hegemônica local.

4.2 – ELITE POLÍTICA NÃO-POPULISTA EM UMA SOCIEDADE CONSERVADORA

O primeiro prefeito não-populista das décadas de 80 e 90 em Ponta Grossa foi Otto Santos Cunha, eleito em 15 de novembro de 1982 pelo PMDB. Aquelas foram as últimas eleições municipais em que a legislação permitiu a formação das sub-legendas, quando mais de um candidato concorria pela mesma sigla. O PMDB indicou dois candidatos: os empresários Otto Santos Cunha e José Gomes do Amaral. Os principais opositores eram do PDS; os empresários Cyro Martins, Plauto Miró Guimarães (pai do atual deputado estadual e candidato a prefeito em 1996, Plauto Miró Guimarães Filho), além de Cesar Fernando Pilati. Pelo PTB se candidataram Brasil Ribas Neto e Antonio Maire, também empresários. O PT, que disputava suas primeiras eleições nacionais, lançou apenas um candidato, o professor universitário Péricles de Holleben Mello. A chegada de Otto Cunha³³ à prefeitura em 1982 marca o início do período de governos não-populistas (ANEXO 8).

O Secretário de Finanças do governo Otto Cunha foi seu primo, Paulo Cunha Nascimento, que veio a ser o último prefeito não-populista do período. Otto

³³ Otto Santos Cunha faz parte de uma das famílias mais tradicionais de Ponta Grossa. Os Cunha chegaram ao município no século passado para explorar a pecuária de corte e a atividade madeireira em extensas áreas rurais na região. Otto Cunha é pecuarista por herança familiar. Integra a elite econômica do município.

Cunha conseguiu se eleger deputado federal em 1990, dois anos depois de terminar o mandato de prefeito. Não foi reeleito em 1994. Participou das eleições municipais de 1996 como conselheiro da campanha de Plauto Miró Guimarães Filho. Em 1998 não viabilizou politicamente sua candidatura a deputado federal.

O segundo prefeito de Ponta Grossa no período de não-populistas foi o empresário Pedro Wosgrau Filho, eleito em 15 de novembro de 1988 (ANEXO 9). Nessa eleição não existiam mais as sublegendas. Pedro Wosgrau Filho foi candidato pelo nanico PDC (Partido Democrata Cristão). Engenheiro civil formado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), começou sua vida profissional em uma construtora da família Wosgrau em Ponta Grossa. É descendente de família tradicional da cidade. Atua profissionalmente na área de incorporação de imóveis. Tem propriedades rurais e uma madeireira. Também faz parte da elite econômica da cidade. Foi o indicado de Otto Cunha para dar continuidade à administração municipal e teve como vice-prefeito Paulo Cunha Nascimento, que acumulou a função de vice-prefeito com a de Secretário de Finanças do Município na administração de Wosgrau³⁴.

O terceiro prefeito do período, Paulo Cunha Nascimento, eleito no dia 3 de outubro de 1992, governou a cidade de 1993 a 1996 (ANEXO 10). Sua eleição também foi pelo PDC. Tinha sido Secretário Municipal de Finanças do primeiro governo não-populista e vice-prefeito no segundo. Pertencente a uma família tradicional da cidade, Paulo Cunha administrava uma beneficiadora de sementes e propriedades agrícolas da família. Pela primeira vez na terceira colocação apareceu o PT, com Padre Roque Zimmermann como candidato. Em quarto lugar, o dono de um jornal local, Adail Inglês, candidato do PTB. Paulo Cunha não tinha experiência em disputas eleitorais como candidato antes de concorrer a vice-prefeito em 1988. Até 1983, quando fora nomeado Secretário Municipal de Finanças, sua vida profissional era nas propriedades rurais da família e na empresa Joná Sementes, beneficiadora de sementes agrícolas fundada pelo pai, João Nascimento. Em terceiro lugar naquelas eleições ficou o candidato do PT,

³⁴ Naquela campanha eleitoral, os principais adversários da "situação" foram o ex-prefeito e empresário rural Luiz Carlos Zuk (PDT), terceiro colocado; e o então deputado estadual Djalma de Almeida Cesar (PMDB), militante político na cidade desde o início dos anos 70, foi o segundo colocado. A opção dos eleitores foi clara pela continuidade do grupo hegemônico no poder naquela ocasião. Em quarto lugar naquelas eleições ficou o candidato do PT, Silvio Fernandes da Silva.

Padre Roque Zimmermann. Paulo Cunha não fez uma administração popular. Teve altos índices de rejeição no final do mandato³⁵. Tanto que o candidato da continuidade, Plauto Miró Guimarães Filho, não aceitou seu apoio oficial.

A aplicação do índice de avanço partidário para os votos brancos e nulos em Ponta Grossa entre 1982 e 1996, assim como no caso de Londrina, mostra que havia um contínuo desgaste das lideranças políticas de perfil tradicional na cidade durante o período não-populista.

Tabela 3 - Índice de avanço dos votos brancos e nulos em Ponta Grossa (1988 a 1996)

| Eleição municipal de 1988 | |
|---|---------|
| Total votos | 84.740 |
| Total votos brancos e nulos | 6.785 |
| Índice de avanço de votos brancos e nulos | 2,78 |
| Eleição municipal de 1992 | |
| Total votos | 123.646 |
| Total votos brancos e nulos | 7.245 |
| Índice de avanço de votos brancos e nulos | 1,72 |
| Eleição municipal de 1996 | |
| Total votos | 134.305 |
| Total votos brancos e nulos | 5.015 |
| Índice de avanço de votos brancos e nulos | 0,20 |

Assim como nas eleições de Londrina entre 1955 e 1976, o índice de avanço dos votos brancos e nulos de Ponta Grossa no período anterior à eleição do radialista/neopopulista manteve-se positivo. Evidente que uma parcela desses votos brancos e nulos deve-se não ao descontentamento do eleitor, mas a erros no momento da votação ou interpretação dos escrutinadores (na época a votação e apuração dos votos era manual). O que importa aqui não são os números absolutos de votos brancos e nulos, mas o seu crescimento contínuo entre duas eleições. Essa tendência serve como indicador de descontentamento do eleitor local e aconteceu tanto em Londrina como em Ponta Grossa.

Com a não eleição de Plauto Miró Guimarães Filho e a chegada à prefeitura

³⁵ Fonte: pesquisas de desempenho administrativo realizadas pelo Jornal da Manhã, de Ponta Grossa, durante o ano de 1995.

do radialista Jocelito Canto em 1996, termina o período de governos não-populistas em Ponta Grossa (ANEXO 11). Saem de cena os prefeitos empresários ou proprietários rurais, nascidos em Ponta Grossa e descendentes de famílias tradicionais da cidade, encerrando o período de governos de continuidade, com o mesmo perfil administrativo.

Ainda sobre as administrações de 1983 a 1996 é preciso lembrar que a relação dos prefeitos com a administração estadual não apresentava grandes afinidades políticas. Durante os governos não-populistas na prefeitura de Ponta Grossa, a administração municipal passou a maior parte do tempo na oposição à administração estadual³⁶. Independente dos partidos em que se elegeram, Otto Cunha, Pedro Wosgrau e Paulo Cunha representavam os remanescentes do ARENA (Aliança Renovadora Nacional). Otto Cunha foi candidato a prefeito pelo PMDB porque ele era o principal opositor ao então prefeito Zuk, que foi eleito em 1978 ainda pelo Arena.

Nem Otto Cunha nem os outros prefeitos apresentavam vínculos partidários fortes, porque não tiveram militância política significativa anterior aos seus mandatos como prefeito. Durante a maior parte de governos não-populistas em Ponta Grossa o PMDB elegeu os governadores do Paraná. José Richa de 1982 a 1986. Álvaro Dias de 1986 a 1990. Roberto Requião de 1991 a 1994. Excetuando os dois últimos anos do mandato de Paulo Cunha, que foram no início do primeiro governo Jaime Lerner, e os dois primeiros de Otto Cunha, durante o governo José Richa, o período de governos não-populistas na prefeitura de Ponta Grossa foi na oposição política ao governo do Estado. Apesar disso, o grupo político não-populista conseguiu vencer os candidatos do governo do Estado nas eleições municipais. Entre as explicações possíveis para esse fato estão a grande liderança dos não-populistas em Ponta Grossa no período. Todos os governadores do PMDB, eleitos nos anos 80, não foram bem votados em Ponta Grossa³⁷. Além disso, é possível constatar, através desse fato, que em eleições municipais o eleitor tende a decidir o voto de maneira distinta de outras eleições. Ele conseguiria diferenciar as duas esferas de representação, embora haja uma

³⁶ A primeira parte do mandato de Otto Cunha ocorreu simultaneamente ao governo de José Richa, ambos do PMDB. Essa é a única exceção de proximidade partidária entre o prefeito não-populista de Ponta Grossa e o governador do Estado.

tendência de responsabilização dos líderes locais pelas crises ou possíveis perdas que a sociedade enfrente em determinados períodos.

4.3 – DECADÊNCIA ECONÔMICA DE PONTA GROSSA NAS DÉCADAS DE 80 E 90

Nos 13 anos de governos não-populistas (1983 a 1996) Ponta Grossa viveu uma estagnação econômica. Depois de um vertiginoso crescimento industrial nos anos 70, com a instalação dos complexos moageiros de soja no município, a economia parou de crescer durante os governos não-populistas. O PIB percapita de Ponta Grossa se transformou em um dos menores entre os municípios médios do Estado e as perspectivas profissionais se definharam entre os anos 80 e 90.

Apesar de ser mais antigo, em 1996 Ponta Grossa (172 anos) tinha praticamente a mesma população que Maringá (60 anos). Eram 266.390 habitantes no primeiro e 286.068 habitantes no segundo município³⁸. Comparando alguns indicadores econômicos dos dois municípios percebe-se o fraco desempenho da economia ponta-grossense em meados dos anos 80.

Apesar da indústria em Ponta Grossa ter uma participação maior na economia local que em Maringá, a renda percapita do ponta-grossense, em meados dos anos 90, estava cerca de 20% abaixo da renda percapita do maringaense. O número de estabelecimentos industriais de Maringá era o dobro de Ponta Grossa no ano da eleição do neopopulista, embora a participação do setor na renda total fosse maior em Ponta Grossa. Maringá também tinha um setor de serviços mais desenvolvido que em Ponta Grossa. O setor agropecuário de Ponta Grossa tem três vezes mais participação na renda municipal que o de Maringá. O setor terciário (de serviços), que apresenta a maior capacidade de distribuição de riqueza e exige profissionais mais especializados, em Maringá estava mais desenvolvido que o setor terciário de Ponta Grossa. Esse é outro indicativo da concentração de renda e da lentidão no desenvolvimento econômico

³⁷ Fonte: resultados eleitorais oficiais TER – Paraná.

³⁸ Fonte: IBGE, censos demográficos.

de Ponta Grossa. Por último, a participação da economia agropecuária no total da riqueza gerada no município é três vezes mais importante que em Maringá. Aqui, faz-se uma distinção rápida, mas importante. Enquanto em Maringá a economia agropecuária é caracterizada principalmente por pequenas e médias propriedades rurais, em Ponta Grossa a predominância é de grandes propriedades. Em Maringá, as características do solo garantem um tipo de exploração agrícola mais intensiva. Em Ponta Grossa há grandes extensões de áreas rurais com pouca fertilidade, que só podem ser exploradas pela pecuária extensiva. Por isso a predominância de grandes propriedades rurais, a concentração de renda no campo e a pobreza da população rural de Ponta Grossa serem maiores que em Maringá.

Tabela 4 – Indicadores econômicos comparativos entre Ponta Grossa e Maringá em 1996

| Indicadores econômicos | Ponta Grossa | Maringá |
|--|----------------|------------------|
| Produto Interno Bruto (US\$) | 764.580.064,88 | 1.042.827.354,58 |
| Crescimento da Pop. Urbana (%) | 1,96 | 2,20 |
| Crescimento da População Rural (%) | -0,51 | 2,38 |
| Número de indústrias | 610 | 1.240 |
| Número de comércio varejista | 3.354 | 4.212 |
| Número de comércio atacadista | 205 | 677 |
| PIB agropecuário (%) | 3 | 1 |
| PIB industrial (%) | 30 | 22 |
| PIB serviços (%) | 67 | 77 |
| IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social) | | |
| em 1996. | | |

Considerando que o menor número de indústrias e a maior participação delas na economia demonstra que o setor industrial de Ponta Grossa era concentrado em um pequeno número de grandes fábricas, percebe-se que também existia uma tendência à concentração de renda na área urbana deste município. As características da atividade agropecuária local e sua importância no total da economia gerada apontam para uma concentração de renda. O menor PIB percapita de Ponta Grossa mostra uma atividade econômica menos auto-suficiente, com evasão de recursos para outros municípios ou regiões.

Estes fatores geraram uma pressão social crescente por mudanças na atividade econômica local. Os políticos que administraram a cidade no período foram os primeiros a sofrer os efeitos negativos. Os eleitores, que também são os pequenos empresários em busca da expansão do setor de prestação de serviços, ou os trabalhadores assalariados em busca de melhores rendimentos, ou os pequenos industriais que esperam condições favoráveis ao crescimento de suas empresas, fizeram a opção por uma administração municipal com perfil distinto do não-populista em 1996.

Uma pesquisa com base em levantamentos por estimativa domiciliar feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre o perfil econômico dos principais municípios do interior do Paraná, abrangendo o período de 1983 a 1997, mostra que Ponta Grossa empobreceu nesse período. Além de Ponta Grossa, foram pesquisados outros cinco municípios paranaenses (Maringá, Londrina, Foz do Iguaçu, Curitiba e Cascavel). Em todos eles, e na média do Estado, o poder aquisitivo da população sofreu uma sensível queda no período. Mas em Ponta Grossa a redução da classe alta e o crescimento da participação das classes média-baixa e baixa no total da população foram mais acentuados.

Em 1983, 7,5% dos domicílios de Ponta Grossa eram considerados como pertencentes à classe alta, segundo definição do IBGE. Em 1989 essa participação caiu para 6,81% e em 1997 era de apenas 2,92%. A média dos domicílios paranaenses considerados como de classe alta era de 7,2% em 1983, 6,53% em 1989 e 3,95% em 1997. As médias ponta-grossenses de participação de domicílios de classe alta no total da população ficaram acima das médias estaduais até o final da década de 80. Nos anos 90 isso se inverteu.

No outro extremo das camadas sociais, as mais baixas, também é possível constatar a estagnação econômica do município no período. Em 1983, 34,8% dos domicílios de Ponta Grossa eram considerados de classe baixa. E 8,8% era de miseráveis. A soma das duas classes representava 43,6%. Em 1989 a participação dos domicílios de classe baixa subiu para 35,61% e os miseráveis caíram para 7,82%. A soma ficou em 42,43%. Em 1997 o empobrecimento cresceu significativamente. Neste ano, o IBGE constatou 42,84% dos domicílios de Ponta Grossa como pertencentes à classe baixa e 9,46% aos miseráveis. No total, 52,30%. Um crescimento real de mais de 12% da pobreza em oito anos e

pela primeira vez os domicílios de família pobres e miseráveis passaram a ser maioria no município. Na média do Estado, em 1983 o Paraná tinha 33,6% de seus domicílios considerados como sendo de famílias pobres e 8,5% de miseráveis. Em 1989 os índices subiram para 34,37% de pobres e 7,55% de miseráveis. Em 1997 as médias foram de 42,84% de domicílios pobres e 9,46% de miseráveis. Em todo o período o índice de participação dos pobres na totalidade da sociedade de Ponta Grossa foi maior que a média estadual. Porém, a diferença cresceu muito entre 1989 e 1997.

A renda percapita anual e os índices de potencial de consumo (IPC) dos principais municípios paranaenses entre 1983 e 1997 também demonstram a estagnação econômica de Ponta Grossa nestes 14 anos.

O período em que os prefeitos não-populistas administraram o município de Ponta Grossa coincidiu não apenas com uma estagnação econômica local, mas com uma queda nos indicadores econômicos da cidade em relação a outros municípios do Estado.

Em 1983, quando começou o primeiro governo não-populista de Ponta Grossa, a renda percapita anual do ponta-grossense só perdia para a do curitibano entre os municípios pesquisados, e o índice de potencial de consumo de Ponta Grossa era o segundo maior do interior do Paraná. Em 1997 a renda percapita de Ponta Grossa passou a ser a pior entre os municípios de porte médio do Paraná e encontrava-se abaixo da média estadual. O IPC acompanhou a queda, ficando à frente apenas de Cascavel e Foz do Iguaçu em 1997. As condições econômicas desfavoráveis e a queda da riqueza local formaram o cenário ideal para o discurso populista da mudança política e tiveram efeitos diretos na escolha dos eleitores em 1996. Assim como visto nas explicações para as ocorrências populistas clássicas, houve uma massificação da demanda social por melhorias na economia local, pois integrantes de todas as classes vinham sofrendo as conseqüências da crise social, que terminou se transformando em crise do discurso hegemônico a partir do momento em que as elites dirigentes demonstraram não ter condições para solucionar a crise.

As perspectivas de desenvolvimento pessoal e o poder aquisitivo de todas as classes sociais foram se restringindo gradativamente em Ponta Grossa entre os anos 80 e 90. Como os governantes estavam distantes das classes populares,

as políticas públicas implementadas por eles não atendiam às novas demandas sociais. As pressões para uma ampliação e transformação da elite dominante cresceram até o ponto da substituição desta elite pela liderança neopopulista. Se o grupo político hegemônico tivesse percebido essa tendência a tempo de fazer uma aliança e ampliar a participação de setores sociais no governo, o discurso populista perderia força. O *outsider* Jocelito Canto não personificou apenas uma “mudança” durante a campanha eleitoral de 1996, mas a mudança em favor do atendimento às demandas sociais reprimidas.

A coincidência histórica entre a estagnação econômica e a permanência de representantes com o mesmo perfil político no poder no mesmo período foram decisivos para o sucesso eleitoral do neopopulismo. Durante os 13 anos de governos não-populistas, a administração municipal de Ponta Grossa tentou ser o mais ‘responsável’ possível. O discurso político predominante era o da elite econômica responsável pela preservação dos bens públicos. Eram governos para o povo, comuns quando a elite política sente-se mais capacitada para decidir o que é melhor para a sociedade do que a própria sociedade.

Essa postura de afastamento das bases sociais gerou distorções na implementação de políticas públicas, o que iniciou a crise no discurso hegemônico. As lideranças tradicionais deixaram de ser consideradas a melhor opção eleitoral, gerando o vazio político propício para o crescimento do populismo eleitoral. As políticas públicas ‘responsáveis’ implementadas pelos governos não-populistas foram apresentadas em forma de discurso político nas campanhas eleitorais de 1982 a 1992 e aceitas pela maioria dos eleitores. Para poder compreender como a distorção entre discurso e prática abriu espaço ao populismo é preciso considerar como as promessas eleitorais do grupo não-populista se transformaram em política pública, por exemplo.

Uma das constantes promessas de campanha dos governos não-populistas foi fazer investimentos em saúde pública. A demanda da população nessa área era por atendimento público em maior quantidade (número de consultas disponíveis). Nas três administrações que antecederam Canto multiplicou-se o número de postos de saúde da prefeitura, descentralizando o atendimento para os bairros. De Otto Cunha a Paulo Cunha as unidades de saúde em funcionamento nos bairros passaram de dez em 1983 para 62 em 1996, em um

município com cerca de 263 mil habitantes no final do período. A estrutura de atendimento cresceu 500% em pouco mais de uma década³⁹ enquanto o crescimento anual médio da população ficou abaixo de 2%, segundo dados do IBGE.

Apesar dos investimentos na construção de novas unidades de saúde, a população continuou sem o atendimento médico público descentralizado que exigia porque as obras não foram acompanhadas pela contratação de novos médicos. No final do governo Paulo Cunha o município tinha 62 postos de saúde e apenas 30 médicos clínicos gerais, pediatras ou ginecologistas para prestar atendimento nestas unidades. Cada uma delas tinha médico, em média, duas vezes por semana e a população dos bairros era obrigada a procurar os serviços do pronto-socorro municipal ou hospitais do centro da cidade.

Político sensível às demandas sociais, Jocelito Canto soube explorar os desvios entre as promessas e as ações práticas dos governos não-populistas. Criticou as filas no pronto-socorro, a falta de médicos nas unidades de saúde dos bairros e a desatenção das administrações municipais com as classes sociais carentes. Em seu programa de rádio, ele apresentava com frequência casos de pessoas que precisavam do serviço público de saúde e que não conseguiam ser atendidas no pronto socorro. Relatos de crianças que passavam a madrugada em salas de espera dos hospitais também eram comuns. Durante a campanha eleitoral de 1996, uma das principais promessas de Canto foi a inauguração de quatro postos de saúde, um em cada região da cidade, com atendimento médico 24 horas por dia. Assim, a população não se deslocaria mais para o centro da cidade quando precisasse de atendimento a qualquer hora do dia⁴⁰. Esse exemplo mostra como um governo responsável, mas sem bases populares sólidas, pode se equivocar na implementação de políticas públicas e abrir espaço para o surgimento de uma oposição com força eleitoral suficiente para chegar ao poder.

O programa de rádio 'Garagem da Esperança' serviu como instrumento para identificação do radialista com o discurso populista. O que deu espaço para o

³⁹ Para entender a desproporção da decisão política em relação às demandas populares, o município de Curitiba, que na mesma época tinha 1,2 milhão de habitantes era servido por 95 postos de saúde municipais.

⁴⁰ Essa promessa não foi cumprida no início do mandato de Canto, como prometido. O secretário municipal de saúde chegou à conclusão que seria muito caro manter médicos de plantão em quatro unidades de saúde 24 horas para um baixo número de atendimentos durante a madrugada.

crescimento da aceitação deste discurso foi o baixo índice de responsividade das administrações não-populistas. Se a implementação das políticas públicas deste período, e principalmente no último mandato, tivessem considerado as novas demandas da sociedade⁴¹, seria mais difícil o convencimento do eleitor pelo discurso da mudança, mesmo que ele fosse transmitido via ondas hertzianas. Sucessivos fracassos na implementação de políticas públicas pelos governos não-populistas abriram espaço para que a oposição política populista crescesse.

Governos 'responsáveis' não fazem questão de se interrelacionar com diferentes organizações sociais. Por isso estão mais sujeitos ao acúmulo de pequenos déficits na implementação das políticas públicas (Ham e Hill, 1993). Lembrando trabalhos de outros autores, Ham e Hill introduzem ao debate sobre implementação de políticas públicas o conceito de déficit segundo o qual, quando a cooperação entre as organizações envolvidas na implementação das políticas públicas é menor que a perfeita, passa a existir um déficit cumulativo. No caso dos governos não-populistas de Ponta Grossa, esse déficit começou a se acumular quando as políticas implementadas, fruto das promessas de campanha, deixaram de cumprir o papel desejado pelo conjunto da sociedade.

Associa-se a isso o conceito de sistema top-down de implementação das políticas públicas, segundo o qual as ações dos indivíduos ou grupos públicos são dirigidas a objetivos previamente estabelecidos mediante decisões políticas, sem que para tanto seja necessário ouvir as bases sociais - a população que será afetada pelas decisões.

"Ao procurar compreender as complexidades do processo de tomada de decisões, autores têm posto em evidência uma variedade de modelos entre os quais o enfoque sistêmico esboçado por David Easton tem recebido considerável proeminência. Easton discute que a atividade política pode ser analisada em termos de um sistema contendo uma série de processos que devem permanecer em equilíbrio a fim de que a atividade sobreviva" (Ham e Hill, 1993, p. 15).

A chave do enfoque sistêmico é a relação com um sistema biológico onde processos vitais interagem com o meio ambiente para produzir um estado mutável e, em função disso, instável. Neste modelo simplificado de decisões políticas, um dos processos fundamentais é o das entradas. As demandas são ações de

⁴¹ Como mais médicos nos bairros da periferia, por exemplo.

indivíduos ou grupos em busca de resultados que possam lhes favorecer⁴². Os apoios dão o impulso necessário para que as demandas sejam transformadas em atos concretos - votação na Câmara de Vereadores autorizando a contratação de empreiteiras para construir novos postos de saúde ou abertura de concurso público para contratação de médicos. Isso tudo entra na estrutura de tomada de decisões para depois sair em forma de implementação de políticas públicas. Na análise, o autor admite ainda a realimentação do sistema através das influências que as saídas e ações terão nas futuras entradas do sistema.

Pode-se concluir que em um sistema democrático, com eleição periódica de tomadores de decisões políticas, a realimentação das entradas é um dos pontos fundamentais para a manutenção de um grupo político no centro da tomada de decisões. A responsabilidade por esta realimentação é dos grupos de pressão da sociedade que têm acesso direto à elite política — que toma decisões. Os grupos de pressão estão livres da estrutura burocrática e 'disponíveis' para receber as demandas do ambiente e introduzi-las na caixa de tomada de decisões. Se por qualquer motivo essa realimentação for distorcida ou começar a falhar, as decisões e ações da elite política se dissociam das expectativas do conjunto da sociedade. É quando começa a decadência de uma elite política e sua substituição por outro grupo. A falta de conexão entre as ações públicas e as demandas da sociedade foi responsável pela substituição dos governos não-populistas em Ponta Grossa. Esse distanciamento era uma característica natural do grupo político não-populista. Mas a sucessão de governos com o mesmo perfil e o acirramento das disputas internas o acentuou a ponto de se tornar estranho ao conjunto da sociedade.

Na prática, o distanciamento da elite política não-populista que governou a prefeitura de Ponta Grossa pode ser percebida nas ações de alguns grupos de pressão institucionalizados. As duas principais instituições que deram sustentação aos governos não-populistas no início do período foram a Sociedade Rural dos Campos Gerais (SRCG) e a Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa (ACIPG). Outras instituições também faziam a intermediação entre a elite política eleita e os interesses da sociedade, mas estas duas, por serem as maiores,

⁴² Como, por exemplo, o atendimento médico gratuito de melhor qualidade para as populações da periferia de Ponta Grossa, prometido em campanha política.

tinham direito a indicar secretários municipais e a participar de decisões importantes do poder público. Por tradição dos prefeitos daquele período, o Secretário Municipal de Indústria e Comércio era indicado pela ACIPG e o Secretário Municipal de Agricultura era indicado pela SRCG. Antes da existência de secretarias específicas, as associações classistas indicavam os diretores de departamentos ligados aos setores de indústria, comércio e de agricultura. Boa parte das demandas dos grupos sociais representados por estas instituições chegavam ao centro de tomada de decisões públicas por intermédio de 'seus' secretários. A manutenção dos secretários 'classistas' garantia as 'entradas' no sistema político com poucas distorções e que a implementação de políticas públicas atenderia as demandas desses grupos. A sucessão de governos fez com que a elite política não-populista se sentisse cada vez mais auto-suficiente e os selecionados para os postos de tomada de decisões passaram a desconsiderar as pressões externas.

O caso mais aparente é o da SRCG no último mandato do período não-populista. A direção desta entidade, que representa a classe dos pecuaristas locais, apoiou a eleição dos três prefeitos não-populistas. Afinal de contas, todos eles tinham ligações diretas ou indiretas com o setor agropecuário. Durante o primeiro mandato, a SRCG dividiu o centro das decisões políticas com a ACIPG. Ambas conseguiam interferir na tomada das principais decisões políticas e interrelacionavam a elite política com a sociedade, pois juntas representam a maior parte da população economicamente ativa do município. No segundo governo, como Wosgrau Filho era principalmente um empresário urbano (construção civil e incorporação de imóveis), a Associação Comercial ganhou espaço como grupo de pressão da classe política. O centro do poder foi se distanciando gradativamente da Sociedade Rural. Isso pode ser percebido na composição dos conselhos municipais. A partir dos anos 90 os estatutos destas entidades normalmente prevêm a indicação de um representante da Associação Comercial e raramente um da Sociedade Rural.

É no terceiro governo do período que o afunilamento da elite política fica mais nítido. A Sociedade Rural passou de grupo de pressão distante para quase opositora à administração. O prefeito Paulo Cunha Nascimento manteve durante todo seu mandato o Secretário de Agricultura e Pecuária, Cristiano Justus Neto.

Como não era indicação da Sociedade Rural, o Secretário não priorizava o atendimento às demandas do grupo de pressão. Achava que a Secretaria deveria dar apoio à pequena e média propriedade, por ser menos organizada e com menor representação no poder público. As discordâncias cresceram a tal ponto que o Secretário, sendo pecuarista e proprietário de uma pista de remates, marcava os leilões gerais em sua propriedade para os mesmos finais de semana em que ocorreriam os eventos da Sociedade Rural. Como o prefeito manteve o Secretário no cargo, a conclusão é que a opção de Paulo Cunha foi pelo afastamento do grupo de pressão em favor da manutenção do Secretário. Só no final de seu mandato, em junho de 1996, o prefeito anunciou à direção da Sociedade Rural que faria um empréstimo municipal para a construção do Parque Agropecuário de Ponta Grossa. Obra que não chegou a concluir em seu mandato⁴³.

O relacionamento tumultuado entre a elite política e o grupo de pressão de um setor tradicional como o da atividade pecuária é apenas um exemplo e mostra o processo pelo qual os governos não-populistas foram perdendo espaço na sociedade. O mesmo aconteceu com outros integrantes da classe política, que foram se afastando do centro do poder a cada processo de renovação interna. Sem uma diversidade de grupos de pressão, as decisões passaram a ser tomadas em favor de um grupo cada vez mais restrito. Assim, as demandas populares começaram a chegar truncadas ao centro do poder até o momento em que, sem intermediadores com a sociedade, a elite política não-populista se tornou insustentável como representante popular.

No final de seu mandato, Paulo Cunha Nascimento não tinha mais do que poucos aliados políticos. Na última metade do mandato enfrentou problemas até para nomear um líder do governo na Câmara Municipal. Além dos crescentes ataques da oposição, que se aproveitava da imagem da administração junto à opinião pública, tinha que mediar disputas internas por fatias do poder.

As dissidências na classe política foram fortalecendo a oposição, que se aproveitou da ascensão de uma nova liderança popular, sem vínculos com a

⁴³ O município havia perdido seu parque agropecuário no final do governo Otto Cunha e passou mais de dez anos sem um local apropriado para realizar feiras e exposições do setor rural, o que também demonstra o afastamento do grupo de pressão pecuarista do centro das decisões políticas locais.

classe dirigente, e, portanto, identificada como legítima representante do povo, para voltar ao poder. A campanha eleitoral de 1996 mostra que Jocelito Canto não entrou na disputa apenas com a ajuda da massa. Ele foi a 'cabeça' de um corpo de dissidentes da classe política que se formou durante os 13 anos de seleção interna da elite política não-populista de Ponta Grossa. Canto foi a opção que os agropecuaristas encontraram para retornar ao centro do poder. Tanto que os Secretários de Agricultura do governo de Canto foram indicados pela SRCG. E a nomeação do Secretário de Indústria e Comércio 'apenas' recebeu o apoio da ACIPG. A candidatura de Jocelito Canto à prefeitura em 1996 também é o resultado de um realinhamento da classe política local. Nesse sentido, há uma diferença entre o neopopulismo de Ponta Grossa em relação ao de Londrina. Belinatti não contou com uma crise tão profunda na elite dirigente para se transformar em candidato à prefeitura de Londrina, como Jocelito Canto em Ponta Grossa.

A eleição de Canto é, em grande medida, uma consequência da incapacidade da elite política tradicional de Ponta Grossa em identificar a sua própria decadência como representante pública. Se a vitória da oposição em 1996 deveu-se ao esgotamento do grupo político até então hegemônico e de suas práticas administrativas, então por que o escolhido como substituto não foi o candidato do PT? O partido vinha disputando as eleições municipais desde 1982. Tinha ficado em terceiro lugar nas eleições de 1988 e 1992 para prefeito, com 19,4% dos votos válidos. Possuía desde 1989 uma vaga na Câmara de vereadores. Tinha um representante local na Câmara Federal, o deputado Padre Roque (eleito em 1994), e um na assembléia legislativa, o deputado Péricles de Holleben Melo (também eleito em 1994), ambos com experiências eleitorais anteriores e bases políticas organizadas no sindicalismo e movimentos sociais, principalmente nas diretorias de associações de moradores de bairros. O PT não seria o substituto natural dos governos municipais anteriores a 1996? Não.

Caso não tivesse surgido Jocelito Canto, provavelmente uma parte da dissidência do grupo hegemônico apoiaria a candidatura petista — como aconteceu em 1996 — e aumentaria suas chances de vitória eleitoral. Mas a existência de uma alternativa, aliada a fatores históricos, fizeram com que a preferência dos eleitores recaísse no candidato populista e não no do PT.

Até 1996 o PT de Ponta Grossa tinha dificuldades em fazer alianças eleitorais. Os dirigentes do partido defendiam a tentativa de vencer uma eleição sem coligações políticas. Por isso, nas eleições municipais daquele ano o PT se coligou com o PCB, PCdoB, PSB, PSTU e PV. Nenhum destes partidos nanicos apresentava bases sociais organizadas e consistentes no município, do ponto de vista eleitoral. A coligação teve dificuldades até para completar a chapa de 24 candidatos a vereador. O PT lançou-se à campanha eleitoral praticamente sozinho.

As bases sociais do PT em Ponta Grossa não cresceram na proporção necessária para garantir uma vitória eleitoral para prefeito em 1996. O município viveu quase duas décadas de estagnação econômica, o que impediu o crescimento da organização dos trabalhadores através dos sindicatos. O sindicalismo é o principal braço de intermediação do PT junto aos eleitores e, onde ele não está bem enraizado nas classes trabalhadoras, os candidatos do partido têm dificuldade em apresentar suas propostas.

Existe ainda a limitação política de uma candidatura do PT nas classes sociais mais baixas de uma cidade conservadora, aquelas que sofreram diretamente os efeitos negativos de um período de administrações pouco sensíveis às demandas sociais. Em todo o período de governos não-populistas o PT e suas principais lideranças fizeram parte do cenário político. Péricles Mello foi candidato a prefeito em 1982 e eleito vereador em 1988. De uma forma ou de outra as lideranças petistas estavam inseridas naquele período político, mesmo tentando se identificar como oposição.

O fato é que nos governos não-populistas, o Partido dos Trabalhadores estava presente no cenário, representado principalmente pelo candidato a prefeito Péricles de Holleben Mello, e não conseguiu fazer com que as demandas sociais fossem atendidas. Logo, o eleitorado de baixa renda não tinha motivos para acreditar que uma prefeitura administrada pelo PT resolveria os problemas emergenciais da comunidade, não identificados pelas elites hegemônicas. O único candidato realmente novo no cenário e que se mostrava capaz de resolver os principais problemas das classes baixas sem parecer artificial foi Jocelito Canto. Por isso a opção do eleitorado recaiu sobre ele e não sobre o PT naquela eleição.

Essa identificação do PT com a crise local tem maior poder explicativo do que o possível medo dos eleitores de uma sociedade conservadora sentiriam em relação ao candidato do Partido dos Trabalhadores. Isso porque em 1996 Péricles de Mello foi o segundo colocado na disputa, com 31,9% dos votos válidos, ou seja, quase um terço do eleitorado. Quatro anos depois, em 2000, Péricles de Mello conseguiu se eleger prefeito de Ponta Grossa como candidato do PT que fez alianças com o empresariado local⁴⁴.

Os resultados das eleições de 1996 mostram um avanço significativo na aceitação das propostas do PT em Ponta Grossa. Tanto que, em 2000, o partido conseguiu chegar à prefeitura da cidade. Mas antes disso, a crise do discurso hegemônico e o surgimento de um *outsider* da política permitiram o sucesso eleitoral do neopopulismo na política local. Essas condições sociais, aliadas à difusão do discurso mudancista através do Rádio, foram o que promoveram Jocelito Canto a candidato viável para a prefeitura da cidade.

4.4 - O RÁDIO E A VOTAÇÃO DE JOCELITO CANTO

Jocelito Canto conseguiria manipular as vontades eleitorais das massas a ponto de vencer uma eleição em todas as classes sociais caso o seu programa de rádio fosse ouvido em toda a cidade? Pesquisas periódicas realizadas pelo Ibope (Instituto Brasileiro de Pesquisas e Estatísticas), encomendadas pelas próprias rádios locais mostram que a “Garagem da Esperança” não era líder de audiência

⁴⁴ Apesar do Partido dos Trabalhadores apresentar todas as limitações já citadas, que impediram sua vitória eleitoral em 1996, é preciso ressaltar que do ponto de vista político foi o partido que mais avançou nas eleições de 1996 em Ponta Grossa. Pela primeira vez seu candidato a prefeito deixou a terceira posição para passar ao segundo lugar sem fazer alianças e concessões a outros partidos políticos com representatividade. Péricles Mello ficou 12 mil votos à frente de Plauto Miró Guimarães Filho — representante da elite política tradicional. A bancada do PT na Câmara Municipal triplicou, subindo de uma para três cadeiras de um total de 21. Ficou acima da bancada do PSDB, partido do prefeito eleito, que conseguiu preencher apenas duas vagas. O PT igualou seu número de vereadores ao do PMDB, partido mais organizado e com maior número de filiados no município, e ao PFL em 1996. Naquelas eleições o partido contou com o apoio de parte da elite econômica e de setores dos profissionais liberais — principalmente médicos — que não conseguia sensibilizar em campanhas eleitorais. Essa aproximação de integrantes de camadas sociais superiores ao PT de Ponta Grossa é um indicativo do realinhamento político na cidade. Além disso, profissionais liberais apresentam, normalmente, maiores resistências à aceitação do discurso populista de solução fácil para todos os problemas sociais.

em Ponta Grossa em 1996. Se o radialista que não é campeão de audiência consegue maioria de votos em uma cidade, deve-se procurar outras explicações para o sucesso eleitoral do neopopulismo, tais como as apontadas por Weffort para os fenômenos clássicos do populismo: massificação de amplas camadas da sociedade e perda de representatividade da classe dirigente aliados ao surgimento de um novo líder carismático (Weffort, 1989). Assim, a Rádio seria um instrumento de contato entre o líder carismático e as massas, sem influência nos dois fatores anteriores.

As pesquisas de audiência apontam que a média de ouvintes diários de todos os programas matinais (a Garagem da Esperança começa às 6h e segue até às 9h30) das rádios de Ponta Grossa era de cerca de 60.000 pessoas em 1996. Isso representa menos de um quarto do total da população do município. A emissora líder de audiência em 1996 no horário matinal era a Rádio Central do Paraná e o programa do apresentador Rogério Serman, que tinha médias de 23% da preferência (cerca 15.000 ouvintes). Em segundo lugar vinha a Rádio Difusora, com o programa 'Garagem da Esperança', que ficava na casa dos 12% da preferência (cerca de 8.000 ouvintes). Em terceiro aparecia a Rádio Clube, com 7% da preferência (5.000 ouvintes).

Uma das principais características do programa de Jocelito Canto eram as doações diárias a pessoas com as mais variadas necessidades. Pelos registros da própria 'Garagem da Esperança', entre 1992 e 1996 foram atendidas 19 mil pessoas no programa comandado por Jocelito Canto⁴⁵. Considerando que uma parte das pessoas atendidas busca auxílio do radialista periodicamente (há carentes que estão nesse tipo de programa toda semana em busca de remédio, um colchão novo, emprego, etc.) o número de pessoas beneficiadas ficou perto da metade dos 19 mil. Tanto a audiência média, quanto o número de pessoas atendidas pelo programa de Jocelito Canto ficaram muito abaixo do número de votos obtidos pelo radialista em 1996 (54.363 votos).

O desempenho de Rogério Serman (PTB) nas eleições de 1996 é outro indicador do peso que um programa radiofônico tem para a eleição de um candidato. Além de radialista com mais de 20 anos de profissão em Ponta Grossa, ele foi vereador na legislatura de 1992 e 1996. Mantinha a maior

⁴⁵ Dados fornecidos pelo radialista ao autor.

audiência matinal em programas AM da cidade e, além disso, pesquisas qualitativas do Ibope apontavam-no como o radialista de maior credibilidade entre os apresentadores de programas em rádios AM da cidade. Serman foi candidato à reeleição em 1996 e começou a campanha praticamente eleito. Afinal de contas eram 15.000 ouvintes diários, em média. Acontece que ele fez 'apenas' 2.142 votos. Como seu partido, o PTB, conseguiu cociente eleitoral para uma vaga na Câmara Municipal e o candidato mais votado do PTB naquela eleição, com 3.791 votos, foi o médico Pascoal Adura, Serman não conseguiu se reeleger para a Câmara Municipal. É verdade que ele fez mais votos que 18 dos 21 eleitos e ficou fora da Câmara por distorções do sistema eleitoral brasileiro. Mas a relação entre o número de votos que teve e a audiência que mantinha à época da campanha deixa claro que a transformação de ouvinte em eleitor de candidato/radialista não é automática nem mesmo para cargos legislativos; menos ainda em disputas majoritárias.

Nas eleições de 1996, grupos políticos tradicionais que estavam afastados dos postos de tomada de decisão havia quase uma década e meia, viram em Jocelito Canto uma chance de chegar ao centro do Poder. Essa dissidência, ou realinhamento da elite política, conseguiu garantir a vaga de candidato a prefeito de Ponta Grossa pelo PSDB (Partido Social Democrata Brasileiro) para Canto, que fez com que o PMDB se coligasse com o PSDB, evitando que Djalma César também concorresse à prefeitura. Djalma César, candidato por duas vezes a prefeito no período dos prefeitos não-populistas, aceitou ser candidato a vice de Canto. Uma ala do PDT queria apoiar Jocelito Canto, mas a direção do partido preferiu a coligação governista. Esse conjunto heterogêneo de apoiadores teve seu preço. Após a eleição do candidato populista, o 'povo' continuou fora do centro do poder. A não ser um dia por semana, quando o prefeito Jocelito Canto abria seu gabinete para atender diretamente a população – assim como havia feito Belinatti em Londrina nos anos 70. Nesse dia o prefeito ouvia reclamações ou pedidos de dezenas de pessoas carentes e repassava todos os casos para as secretarias competentes. Apenas uma parte reduzida das solicitações era atendida pela administração, mas a prática servia para deixar o neopopulista sintonizado com as mudanças nas demandas populares, sem a necessidade da intermediação de instituições formais.

A falta de intermediação institucionalizada no relacionamento entre líder e liderado é uma das características dos populistas e neopopulistas. Nesses casos cria-se um hiperpersonalismo do Estado na figura do líder, que assegura ter capacidade de relacionamento direto com seus liderados. Esse é um dos elementos de diferenciação do discurso populista daquele não-populista.

Antes de atender às demandas sociais reprimidas, a eleição de Jocelito Canto garantiu o retorno da dissidência política ao centro poder local. Depois de eleito, ele nomeou como Secretário Municipal da Agricultura e Pecuária Maurício Podolan, indicado pela Sociedade Rural dos Campos Gerais. Mesmo sem ter nenhuma identificação com o prefeito, a Sociedade Rural praticamente não participou do governo anterior e conseguiu voltar à administração municipal com os demais dissidentes. O 'candidato do povo' foi eleito por grupos políticos organizados, representantes de segmentos específicos e precisou 'lotear' a administração entre seus novos companheiros.

A eleição do prefeito populista não ampliou a participação da massa na tomada de decisões, apenas ofereceu novos canais para a manifestação de suas demandas. A principal mudança foi a substituição de uma elite política formada por integrantes de famílias tradicionais da cidade e membros da elite econômica local, que estava no poder há 13 anos, pelos dissidentes e opositores tradicionais.

Desde o início da campanha de 1996 o candidato da 'situação', Plauto Miro Guimarães Filho, evitou ao máximo ser identificado como o representante da continuidade dos governos não-populistas, embora seu perfil político fosse idêntico ao dos três prefeitos anteriores. Descendente de família tradicional da cidade, Plauto Miró Guimarães Filho foi candidato pelo PFL. As principais atividades de sua família estão no setor agropecuário. A diferença dele para os ex-prefeitos não-populistas é que Plauto Miró Guimarães Filho pertence a uma família com tradição na política. Seu avô, Flávio Carvalho Guimarães, foi senador durante o primeiro governo de Getúlio Vargas e no Estado Novo, entre as décadas de 1930 e 1940. Seu pai, Plauto Miró Guimarães, foi Secretário de Estado do Interior e Justiça no primeiro governo de Ney Braga (1961 a 1965). Depois, ainda nos anos 60, Plauto Miró Guimarães recebeu a indicação para ser prefeito de Ponta Grossa. Em 1996, Plauto Miró Guimarães Filho estava em seu segundo mandato como deputado estadual quando se candidatou a prefeito.

Entrou para a política eleitoral em 1989, como deputado estadual. Antes, em 1985, tinha ajudado a fundar o PFL em Ponta Grossa. Foi o primeiro presidente da ala jovem do PFL na cidade, quando o presidente do diretório municipal do partido era seu pai, Plauto Miró Guimarães. Na campanha de 1989 Guimarães Filho foi um dos articuladores políticos na região dos Campos Gerais do Paraná da candidatura de Fernando Collor de Melo à presidência da república.

Os coordenadores da campanha de Plauto Miró acreditavam que a ausência de Paulo Cunha dos comícios e dos programas eleitorais na televisão evitaria a transferência direta das críticas de Jocelito Canto à administração para a candidatura de Plauto Miró. Prova de que a desvinculação de Guimarães com a elite política que administrava a cidade foi meramente eleitoral, é que vários Secretários Municipais participaram ativamente da campanha. O Secretário Municipal de Administração e Assuntos Jurídicos, Josué Correia Fernandes, um dos mais próximos de Paulo Cunha, foi assessor jurídico da campanha de Plauto Miró Guimarães. O então Secretário Municipal de Planejamento, João Luiz Giostri, também fez parte da organização da campanha do PFL.

Mesmo sendo candidato natural da elite política que estava no poder, Plauto Miró teve dificuldades em fazer coligações. O que também demonstra a decadência da elite política tradicional da cidade. O maior problema foi a coligação com o partido do governador Lerner naquela época, o PDT. Os pedetistas que dirigiam o diretório municipal do partido em Ponta Grossa eram chamados de 'brizolistas radicais'. Passaram todo o período de governos não-populistas na oposição política de Ponta Grossa. Indicaram como candidato a vice de Djalma de Almeida César para as eleições de 1992, Luiz Carlos Zuk. O presidente da executiva municipal, advogado Valdemiro Lanzarim, era defensor declarado da candidatura de Jocelito Canto e contra o apoio do partido a Plauto Miró Guimarães Filho, a quem ele chamava de 'menino mimado'. Este impasse precisava ser resolvido porque o PDT era o partido do governador Jaime Lerner. Plauto Miró Guimarães Filho fazia parte da bancada de sustentação do governador na Assembléia e tinha interesse na participação direta do governador em sua campanha à prefeitura de Ponta Grossa. A responsabilidade pela aproximação do PDT à candidatura de Guimarães ficou com o deputado Luiz Carlos Zuk, a pedido da assessoria política do governador.

Essa não era a opção natural para Zuk, mas ele não teve escolha. Naquela época, ele também fazia parte da base de sustentação do governo estadual e tinha que seguir as determinações de Lerner, mesmo que isso o colocasse ao lado de antigos adversários políticos, como Otto Santos Cunha⁴⁶. Seria apenas por contingências eleitorais e temporárias. A única condição imposta por Zuk era que ele pudesse indicar o candidato a vice de Plauto Miró. O indicado foi Irajá Vargas de Oliveira, empresário que sempre teve pretensões políticas mas não conseguiu formar um grupo que pudesse representar. Não seria aceito pela elite política tradicional em outras condições. Foi candidato a vice porque a coligação precisava da presença do partido do governador e ele era o indicado pela ala do PDT governista. Outros quatro partidos situacionistas juntaram-se à candidatura de Plauto Miró: PRN, PL, PPB e PTB. A chapa encabeçada por Plauto Miró, além de contar com o apoio velado da máquina administrativa, também teve o mais forte grupo de candidatos a vereador, reunindo a maioria dos candidatos à reeleição naquele ano.

A terceira candidatura em 1996 nasceu para marcar posição. O objetivo inicial do PT era lançar candidato a prefeito para atrair votos de legenda e beneficiar a eleição da bancada de vereadores. A estratégia deu certo e superou as expectativas. O candidato a prefeito escolhido foi o deputado Péricles de Holleben Mello, que na pior das hipóteses se manteria na memória do eleitorado até 1998, quando tentaria a reeleição a deputado estadual. A candidatura era tão despreziosa que não houve nem a tradicional e acirrada discussão interna no PT com relação ao partido fazer ou não coligações para a eleição majoritária. Terminou não fazendo. O candidato a vice de Péricles Holleben foi um ex-vereador pelo PMDB, o contabilista Valdir Slompo de Lara, que havia entrado no PT em 1995. O PT se coligou com partidos de esquerda nanicos para conseguir lançar chapa completa de candidatos a vereador. Participaram da coligação “Viva Ponta Grossa” o PV, PCdoB, PSB, PCB e PSTU.

Houve ainda um quarto candidato em 1996 sem nenhuma relevância quanto ao resultado final. O empresário José Penkoski nunca tinha participado de campanhas eleitorais, mas se sentia dono do PSC em Ponta Grossa. Com a

⁴⁶ Em 1999 Zuk rompeu com o governo e passou a integrar oficialmente a bancada de oposição na Assembléia Legislativa do Paraná.

desfiliação de Jocelito Canto de “seu” partido em 1995, Penkoski resolveu radicalizar. Fez com que o diretório não aprovasse a coligação com o PSDB e propôs que Jocelito Canto fosse candidato a vice-prefeito na chapa que seria encabeçada pelo próprio Penkoski. Se o radialista não quisesse, o PSC teria candidato próprio a prefeito e vice. Foi assim que José Penkoski entrou na disputa pela prefeitura e se transformou em figura folclórica do município. Sem coligar-se com nenhum outro partido, o PSC montou uma chapa de vereadores inexpressiva e apresentou propostas surrealistas, como ligar uma parte da cidade a outra através de um enorme túnel. O candidato do PSC não teve qualquer aceitação eleitoral e acabou fazendo menos votos que o vereador mais votado, Pascoal Adura (PTB). Pascoal Adura conseguiu contabilizar 3.791 votos próprios enquanto José Penkoski ficou com um total de 2.528 votos em todo o município.

Tabela 5 – resultados por zonas eleitorais em Ponta Grossa em 1996

| Candidato | Zonas Eleitorais | | | | | Total |
|---------------------------|------------------|-----------------|------------------|------------------|------------------|--------|
| | 14 ^a | 15 ^a | 139 ^a | 197 ^a | 198 ^a | |
| Jocelito Canto | 9.560 | 9.627 | 16.119 | 9.367 | 9.690 | 54.363 |
| Percentual | 36,15 | 33,78 | 52,74 | 37,73 | 51,14 | 42,04 |
| Péricles de Holleben Melo | 9.342 | 9.469 | 8.142 | 8.753 | 5.605 | 41.311 |
| Percentual | 35,32 | 33,22 | 26,64 | 35,25 | 29,58 | 31,95 |
| Plauto Miró G. Filho | 6.954 | 8.858 | 5.757 | 6.232 | 3.287 | 31.088 |
| Percentual | 26,30 | 31,08 | 18,83 | 25,10 | 17,35 | 24,04 |
| José Penkoski | 590 | 547 | 548 | 477 | 366 | 2.528 |
| Percentual | 2,23 | 1,92 | 1,79 | 1,92 | 1,93 | 1,95 |

A análise do resultado da eleição de 1996 em Ponta Grossa, por zonas eleitorais, comprova a fragilidade da explicação de manipulação de classes sociais baixas em favor da eleição do candidato/radialista, portador do discurso populista para a prefeitura local. Os números oficiais do TRE (Tribunal Regional Eleitoral) apontam para a mesma normalidade dos resultados das eleições anteriores. A única mudança foi no posicionamento dos representantes de cada agrupamento político na preferência dos eleitores.

Em 1996, o município de Ponta Grossa estava dividido em cinco zonas

eleitorais. Por se tratar de um município antigo, as novas zonas eleitorais foram delimitando as áreas de crescimento da cidade. As duas zonas eleitorais mais antigas, 14ª e 15ª, abrangem o que hoje é o centro da cidade. Segundo amostragem por domicílios feita pelo IBGE em 1996, o perfil médio do eleitor alistado nas seções eleitorais destas zonas é de classe média a alta. Escolarização média ou superior. A maioria dos chefes de família é de empresários, profissionais liberais ou funcionários de carreira em empregos estáveis. A média de idade fica acima das outras zonas eleitorais. Nessas duas zonas votam os aposentados da classe média, comerciantes, professores universitários, funcionários da burocracia local e estudantes. Entre os candidatos, Plauto Miró Guimarães Filho, José Penkoski e Péricles Holleben votam nessas zonas eleitorais.

Existem outras duas zonas eleitorais urbanas no município, a 139ª e a 197ª. A primeira está localizada na região norte da cidade e periferia, principalmente no bairro de Santa Paula e adjacências. O perfil do eleitorado dessa região é de trabalhadores assalariados. Nível médio de escolaridade e média de idade jovem. Apesar de ser periférica, essa região tem melhores perspectivas econômicas. É nela que se dá um dos maiores entroncamentos rodoferroviários do sul do Brasil, ligando a capital ao norte do Estado e outras regiões do país. Isso estimula o desenvolvimento da atividade de transportadoras de cargas, comércio de peças de caminhões e prestação de serviços nesta área. O distrito industrial Cyro Martins, onde são feitos os novos investimentos industriais no município, encontra-se nessa área. A manutenção da atividade econômica fez com que os trabalhadores assalariados desta parte da cidade mantivessem uma atividade política mais ativa. Apesar disso, o nível de escolaridade continua sendo, em média, o segundo grau completo ou incompleto e a população jovem tem importância significativa no total da região.

A 197ª zona eleitoral é a menor em área de abrangência. Ela engloba a região do Jardim Carvalho, próximo da área central da cidade. O poder aquisitivo dos eleitores da 197ª é de médio a alto. O jardim Carvalho é o bairro onde moram empresários e profissionais liberais de classe média da cidade.

A última zona eleitoral de Ponta Grossa, a 198ª, abrange toda a zona rural do município e o bairro de Uvaranas. É a maior em número de eleitores. A região

de Uvaranas é considerada a 'esquecida' da cidade. O desenvolvimento social e econômico dessa área ficou abaixo da média municipal nas últimas duas décadas. Boa parte de estudantes de classe média baixa sem perspectiva de colocação no mercado de trabalho mora nessa região.

A população rural é minoria, com cerca de 12% do total de eleitores. Tem média de idade superior à média urbana e com perfil social mais conservador. A renda média familiar na zona rural é considerada baixa.

Nas eleições de 1996 foram computados 129.290 votos válidos para prefeito. Jocelito Canto ficou com 54.363 votos, ou 42,02% do total. Péricles de Holleben Mello teve 41.311 votos, ou 31,95%. Plauto Miró Guimarães Filho terminou a campanha com 31.088 votos válidos, ou 24,04% do total apurado. E José Penkoski fez 2.528 votos válidos, ou 1,95% do total.

Caso o radialista Jocelito Canto tivesse mesmo o poder de manipulação irrestrito das massas através do trabalho assistencialista da 'Garagem da Esperança' e de seus discursos populistas contra os poderosos locais, sua votação teria sido esmagadora na 139ª e 198ª zonas eleitorais, onde se encontra a maioria dos excluídos e integrantes das classes sociais baixas. O normal também seria que ele perdesse a disputa para o candidato representante do tradicionalismo político na 14ª e 15ª zonas eleitorais e na 197ª zona, onde vivem os "novos ricos", naturalmente avessos ao populismo eleitoral e assistencialismo social feito pelo radialista. Apenas as classes sociais mais baixas estariam sujeitas à manipulação, pois elas é que ouvem os programas radiofônicos popularescos das emissoras AM, como o de Canto. Porém, fenômenos neopopulistas, assim como os populistas, não surgem em função da manipulação das vontades eleitorais, ele também acrescenta conteúdos de cidadania como mostra Weffort.

De acordo com a análise tradicional da distribuição geográfica do voto, Péricles de Mello teria chances de disputar a liderança com Jocelito Canto na 139ª, onde a atividade dos sindicatos é mais significativa e há maior participação do PT. E Plauto Miró deveria ser o preferido do eleitorado das classes altas, nas duas zonas eleitorais do centro da cidade, e na do Jardim Carvalho. Não foi o que aconteceu. Jocelito Canto teve maioria de votos em todas as cinco zonas eleitorais. Péricles de Mello ficou em segundo lugar nas cinco zonas eleitorais.

Plauto Miró ocupou a terceira posição em todo o município. Houve quase uma repetição do volume de votos percentuais dados aos candidatos de 1992⁴⁷.

Jocelito Canto venceu a eleição porque foi o candidato mais sensível às demandas da massa e o primeiro a perceber que o conjunto da sociedade estava descontente com a elite política tradicional. Plauto Miró ficou em terceiro lugar não porque fosse um mau candidato. Provavelmente, qualquer um que representasse o perfil dos governantes não-populistas naquele momento teria tido o mesmo desempenho. Tanto que políticos mais experientes do grupo hegemônico não aceitaram entrar na disputa. A candidatura de Plauto Miró Guimarães Filho foi a desculpa para que a elite política dominante saísse de cena podendo colocar a culpa da derrota nas características individuais do candidato ou nos altos índices de rejeição do último prefeito do período. Péricles de Holleben ficou na segunda colocação, sendo beneficiado pela dissidência da classe política, que não aceitou apoiar o candidato populista.

A comparação entre os resultados da eleição de 1996 e os das duas votações anteriores mostra uma “normalidade” na preferência de Jocelito Canto em todas as camadas sociais e prova a queda na preferência do grupo político tradicional.

A decomposição do total de votos de cada candidato por zonas eleitorais e sua participação no conjunto da votação dos concorrentes reafirma que, além de não existir a manipulação tão propagada dos eleitores pelo discurso populista, o candidato Jocelito Canto venceu porque foi beneficiado pela falta de políticas públicas de desenvolvimento econômico para a região sul da cidade durante os governos não-populistas.

Jocelito Canto fez 36,15% dos votos válidos da 14ª zona eleitoral, 33,78% na 15ª, 52,74% na 139ª, 37,73% na 197ª e 51,14% dos votos da 198ª. Nessa última, justifica-se a quantidade expressiva de votos por se tratar do eleitorado rural. A presença dos candidatos tradicionais nas regiões rurais é muito pequena, por falta de políticas agrícolas específicas e identificação com essas populações. Como se trata da menor porcentagem de votos do município, mesmo que a

⁴⁷ Esse tipo de exercício analítico da interpretação da distribuição geográfica do voto não foi realizado para o caso de Londrina porque nos anos 70 a cidade possuía apenas duas zonas eleitorais (41 e 42). Elas dividiam o município ao meio, distribuindo de maneira igualitária o centro e a periferia do município, o que impossibilita a identificação de características particulares do perfil do eleitor de cada uma delas.

aceitação de Canto fosse maior, teria pouca influência no resultado final. Em outras três zonas eleitorais ele manteve a regularidade de fazer cerca de um terço dos votos válidos. Nas duas da periferia, as mais excluídas e sem políticas públicas que atendessem as demandas sociais, Canto ultrapassou a metade dos votos válidos.

O fato relevante é que o radialista conseguiu maioria simples nas áreas com eleitores de perfil tradicional e de classe social alta ou média. Estas regiões representaram dois terços (79.776 votos) dos votos válidos na eleição de 1996. As zonas eleitorais da periferia e áreas rurais, onde Canto teve maioria absoluta, representaram um terço (49.484) do total de votos válidos. A vitória de Canto deveu-se aos votos da classe média e alta, não aos da classe baixa.

Pérciles Holleben manteve uma linearidade de votos em todas as zonas eleitorais. Fez 33,32% dos votos válidos da 14ª zona, 33,22% na 15ª zona, 26,64% na 139ª, 35,25% na 197ª zona e 29,58% na 198ª zona eleitoral. Teve uma participação um pouco menor na zona rural que a sua média geral. Mas caiu ainda mais na região de Uvaranas. Como não houve desenvolvimento econômico nessa região, a organização das classes trabalhadoras e dos microempresários foi incipiente, dificultando a aceitação do Partido dos Trabalhadores. A organização sindical e os movimentos sociais são os maiores instrumentos de contato com os eleitores que o PT possui. Pérciles de Holleben conseguiu seus melhores desempenhos na 14ª zona, região dos profissionais liberais dissidentes da elite política, e na 197ª, área com maior índice de organização sindical do município. O que demonstra que o PT continua dependendo das organizações sindicais e classistas para a difusão de suas propostas ao conjunto da sociedade⁴⁸.

As votações de Plauto Miró Guimarães oscilaram entre as zonas eleitorais mais do que as dos outros candidatos. Na 14ª zona eleitoral ele teve 26,3% dos votos válidos, 31,08% na 15ª, 18,83% na 139ª, 25,01% na 197ª e 17,35% na 198ª. Seu pior desempenho foi na zona rural. No perímetro urbano, teve maior rejeição na área de Uvaranas. Manteve as mesmas médias entre o perímetro

⁴⁸ Some-se às entidades de classe que já dominava, a aproximação do partido aos empresários e aos movimentos religiosos locais em 2000 para que o PT conseguisse alcançar os votos necessários para eleger o prefeito de Ponta Grossa em 2000.

norte e a região de votação dos profissionais liberais. Foi melhor votado na região mais tradicional da cidade, a 15ª zona eleitoral. As oscilações de preferência eleitoral de Plauto Miró são maiores que as dos outros dois candidatos, indicando que, se houve tentativa de manipulação de segmentos específicos do eleitorado, isso aconteceu na campanha do candidato da continuidade e não nas de oposição.

José Penkoski conseguiu a média de 1,95% dos votos válidos em todas as zonas eleitorais, o chamado voto de protesto ou irresponsável.

Do total de votos de Jocelito Canto, 17,58% foi na 14ª zona eleitoral, 17,70% na 15ª, 29,6% na 139ª, 17,23% na 197ª e 17,82% na 198ª zona. Apresentou uma linearidade só quebrada na região de Uvaranas, o que invalida as explicações de vitória em função da simples manipulação de segmentos específicos do eleitorado. A distribuição do total de votos de Péricles Holleben foi a seguinte: 22,61% na 14ª zona eleitoral, 22,92% na 15ª, 19,70% na 139ª, 21,18% na 197ª zona e 13,56% na 198ª. Ele manteve o mesmo desempenho nas regiões do eleitorado formado pelos profissionais liberais e pelos trabalhadores sindicalizados. Teve menos densidade eleitoral na zona rural e em Uvaranas. A distribuição dos votos de Plauto Miró entre as diversas regiões da cidade foi a seguinte: 22,36% do total na 14ª zona eleitoral, 28,49% na 15ª, 18,51% na 139ª zona, 20,04% na 197ª zona e 10,57% na 198ª zona eleitoral. A maior importância quantitativa nos votos de Plauto Miró foi na área mais tradicional da cidade. Seu pior desempenho foi na zona rural.

A distribuição dos votos aos candidatos em 1996 não se deveu apenas à campanha eleitoral daquele ano. Analisando o desempenho dos candidatos com perfil não-populista do governo e da oposição nos anos 80 e 90 na cidade, é possível perceber um gradativo crescimento da insatisfação eleitoral com a elite hegemônica e um favorecimento das candidaturas alternativas antes mesmo do surgimento da liderança neopopulista. Assim como em Londrina, o índice de avanço dos votos brancos e nulos foi continuamente positivo no período anterior à eleição de Canto. Boa parte da explicação para a eleição do radialista/populista em 1996 encontra-se na década que antecedeu a chegada de Canto à prefeitura.

4.5 – TENDÊNCIAS ELEITORAIS NO PERÍODO NÃO-POPULISTA⁴⁹

Em 1982, as votações em sub-legendas e a concorrência de até três candidatos por partido dificulta a comparação com as eleições posteriores, embora a soma de votos válidos à legenda vitoriosa (Otto Cunha) tenha sido a única do período que conseguiu maioria absoluta⁵⁰. Em 1988, o candidato da continuidade, Pedro Wosgrau Filho, ficou com 46,76% dos votos válidos. Ele fez uma votação proporcionalmente mais expressiva que Jocelito Canto em 1996, que ficou em primeiro lugar com 42,04%. Canto não é um fenômeno eleitoral como se costuma imaginar de um radialista. Ele foi eleito em 1996 sem maioria absoluta da preferência dos eleitores.

Em 1988, o principal grupo de oposição, representado pelo PMDB de Djalma de Almeida César, ficou com 27,59% dos votos, em segundo lugar. Luis Carlos Zuk, o terceiro colocado, fez 17,54% dos votos válidos. E em quarto lugar, o PT teve 8,08%.

Na eleição de 1992 fica evidenciada a queda na aceitação do grupo político tradicional e o crescimento das oposições. Paulo Cunha Nascimento, candidato da 'situação', foi eleito com 41,93% dos votos válidos. Quase cinco pontos percentuais a menos de votos proporcionalmente que seu antecessor, Pedro Wosgrau. Em segundo lugar continuaram os opositores do PMDB, mas desta vez com 33,36% dos votos válidos. Um crescimento significativo em relação à eleição anterior. No mesmo ano o PT conseguiu uma ampliação de mais de 100% dos votos válidos em relação a 1988. O candidato Padre Roque Zimmermann ficou com 19,44% dos votos válidos em 1992. Ainda houve 5,26% dos votos válidos para o candidato Adail Inglês, que não representava nenhuma facção política de importância no município e tinha um perfil político muito próximo do perfil das lideranças não-populistas.

Diante desses números, pode-se afirmar que a vitória da oposição nas eleições de 1996 é resultado de um processo de desgaste da elite dominante e não uma manipulação das massas via mensagens difundidas por programa de

⁴⁹ TRE – Paraná

⁵⁰ Os candidatos Otto Cunha e José Carlos do Amaral, da legenda e sub-legenda do PMDB, somaram 56,4% dos votos válidos para prefeito de Ponta Grossa em 1982 (Fonte TRE-PR).

Rádio. O carisma e a renovação de Jocelito Canto, somados ao histórico de oposição do PMDB, resultaram em 42,04% dos votos válidos. O PT novamente teve um salto de aceitação de cerca de 65% em relação às eleições de 1992 e ficou com 31,95%.

A votação de Plauto Miró Guimarães Filho, em 1996, representou o ápice de um processo de desgaste do grupo político identificado com a continuidade. Esse grupo chegou ao poder político local em 1982 com a eleição de Otto Cunha, que teve 62% dos votos válidos (TRE-PR).

Em 1988 a aceitação dos eleitores pela elite dirigente local caiu para 46%, mesmo assim mantendo-se à frente do principal grupo político opositor. Em 1992, a aceitação, representada pelo número de votos obtido pelo candidato do grupo político, caiu para 41%, ainda suficiente para garantir a continuidade. Mas em 1996, a continuidade ficou inviável, com apenas 24% dos votos para Plauto Miró Guimarães Filho.

A crise no grupo não-populista aumenta em 2000, quando a elite dirigente tradicional não encontra um político viável eleitoralmente para representá-la e a disputa passa a ser polarizada entre Canto e Mello. Nesse ano, em que o neopopulista Jocelito Canto perdeu a eleição para Péricles Mello não houve manutenção da normalidade da preferência entre as cinco zonas eleitorais do município (ANEXO 12). Péricles Mello foi o mais votado em quatro zonas eleitorais, variando de 52% a 48% dos votos válidos em cada uma. Mas na zona eleitoral 139º, localizada na região de Uvaranas, Jocelito Canto ficou à frente do adversário com 48% contra 45% dos votos válidos. Essa é a região da cidade que mais sofreu com a crise econômica dos anos 80 e 90 e foi onde a administração de Jocelito Canto mais investiu em políticas sociais, como a construção de casas populares pelo sistema de mutirão para desfavelização.

Outra informação importante sobre o resultado eleitoral de 2000 é que o candidato Jocelito Canto ficou com 41,42% dos votos válidos naquele ano, menos de um ponto percentual de diferença da votação que fizera em 1996, quando foi vitorioso (42,04%). Isso demonstra que o eleitorado de Canto foi praticamente o mesmo nas duas eleições. O que mudou foi o percentual de aceitação do candidato do PT, que passou de 31,95% dos votos válidos em 1996 para 49,72% em 2000. Com a ausência de um candidato que representasse o grupo tradicional

na política, o eleitor tradicional dos candidatos não-populistas optou por votar no representante do PT ao invés de votar no neopopulista. Apesar das diferenças ideológicas entre Péricles Mello e os representantes dos governos dos anos 80 e 90 na cidade, o perfil social do candidato petista se aproxima mais do perfil não-populista do que de Jocelito Canto. Mesmo sem pertencer a uma família integrante da elite econômica local, Péricles Mello é nascido em Ponta Grossa, professor universitário e tradicional ativista político local.

A comparação entre os resultados eleitorais de 1996 e 2000 permitem afirmar que o candidato de perfil neopopulista manteve o eleitorado no período de sua administração, mas não conseguiu ampliar sua capacidade de representação popular, o que inviabilizou sua reeleição. Isso, apesar dele ter se mantido como radialista durante os quatro anos como prefeito. É possível acreditar que, se houver uma nova crise do discurso hegemônico na cidade e a manutenção da liderança neopopulista local através de eleições futuras para cargos legislativos, Jocelito Canto possa voltar a ser eleito prefeito de Ponta Grossa, assim como aconteceu com Antonio Belinati por duas vezes em Londrina nos anos 80 e 90. Mas essa é uma outra história.

CONCLUSÃO

O esgotamento de um perfil de representantes políticos locais, a crise do discurso hegemônico gerada por uma crise social mais ampla, o surgimento de um *outsider* como alternativa política e a manutenção de eleições periódicas são as condições necessárias para o surgimento do fenômeno conhecido por neopopulismo político. O mérito dos neopopulistas é ter capacidade para perceber que o discurso tradicional e as elites políticas hegemônicas caíram em descrédito, aproveitarem-se dessa oportunidade para convencer o conjunto da sociedade sobre as vantagens da “mudança” e conseguirem apresentar-se como a melhor alternativa política naquele momento. Para isso, utilizam os instrumentos de formação da imagem pública que tiverem à disposição, inclusive os Meios de Comunicação de Massa.

A chamada democracia de partidos, onde os eleitores definem seus votos a partir de critérios ideológicos e de identificação com as propostas de determinado partido, não é característica indispensável do sistema democrático. A representação por partidos políticos é uma forma de democracia representativa, a democracia de partidos. As democracias ocidentais do século XX, de maneira geral, têm experimentado outra forma de representação: a democracia de público, que está baseada na representação personalizada, onde os agentes políticos têm mais expressão que as ideologias e os partidos. Esses agentes conseguem manter um contato permanente e quase direto com os eleitores através da mídia. As estruturas partidárias como instrumento de difusão de discursos e manutenção de ideologias torna-se pouco eficaz nessas condições e por isso tende a ser substituída. Todo político na democracia de público precisa ser um comunicador ou então terá dificuldades para se relacionar com os eleitores. Ser um comunicador eficiente é fundamental para o político que pretende disputar cargos públicos, independente de ser ou não um comunicador profissional.

Outra característica da democracia de público, como definida por Manin, é que os políticos perdem a independência na definição dos discursos que serão difundidos através dos meios de comunicação. Eles são sujeitados aos interesses das massas e ao respeito das demandas da população antes de definir uma posição pública. No máximo, o político apresenta suas propostas iniciais, avalia

os efeitos delas no conjunto da sociedade e depois reordena seu discurso, aproximando-o das expectativas das massas. Como essas expectativas e demandas são cambiáveis, há um grau significativo de volatilidade no comportamento eleitoral, que passa a ser constantemente alterado. Em função disso, os políticos que disputam eleições sempre estão adequando seus discursos às novas tendências expressas no conjunto da sociedade. Os homens públicos que conseguem identificar com mais rapidez as modificações das expectativas do conjunto da sociedade têm maiores chances de serem eleitos.

A comunicação de massa está presente nas sociedades contemporâneas, modificando e influenciando as relações sociais em todas as esferas, inclusive na política. As mudanças na democracia provocadas pelos Meios de Comunicação de Massa não podem ser consideradas antecipadamente como positivas ou negativas. A democracia da sociedade mediada pela comunicação de massa é diferente da democracia anterior às sociedades comunicacionais. Os meios de comunicação estão à disposição – em diferentes graus - de todos os atores políticos, sejam eles representantes ou representados, criando uma nova relação de interdependência. Os melhores resultados eleitorais serão alcançados por aqueles que tiverem maior capacidade para utilizar os instrumentos políticos de que dispõe. Assim como na democracia de partidos, onde os políticos com maiores chances de sucesso eram aqueles que tinham talento para liderar a organização partidária, agora a ferramenta disponível para os aspirantes a líder político é a comunicação de massa.

Porém, considerar que a eleição majoritária de um comunicador profissional deva-se apenas ao seu trabalho como comunicador é desprezar o que há de substancial no processo de decisão eleitoral. A novidade na democracia de público está na forma como candidato e eleitor ‘encontram-se’ na esfera pública. As condições sociais para definição do voto, suas potencialidades e limitações, continuam tendo papel fundamental na definição do comportamento do eleitor. Jocelito Canto e Antonio Belinatti não foram eleitos prefeitos de suas cidades apenas por serem competentes comunicadores de massa. O rádio os credenciou como candidatos ao servir como instrumento propagador de um novo discurso, mas não assegurou, antecipadamente, suas vitórias majoritárias. Tanto que após suas eleições para a prefeitura, ambos perderam a exemplaridade ou não

conseguiram ampliar a capacidade de representação pública e sofreram derrotas eleitorais, mesmo tendo continuado em seus programas radiofônicos enquanto prefeitos.

O assistencialismo aos carentes de Canto e a defesa dos pobres por Belinatti em programas de Rádio tiveram menos importância nos resultados das eleições majoritárias deles do que o aproveitamento das pré-disposições conjunturais dos eleitores. Ao contrário dos prefeitos anteriores de suas cidades, os dois radialistas não tinham laços históricos e familiares com a sociedade local, representavam um novo perfil de líder político e não foram candidatos a prefeito sozinhos – em proporções distintas iniciaram um realinhamento político das elites locais. Também não tiveram como seus principais apoiadores de campanha as equipes que trabalhavam em seus programas de rádio. Belinatti foi apoiado por ex-prefeitos do MDB que tinham o perfil político tão combatido publicamente pelo radialista. Em Ponta Grossa, o candidato a vice-prefeito de Jocelito Canto, ex-deputado Djalma de Almeida César (PMDB), era um dos principais representantes da classe política de oposição aos governos que antecederam 1996. Tanto Canto quanto Belinatti não são, a exemplo de outros populistas, homens de partido. São produtos da democracia de público. A estratégia política deles é moldada exclusivamente pelas demandas sociais reprimidas, transformadas em promessas de soluções fáceis e difundidas pelos meios de comunicação de massa.

O fortalecimento da dissidência política e os déficits na implementação de políticas públicas, representado esquematicamente pelo sistema *Top and Down* de definição de políticas públicas, mostram que a substituição do grupo hegemônico no poder local faz parte de um processo de desgaste natural das elites políticas, possível de acontecer em qualquer tipo de democracia. Portanto, não devendo a fenômenos de manipulação das massas através dos meios de comunicação como o Rádio. Em ambos os casos havia um comunicador profissional da cena política no ápice do processo de desgaste das elites dirigentes locais.

É um equívoco vincular a eleição de um político/comunicador com o fato de ele ser um radialista com bons índices de audiência, principalmente em disputas para cargos majoritários. Mais importante que saber utilizar com habilidade este

'instrumento' de difusão de um discurso eleitoral que se chama Rádio, é a capacidade de adequação do conteúdo do discurso difundido às expectativas do eleitorado. O caso de Rogério Serman nas eleições municipais de 1996 em Ponta Grossa é bastante ilustrativo. Mesmo sendo líder de audiência, ele não conseguiu se reeleger para uma vaga na Câmara Municipal, apesar de sua votação expressiva. Além disso, suas administrações municipais, Belinatti (1976 a 1982) e Jocelito Canto (1996 a 2000), mesmo tendo continuado em seus programas radiofônicos, ambos apresentaram desempenhos eleitorais negativos. Belinatti ficou na primeira suplência da Assembléia Legislativa em 1982, tendo obtido a vaga posteriormente, via recontagem de votos, e Canto não conseguiu a reeleição em 2000, tendo ficado sem mandato. O Rádio, assim como outros Meios de Comunicação de Massa nas democracias de público, tem uma participação importante na difusão de discursos, na definição do posicionamento público e de popularização de potenciais candidatos. Essa é basicamente a mesma função que a desempenhada pelas organizações partidárias nas democracias de partido do século XIX. Não se trata aqui de tentar negar a importância dos meios de comunicação para a política contemporânea, mas sim de uma relativização de sua importância nos processos de decisão do voto, considerando outros fatores sociais, como os responsáveis pelo crescimento de amplas crises no conjunto da sociedade e de desgastes das elites hegemônicas. Assim como uma festa religiosa não é apenas um acontecimento religioso, uma eleição é mais do que um evento político propriamente dito. Ela é um fenômeno social e como tal deve ser analisada a partir de um contexto social amplo.

Os programas de rádio dos neopopulistas servem como instrumento de propagação de um novo discurso político. Mas se este discurso não estiver identificado com as expectativas dos eleitores, de pouco adiantaria o trabalho como radialista para um candidato a eleição majoritária.

Pode-se perceber o processo de desgaste de uma elite política quando, na sucessão dos ocupantes dos postos de tomada de decisão, há uma redução da classe política que faz a intermediação entre os tomadores de decisão e a sociedade em geral. Isso gera uma crescente dificuldade dos dirigentes para a identificação de novas demandas sociais e para a correção dos déficits na implementação de políticas públicas. A soma destes fatores foi decisiva para que

os eleitores de Londrina e Ponta Grossa decidissem optar pelo candidato radialista. Esses são os elementos que estão nas origens do neopopulismo eleitoral, independente dos instrumentos de difusão e das estratégias que o *outsider* venha a utilizar contra as elites políticas tradicionais.

Por fim, pode-se afirmar que apesar dos sucessivos anúncios de morte, o populismo político, atualizado pela denominação neopopulista, não sucumbiu com o fim das transições das sociedades rurais para as sociedades urbanas. Ele continua vivo e continuará assim, independente de quais forem as características e predisposições sedimentadas das sociedades. Também não se deve considerar a prática personalista da política como uma característica exclusiva do populismo. Historicamente, a relação de balcão entre representantes e representados na política brasileira antecede as primeiras ocorrências populistas. O que aconteceu foi uma adequação do personalismo coronelista rural ao populista urbano. O populismo eleitoral é uma alternativa em democracias que estejam passando por crises - estruturais ou conjunturais - nas esferas econômica, social ou política, onde as elites tradicionais tenham perdido a capacidade de identificar as demandas sociais e quando houver uma liderança carismática disposta a se aproveitar da crise do discurso hegemônico para se candidatar aos postos de tomada de decisão política.

Essas são as características comuns das experiências populistas clássicas, identificáveis antes mesmo da utilização de Meios de Comunicação de Massa como instrumentos de difusão do discurso político, e foram mantidas nas ocorrências eleitorais neopopulistas. A liderança neopopulista não precisa ser um político/comunicador, mas uma qualidade indispensável para ele é a sensibilidade de perceber as demandas sociais do eleitor. A identificação dessas demandas é facilitada quando há um contato direto e contínuo entre representante e representado. Quanto menos institucionalizada for a relação entre o candidato e os eleitores, menos chances haverá de desvio na identificação das expectativas do conjunto da sociedade. E quanto mais 'fechada' à diversificação do perfil e à renovação de seus membros for a elite política, maiores serão as chances de desgaste dos representantes tradicionais e melhores as condições para o crescimento de uma liderança carismática das camadas populares, que terá como missão principal combater 'os inimigos do povo'.

ANEXOS

Anexo 1

| Resultado da eleição para prefeito de Londrina em 1951 | | | |
|--|-----------------|-------------|------------|
| candidato | partido | Nº de votos | % de votos |
| Milton R. De Menezes | UDN, PRP | 3.607 | 46,7 |
| Darcírio Egger | PTB | 2.274 | 29,4 |
| Aquilles P. Ferreira | PR, PSD, PSP | 1.844 | 23,8 |
| | Votos em branco | 74 | 0,9 |
| | Votos nulos | 72 | 0,9 |
| | Votos válidos | 7.725 | 98,1 |
| | Total votantes | 7.871 | |

Fonte: TRE – Paraná

Anexo 2

| Resultado da eleição para prefeito de Londrina em 1955 | | | |
|--|-----------------|-------------|------------|
| candidato | partido | Nº de votos | % de votos |
| Antonio Fernandes Sobrinho | PSD, PR, PSP | 3.994 | 31,2 |
| José Bonifácio e Silva | UDN | 2.949 | 23,0 |
| Mário José Romagnolli | - | 2.855 | 22,3 |
| Ivan Luz | PRP | 2.036 | 15,9 |
| Ricardo Funaro | PTB | 529 | 4,1 |
| | Votos em branco | 413 | 3,2 |
| | Votos nulos | 166 | 1,3 |
| | Votos válidos | 12.776 | 98,7 |
| | Total votantes | 12.942 | |

Fonte: TRE – Paraná

Anexo 3

| Resultado da eleição para prefeito de Londrina em 1959 | | | |
|--|-------------------|-------------|------------|
| candidato | partido | Nº de votos | % de votos |
| Milton R. Menezes | UDN, PTB | 13.001 | 53,2 |
| Renato L. Bueno | PR, PRP, PDC, PSD | 10.708 | 43,8 |
| | Votos em branco | 714 | 2,9 |
| | Votos nulos | 283 | 1,1 |
| | Votos válidos | 24.423 | 98,8 |
| | Total votantes | 24.706 | |

Fonte: TRE – Paraná

Anexo 4

| Resultado da eleição para prefeito de Londrina em 1963 | | | |
|--|-----------------|-------------|------------|
| candidato | partido | Nº de votos | % de votos |
| José Hosken de Novaes | UDN, PL, PRP | 10.801 | 38,9 |
| Wilson Benedito Andrade | PDC | 8.133 | 29,2 |
| José Antonio Queiroz | PTB | 6.345 | 22,9 |
| Carlos Antonio Franchello | PSP | 1.390 | 5,0 |
| Alfeo Maculan | PSB | 567 | 2,0 |
| | Votos em branco | 537 | 1,9 |
| | Votos nulos | 468 | 1,6 |
| | Votos válidos | 27.773 | 98,3 |
| | Total votantes | 28.241 | |

Fonte: TRE – Paraná

Anexo 5

| Resultado da eleição para prefeito de Londrina em 1968 | | | |
|--|-----------------|-------------|------------|
| candidato | partido | Nº de votos | % de votos |
| Dalton Fonseca Paranaguá | MDB | 18.192 | 34,8 |
| João Olivir Gabardo | MDB | 14.525 | 28,1 |
| Mário Cesar Stamm | ARENA | 9.688 | 18,7 |
| Paulo Carneiro Ribeiro | ARENA | 5.820 | 11,2 |
| Arvid Augusto Ericson | ARENA | 2.854 | 5,5 |
| | Votos em branco | 596 | 1,1 |
| | Votos nulos | 520 | 0,9 |
| | Votos válidos | 51.675 | 99,0 |
| | Total votantes | 52.195 | |

Fonte: TRE – Paraná

Anexo 6

| Resultado da eleição para prefeito de Londrina em 1972 | | | |
|--|-----------------|-------------|------------|
| candidato | partido | Nº de votos | % de votos |
| José Richa | MDB | 17.126 | 26,0 |
| Antonio Casemiro Belinati | MDB | 14.851 | 22,5 |
| Álvaro Dias | MDB | 8.264 | 12,5 |
| Mário Stamm | ARENA | 25.195 | 38,2 |
| | Votos em branco | 558 | 0,8 |
| | Votos nulos | 1.049 | 1,5 |
| | Votos válidos | 65.994 | 98,4 |
| | Total votantes | 67.043 | |

Fonte: TRE – Paraná

Anexo 7

| Resultado da eleição para prefeito de Londrina em 1976 | | | |
|--|-----------------|-------------|------------|
| candidato | partido | Nº de votos | % de votos |
| Antonio Casemiro Belinati | MDB | 36.198 | 37,4 |
| Wilson Rodrigues Moreira | MDB | 26.194 | 27,1 |
| Manoel Garcia Cid | ARENA | 22.016 | 22,7 |
| Mário Stamm | ARENA | 9.634 | 9,9 |
| | Votos em branco | 1.186 | 1,2 |
| | Votos nulos | 2.075 | 2,1 |
| | Votos válidos | 96.634 | 97,9 |
| | Total votantes | 98.714 | |

Fonte: TRE – Paraná

Anexo 8

| Resultado da eleição para prefeito de Ponta Grossa em 1982 | | | |
|--|-----------------|-------------|------------|
| candidato | partido | Nº de votos | % de votos |
| Otto Santos Cunha | PMDB | 28.509 | 33,6 |
| José Carlos do Amaral | PMDB | 20.201 | 23,8 |
| Cyro Martins | PDS | 15.724 | 18,5 |
| Plauto Miró Guimarães | PDS | 10.884 | 12,8 |
| Cesar Fernandes Pilati | PDS | 337 | 0,4 |
| Brasil Ribas Neto | PTB | 1.374 | 1,6 |
| Antonio Maier | PTB | 276 | 0,3 |
| Péricles de Holleben Melo | PT | 650 | 0,7 |
| | Votos em branco | 4.617 | 5,4 |
| | Votos nulos | 2.168 | 2,5 |
| | Votos válidos | 77.955 | 92,0 |
| | Total votantes | 84.740 | |

Fonte: TRE – Paraná

Anexo 9

| Resultado da eleição para prefeito de Ponta Grossa em 1988 | | | |
|--|-----------------|-------------|------------|
| candidato | partido | Nº de votos | % de votos |
| Pedro Wosgrau Filho | PDC | 46.457 | 46,7 |
| Djalma de Almeida Cesar | PMDB | 27.416 | 27,5 |
| Luiz Carlos Zuk | PDT | 17.430 | 17,5 |
| Silvio Fernandes da Silva | PT | 8.033 | 8,3 |
| | Votos em branco | 9.580 | 8,5 |
| | Votos nulos | 3.281 | 3,0 |
| | Votos válidos | 99.336 | 88,5 |
| | Total votantes | 112.197 | |

Fonte: TRE – Paraná

Anexo 10

| Resultado da eleição para prefeito de Ponta Grossa em 1992 | | | |
|--|-----------------|-------------|------------|
| candidato | partido | Nº de votos | % de votos |
| Paulo Cunha Nascimento | PDC | 45.503 | 41,9 |
| Djalma de Almeida Cesar | PMDB | 36.209 | 33,3 |
| Padre Roque Zimmermann | PT | 21.097 | 19,4 |
| Adail Inglês | PTB | 5.709 | 5,4 |
| | Votos em branco | 7.245 | 5,8 |
| | Votos nulos | 7.883 | 6,4 |
| | Votos válidos | 108.518 | 87,7 |
| | Total votantes | 123.646 | |

Fonte: TRE – Paraná

Anexo 11

| Resultado da eleição para prefeito de Ponta Grossa em 1996 | | | |
|--|-----------------|-------------|------------|
| candidato | partido | Nº de votos | % de votos |
| Jocelito Canto | PSDB | 54.363 | 42,0 |
| Péricles Holleben Melo | PT | 41.311 | 31,9 |
| Plauto Miró Guimarães Filho | PFL | 31.088 | 24,0 |
| José Penkoski | PSC | 2.528 | 1,9 |
| | Votos em branco | 1.059 | 0,8 |
| | Votos nulos | 3.956 | 2,9 |
| | Votos válidos | 129.190 | 96,3 |
| | Total votantes | 134.305 | |

Fonte: TRE – Paraná

Anexo 12

| Resultado da eleição para prefeito de Ponta Grossa em 2000 | | | |
|--|-----------------|-------------|------------|
| candidato | partido | Nº de votos | % de votos |
| Péricles Holleben Melo | PT | 72.583 | 49,7 |
| Jocelito Canto | PSDB | 60.459 | 41,4 |
| Carlos Tavamaro | PFL | 6.762 | 4,6 |
| Wagner Menezes | PPS | 3.023 | 2,0 |
| José Penkoski | PSC | 2.857 | 1,9 |
| Rogério Marcondes | PRN | 279 | 0,2 |
| | Votos em branco | 2.813 | 1,8 |
| | Votos nulos | 5.927 | 3,8 |
| | Votos válidos | 145.965 | 94,4 |
| | Total votantes | 154.705 | |

Fonte: TRE – Paraná

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

- ANGELL, Alan. **Populismo e mudança política: o caso da Colômbia**. In: TABAK, Fanny org. **Ideologias – Populismo**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Eldorado, 1973.
- BARBOSA, Maria Lucia Victor. **O Voto da Pobreza e a Pobreza do Voto – a ética da malandragem**. Rio de Janeiro, RJ. Jorge Zahar Editor e Universidade Estadual de Londrina. 1988.
- BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO Gianfranco. **Dicionário de Política**. 1998. Editora UNB. Brasília. 11ª edição.
- BON, Le Gustave. **Psicologia das Multidões**. Editora Publicações Europa-América. Lisboa, Portugal, 1999.
- CESÁRIO, Ana Cleide Chiarotti. **Poder e Partidos Políticos em uma Cidade Média Brasileira – um estudo de poder local: Londrina – Pr – 1934-1979**. Tese de doutorado apresentada à Universidade de São Paulo em 1986.
- COSTA, Neusa Meirelles. **Poder Local e Populismo**. In: MELLO, José Marques coord. **Populismo e Comunicação**. 1ª edição. São Paulo: Editora Cortez. 1981
- FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil – o imaginário popular**. Editora Fundação Getulio Vargas. São Paulo – SP. 1997.
- _____, Jorge (org). **O Populismo e Sua História – debate e crítica**. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro – RJ. 2001.
- FOLHA DE LONDRINA. Londrina: cad. 2 pag. 2, 11 de nov. de 1972.
- HALEBSKI, Sandor. **Sociedade de Massa e Conflito Político**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- HAM, Cristopher. HILL, Michael. **The Policy Process in the Modern Capitalist State**. 1993. Editora Harvester Wheatsheaf. Londres. 2ª edição
- INCISA, Ludovico. In **Dicionário de Política**. 11ª edição. Brasília: editora UNB, 1998.
- JAGUARIBE, Helio. **Elites funcionais e disfuncionais**. In: MENDES, Cândido org. **Crise e Mudança Social**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Eldorado, 1974.

- JIMENEZ, Alfredo Ramos. **Las Formas Modernas de la Política** – estudio sobre la democratización de América Latina. 1ª edição. Mérida – Venezuela: Editora Centro de Investigaciones de Política Comparada, 1997.
- LAMOUNIER, Bolivar. **Comportamento Eleitoral em São Paulo: Passado e Presente**. In CARDOSO, Fernando Henrique e LAMOUNIER, Bolivar. **Os Partidos e as Eleições no Brasil**. São Paulo – SP. Editora Paz e Terra. 1978.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e Voto – o município e o regime representativo no Brasil**. 5ª edição. São Paulo: Editora Alfa-ômega, 1986.
- MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. nº 29 ano 10, 1995.
- MARTIN-BARBERO, Jesús. **Dos Meios às Mediações** – comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro. Editora UFRJ. 2001.
- MAYORGA, René. **Antipolítica y neopopulismo**. 1ª edição. La Paz – Bolívia. Cebem, 1995
- MIGUEL, Luis Felipe. **Um ponto cego nas teorias da democracia: os meios de comunicação**. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica*. nº 49, 1º semestre, 2000.
- MOSCA, Gaetano. **La Clase Política**. 1ª edição. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- NUNES, Márcia Vidal. **Rádio e Política: do microfone ao palanque** – os radialistas políticos em Fortaleza (1982-1996). 1ª edição. São Paulo: Anablume Editora, 2000.
- ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A Informação no Rádio** – os grupos de poder e a determinação dos conteúdos. Summus Editorial. São Paulo – SP. 1985.
- PASQUINO, Dianfranco. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11ª edição. Brasília: editora Universidade de Brasília, 1998.
- PERFIL ECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ. IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social): Curitiba., 1998.

- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRAGEM DOMICILIAR: Ponta Grossa. IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 1996.
- PHUNTINGTON, Samuel. **A Ordem Política Nas Sociedades em Mudança**. Editora Forense Universitária USP. São Paulo, 1975.
- REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO: Curitiba, nº 30, Maio/Junho de 1972.
- RICUPERO, Rubens. **As Sete Vidas do Populismo**. Jornal Gazeta do Povo. Curitiba, 23 de janeiro 2000. Caderno 2, p. 59.
- RIVAS, José Antonio. **La Crisis de los Partidos Políticos y el avance de la antipolítica**. Revista Venezolana de Ciencia Política. nº 12. Agosto/diciembre, 1997.
- SAES, Décio. **Classe Média e Sistema Político no Brasil**. 1ª edição. São Paulo. T. A Queiroz, 1985
- SELONK, Marcus José Takahashi Selonk. **Jacarezinho: paradoxo de prosperidade e miséria**. In Revista Mediações. Programa de Pós-graduação do Departamento de Ciências Sociais. Universidade Estadual de Londrina. Volume 4. n 2. julho/dezembro 1999.
- SILVA, Maurício F. **Quem me elegeu foi o rádio**. Editora Olho d'água. São Paulo – SP. 2000.
- SILVANO Belligni. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11ª edição. Brasília: editora Universidade de Brasília, 1998.
- STEWART, Angus. **As raízes sociais do populismo**. In: TABAK, Fanny org. Ideologias – Populismo. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Eldorado. 1973.
- TELLA Di, Torcuato. **Populismo e Reforma Na América**. In: Cardoso, Fernando Henrique e Martins, Carlos Estevam. Política e Sociedade – Volume 1. 2ª edição. São Paulo. Companhia Editora Nacional. 1983.
- MARTINEZ-ALIER, Verena e BOITO, Armando Júnior. 1974: **Enxada e Voto**. In CARDOSO, Fernando Henrique e LAMOUNIER, Bolivar. Os Partidos e as Eleições no Brasil. São Paulo – SP. Editora Paz e Terra. 1978.
- WEBER, Max.. **Economia e Sociedade**. Volume II. 1ª edição. Brasília: Editora

Universidade de Brasília, 1999.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989

WORSLEY, Peter. **O conceito de populismo**. In: TABAK, Fanny org. Ideologias – Populismo. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Eldorado, 1973.